



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB**

INSTITUTO DE HUMANIDADES

MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

FARÃ VAZ

**COOPERATIVISMO SOCIOEMANCIPATÓRIO: O CASO DA COOPERATIVA
AGROPECUÁRIA DE JOVENS QUADROS (COAJQ) NA GUINÉ-BISSAU**

REDENÇÃO-CE

2020

FARÃ VAZ

**COOPERATIVISMO SOCIOEMANCIPATÓRIO: O CASO DA COOPERATIVA
AGROPECUÁRIA DE JOVENS QUADROS (COAJQ) NA GUINÉ-BISSAU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Mestrado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Estudos Interdisciplinares em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Basílele Malomalo
Coorientadora: Prof. Dr. Francisco V. Macedo

REDENÇÃO-CE
2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Vaz, Farã.

F224c

Cooperativismo socioemancipatório: o caso da Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadro Coajoq na Guiné-Bissau / Farã Vaz. - Redenção, 2020.

157f: il.

Dissertação - Curso de , Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Bassilele Malomalo.

1. Cooperativismo - Guiné-Bissau. 2. Associativismo - Emancipação. 3. Desenvolvimento local. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 334

FARÃ VAZ

**COOPERATIVISMO SOCIOEMANCIPATÓRIO: O CASO DA COOPERATIVA
AGROPECUÁRIA DE JOVENS QUADROS (COAJQ) NA GUINÉ-BISSAU**

Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em
Humanidades (MIH) Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como
parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.
Área de concentração: Humanidades.

Aprovada em: 03/02/2020

BANCA EXAMINADORA



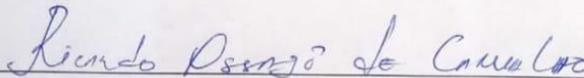
Basilele Malomalo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
Presidente



Francisco Vitor Macêdo Pereira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
Examinador Interno ao Programa



Ricardo Ossagô De Carvalho

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
Examinador Externo ao Programa



Franck Pierre Gilbert Ribard

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Examinador Externo à Instituição



Se hoje sou é por relações de amor, cuidado e confiança de diferentes pessoas e famílias como Francisco Vaz e Tchontcha Mendes (meus pais) da Congregação de Irmãs Adoradoras de Sangue de Cristo na Bula, na pessoa da Irmã Helena dos Santos e Fátima António dos Santos, de Arlinda António dos Santos (tia Rita) e Anselmo da Silva, meus tios Isaque Vaz, Abiliu Vaz, Izidorio Vaz, Claudio Vaz (em memória), meus primos Manuel Vaz (em memória), João Manuel Vaz e Hypolite Nalak Vaz e meu irmão Eduardo Vaz.

AGRADECIMENTO

Por eu ser resultado de uma educação em que me foram preservadas e repassadas história, memória e espiritualidade, agradeço aos meus ancestrais e todas as divindades que orientaram o percurso desta pesquisa.

A meus colegas que constituímos comunidade e família estudantil guineense, no Município de Acarape, Estado de Ceará, principalmente a Jesus João M´Batna, Tiago Mbotto, Aldair Velez Gomes, Juviliano Gomes, Soriba Queita, Elia Maria Leandro Uangna, Samuel dos Santos Comprido, Juel da Silva, André Junior Lopes Có e outros.

Hoje, acredito que, sem a mais ampla colaboração e contribuição do Prof. Bas´Ilele Malomalo como orientador e pai africano nessa diáspora, não seria possível chegar a um resultado como esse que temos hoje. Ainda agradeço a todos os professores e professoras do programa que dedicaram suas sapiências nas aulas. Ainda, aos meus colegas da turma 2018 - 2019.

Agradeço ao curso de Licenciatura em Sociologia da Unilab, principalmente ao Prof. Dr. Ricardo Ossagô pela abertura e liberdade que me proporcionou durante o período de estágio como exercício à docência. Assim, como também, ao curso de Bacharelado interdisciplinar em Humanidades da mesma Universidade na pessoa do Prof. Dr. Francisco Vitor Macedo.

Agradeço à coordenação da Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros, pela iniciativa de criar esta organização e ainda por permitir que seja o primeiro pesquisador a construir em sua organização um objeto de pesquisa. Estendo meus agradecimentos a todos/as trabalhadores da COAJQ, às mulheres trabalhadoras que ali exercem sua liberdade emancipatória na busca por uma nova sociedade guineense, desejada e possível. Agradeço aos jovens e líderes da Rádio Voz do Rio Cacheu, assim como da Rádio Uler abaand.

Meus agradecimentos e maior reconhecimento ao Projeto de Fortalecimento do Ensino, Pesquisa e Extensão para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) – CONSAN-CPLP pelos recursos financiados à minha viagem para Guiné-Bissau, pela bolsa e ainda por ser espaço de trabalho e aprendizagem nas temáticas de segurança alimentar e nutricional na África e no Brasil, com suporte do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação do Governo brasileiro

(MCTIC) e ainda com a sábia e dedicada coordenação da Professora Dr^a Jaqueline Santos Sgarbi.

Vais voltar ao Brasil, mas lembre-se sempre que precisamos de vocês aqui. (Amando Coord. da COAJQ, Canchungo, 2019)

Nós temos que voltar para tirar a Guiné-Bissau de onde está. Este é o nosso orgulho. E é na base disso que aceitei voltar, a fim de trabalhar junto com a COAJQ. (Mateus Djedju, Técnico e Responsável de PECUÁRIA da COAJQ, Canchungo, 2019)

LISTA DE ABREVIATURAS

ARN	Agência Reguladora Nacional
ALC	Aliança Internacional de Cooperativas
CANTER	Associação de Filhos e Amigos de Petabe
COAJQ	Cooperativa de Agropecuária de Jovens Quadro
EU	União Europeia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRDR	Migration, Citoyenneté, development
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
MADR	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Agrária
ONG	Organização Não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
RUA	Rádio Comunitária Uler Abaand
RVRC	Rádio Comunitária Voz do Rio Cacheu
TVPU	Televisão Comunitária P'kis Utchak

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico	01:	Crescimento	de	Associações	42
Gráfico	02:	Estrutura	organizacional	da	COAJQQ
					95

Tabela	01:	Organização	na	Guiné-Bissau:	margem de 1973 a 1988.....45
Tabela	02:	As organizações	da	sociedade civil	na Região de Cacheu.....45
Tabela	03:	Mudanças dos princípios de cooperativas.....			81
Tabela	04:	Atividades	da	Cooperativa	COAJQQ
					85
Tabela	05:	As	rádios	na	Região de Cacheu.....97
Tabela	06:	Dados de atividades de formação em transformação de frutas.....			103

Figura	01:	Mapa da República da Guiné-Bissau.....			13
Figura	02:	Mapa	das	Regiões	da Guiné-Bissau.....14
Figura	03:	Mapa	de	Região	de Cacheu e setores.....14
Figura	04:	Crescimento de Associações.....			42
Figura	05:	Três recursos que mobilizaram a criação da Cooperativa COAJQA.....			92
Figura	06:	Estrutura	organizacional	da	COAJQQ.....95
Figura	07:	Processo de produção de sumo -cajuína no setor de transformação de frutas da COAJQQ.....			98
Figura	08:	Coordenador da COAJQQ prestando serviço de lavoura na bolanha com motocultivador.....			99
Figura	09:	Relação	dinâmica	na	COAJQQ.....100
Figura	10:	Mulheres	vendedoras	de	pescado na Cacheu.....100
Figura	12:	Formação de mulher e jovens de associações comunitárias e <i>mandjuandades</i> na COAJQQ.....			116
Figura	13:	Formação e capacitação de líderes de comunidades e membros de famílias sobre criação e cuidado de animal com os jovens de diferentes associações e regiões.....			123
Figura	14:	Placa de identificação de famílias beneficiárias na parede de casa de uma família.....			127
Figura	15:	Produção familiar.....			129

Figura 16: Produção cooperativo, aviário da COAJQ na Canchungo.....	130
Figura 17: Agentes da cooperativa capacitação e vacinação de cabras de famílias beneficiários de projeto <i>Nô fia na cria</i>	133
Figura 18: Mulheres na produção de frango na Coajoq.....	134
Figura 19: Trator da COAJQ atravessando dique ou corda na bolanha.....	140
Figura 20: Estrutura geográfica de uma bolanha.....	140

RESUMO

O presente trabalho resulta de estudo sobre o cooperativismo como agente de processo no desenvolvimento socioemancipatório, ancorado na relação de solidariedade Ubuntuista na África, tomando como nosso agente colaborador a Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadro na Guiné-Bissau. Assim, entendemos que, o cooperativismo é o modo de atores sociais se organizarem em redes que emergiu na Europa através do processo da industrialização e, com a tomada da independência dos países africanos, foi incorporado com base em princípios de solidariedade africana - Ubuntu - como seu fundamento. O trabalho analisa processos de desenvolvimento socioemancipatório na região de Cacheu, setor de Canchungo; assim como entender a concepção de cooperativismo e desenvolvimento local, a partir do associativismo na Guiné-Bissau, identificar a concepção de desenvolvimento que orienta a política da intervenção da COAJQ na agricultura familiar camponesa em Canchungo; compreender a relação de produção da COAJQ com a segurança alimentar. Para tanto, a pergunta que nos mobiliza é essa: como a Cooperativa Coajoq influencia o desenvolvimento na Canchungo? Como a COAJQ, através de suas ações com as famílias camponesas gerencia o processo de desenvolvimento local? A metodologia adotada aqui, compreende a pesquisa qualitativa, na perspectiva interdisciplinar e complexidade, com base na pesquisa bibliográfica e documental e avaliação da quinta geração. Estas técnicas são mecanismos de operacionalização de categorias de análise, agricultura familiar, cooperativismo, associativismo, desenvolvimento emancipatório, segurança alimentar. Para tanto, considera-se que as ações da cooperativa COAJQ, além de serem diferentes na sua noção ocidental, estão carregadas de solidariedade Ubuntu, em que o coletivo sempre está em jogo de afirmação. Assim, as ações da Coajoq, assumem, nesse coletivo, o papel de emancipador, na geração de novos saberes endógenos que visam ampliar a liberdade de novas aspirações e utopias nos jovens e mulheres das zonas rurais. É neste processo que, a Coajoq, assume ser agente colaborador e influenciador de novas utopias, aspirações às associações, comunidades com o papel de promotoras do desenvolvimento local, germinado a partir das iniciativas das capacidades existentes, nas comunidades em que a representação de Estado tem desafios.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Cooperativismo. Emancipação. Ubuntu. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The present work results from the study of cooperativism as an agent of socioemancipatory development process, anchored in the relationship of Ubuntuist solidarity in Africa, taking as

our collaborating agent the Agricultural Cooperative of Young Quadro guinea-bissau. Thus, we understand that cooperativism is the way social actors organize themselves into networks that emerged in Europe through the process of industrialisation and, with the taking of the independences of African countries, was incorporated on the basis of principles of solidarity African - Ubuntu - as its foundation. The work analyzes socioemancipatory development processes in the Cacheu region, Canchungo sector; as well as, understanding the conception of cooperativism and local development from associativism in Guinea-Bissau, identifying the conception of development that guides the policy of COAJQ intervention in peasant family farming in Canchungo; understand COAJQ's production relationship with food safety. To this end, the question that mobilizes us is this: how does the Coajoq Cooperative influence development in Canchungo? How does COAJQ through its actions with peasant families manage the local development process? The methodology adopted here comprises qualitative research, from the interdisciplinary perspective and complexity, based on bibliographic and documentary research and evaluation of the fifth generation. These techniques are mechanism of operationalization of categories of analysis, family farming, cooperativism, associativism, emancipatory development, food security. To this end, it is considered that COAJQ cooperative actions besides being different in its Western notion, is loaded with the Solidarity Ubuntu, in which the collective is always in the game of affirmation. Thus, coajoq's actions assume in this collective the role of emancipator, in the generation of new endogenous knowledge that aims to expand the freedom of new aspirations and utopias in young people and women in rural areas. And in this process, Coajoq, I assumed to be a collaborating agent and influencer of new utopias, aspirations in associations, communities with the role of promoters of local development, germinated from the initiatives of existing capacities, in the communities that state representation has challenges.

Keywords: Guinea-Bissau. Cooperativism. Emancipation. Ubuntu. Development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
SEÇÃO I: ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO	22
1. Metodologia e seus desdobramentos.....	22
1.2.Cooperativa COAJQ como agente colaborador	23
1.3. Estudo de caso: Cooperativa COAJQ.....	24
1.4. Pesquisa participante na COAJQ em Canchungo	26
1.5. Análise de conteúdo de pesquisa: entrevista, transcrição, tradução e interpretação	27
1.6. Avaliação de quinta geração: um instrumento de estudo de caso	29
1.7. Reflexão sobre uso de aparelho gravador na entrevista	31
1.8 Colaboradores como pesquisador de saber para si.....	33
SEÇÃO II: ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM GUINÉ-BISSAU.....	38
2. As organizações da sociedade civil.....	38
2.1. Organizações não governamentais	40
2.2 Saturação social como reflexos sociais da proliferação de ONGs e suas ações.....	43
SEÇÃO III: DIÁLOGOS EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL	49
3.1 Reflexão crítica sobre o desenvolvimento.....	49
3.2. Emancipação como categoria teórica no Ocidente e na África.....	64
3.3. Breve discussão sobre emancipação no pensamento ocidental.....	66
3.4. Emancipação desde as epistemologias africanas do sul global	69
SEÇÃO IV : COOPERATIVISMO E FILOSOFIA AFRICANA COMO FORMAS DE EMANCIPAÇÃO.....	76
4.1. Abordagem histórica do cooperativismo.....	77

4.2. Abordagem teórica conceitual do cooperativismo	83
4.3. Tipos de cooperativas.....	84
4.4 Ubuntu como fundamento da solidariedade africana além de modo de organização	87
SEÇÃO V: MARCO INSTITUCIONAL DA COAJQ E DESENVOLVIMENTO MEDIANTE RÁDIOS COMUNITÁRIAS	92
5.1 Marco institucional e regulatório da atuação da COAJQ.....	92
5.2. Rádio, boca grande de tabanca como agente de desenvolvimento na zona rural.....	102
5.3. Bocas grandes: Rádio Uller Abaand e Rádio Voz do Rio Cacheu.....	106
5.4. Rádio Uler Abaand e Rádio Voz do Rio Cacheu	106
SEÇÃO VI: PRÁTICAS DE PRODUÇÃO COLETIVAS NA COAJQ: AGROECOLOGIA, AGROPECUÁRIAS E BOLONHA.....	116
6.1 Transformação de frutas na COAJQ como campo e práticas para emancipação das mulheres e jovens	116
6.2 Formação e capacitação no domínio da produção agropecuária.....	123
6.3 Criação de animais no domínio da produção agropecuária.....	127
6.4. Bolanha: uma compreensão socioantropológica	138
CONSIDERAÇÕES	145
REFERÊNCIAS.....	146
APÊNDICES	155

INTRODUÇÃO

Na produção acadêmica é quase prático começar um trabalho com a introdução, abordando o tema central. Nesta ótica, seguimos o mesmo caminho, porém, nesta introdução priorizamos apresentar a Guiné-Bissau, espaço e contexto no qual centra a investigação e os colaboradores. Para isso, o leitor irá se deparar com a apresentação desse país africano, a região e setor por onde fica a Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (COAJQ), objetivos da pesquisa, sua justificativa, método, hipóteses, justificativa e a estrutura organizacional do trabalho.

O território da Guiné-Bissau está constituído da opulência cultural caracterizada de diversidades étnicas, de línguas, concepções éticas e (filo)epistemológicas sobre a humanidade, natureza, nas suas abundâncias de vidas. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (2009), o país possui 27 grupos étnicos, sendo os mais predominantes os Balantas, Fulas, Mandingas, Mandjacos e Pepel.

O país africano no qual estamos investindo o labor científico situa-se na costa ocidental da África. A Guiné-Bissau, ocupa uma área de 36.125 km². Nestes, 24.800km² correspondem à superfície habitável, dada às “terras inutilizadas” em razão da inundação das marés pluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas regulares e periódicas (INE, 2018).

A Guiné-Bissau faz parte de Países Africanos de Língua Oficial Português, e sua capital é conhecida por Bissau, um grande centro de comércio. A sua localização está na costa ocidental de África, limitada ao Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné-Conakry e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2018), a população da Guiné-Bissau é estimada em cerca de 1.584.791 habitantes, pelo censo de 2009, com taxa de crescimento de 2,2% ao ano, com uma população feminina de 804.721 habitantes e soma de 43,45% correspondente à população urbana, o que nos motivou a estudar a Cooperativa Agropecuária de Jovens (COAJQ), na zona rural.

Figura 01: Mapa da República da Guiné-Bissau.



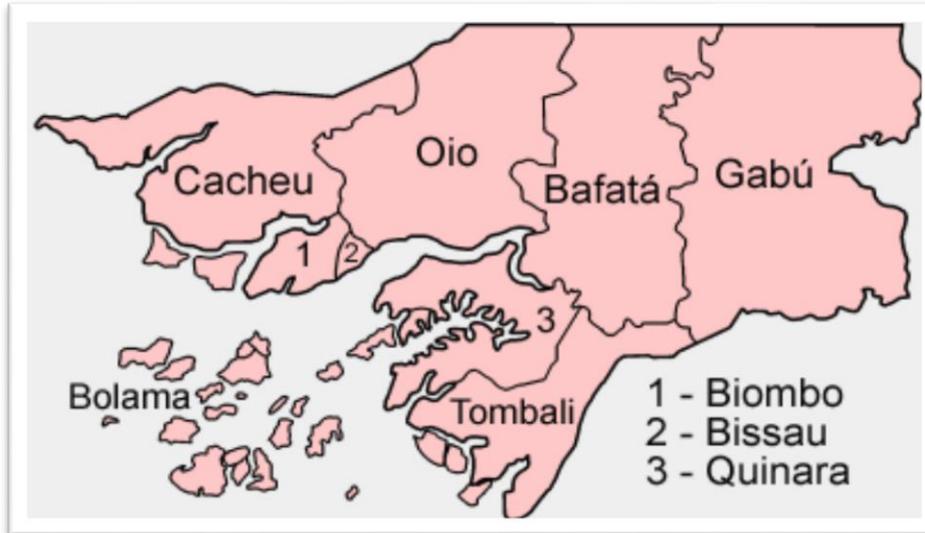
Fonte: Acervo Instituto Nacional de Estatísticas, 2009.

O relevo, a vegetação e hidrografia da Guiné-Bissau podem ser identificadas, essencialmente, em três zonas: uma costeira, no Oeste, um de transição, no centro, caracterizado pelos planaltos ligeiramente ondulados e uma zona de planalto e de colinas, na Região Gabú, setor de Boé. A topografia favorece à existência de duas zonas de alta potencialidade produtiva, as zonas influenciadas pelas marés e as zonas circundantes às grandes bacias dos Rios Geba e Corubal, devido à grande disponibilidade de águas superficiais. Numerosos rios, dos quais o Cacheu, o Mansôa e o Geba são os mais importantes, percorrem o território e são as melhores vias de penetração no interior.

Nesta condição é importante destacar que o rio Cacheu, antigamente conhecido como rio de São Domingos, desempenha grande papel na própria região de Cacheu por ser um dos eixos mais extensos na Guiné-Bissau. Esse Rio nasce parte na fronteira norte da Guiné-Bissau com o Senegal, a norte de Contubol, atravessando de leste a oeste as regiões de Bafatá, Oio e, finalmente, Cacheu, onde se encontra com o oceano Atlântico.

A divisão administrativa da Guiné-Bissau compreende oito regiões e um setor autônomo, como Bafatá, Biombo, Bissau (setor autônomo e capital do Bissau), Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali. A Região de Cacheu conta com seis setores, respectivamente, Bigene, Bula, Cacheu, Caió, Canchungo, Caió, São Domingos, Ingoré e Caliquece.

Figura 02: Mapa das Regiões da Guiné-Bissau.

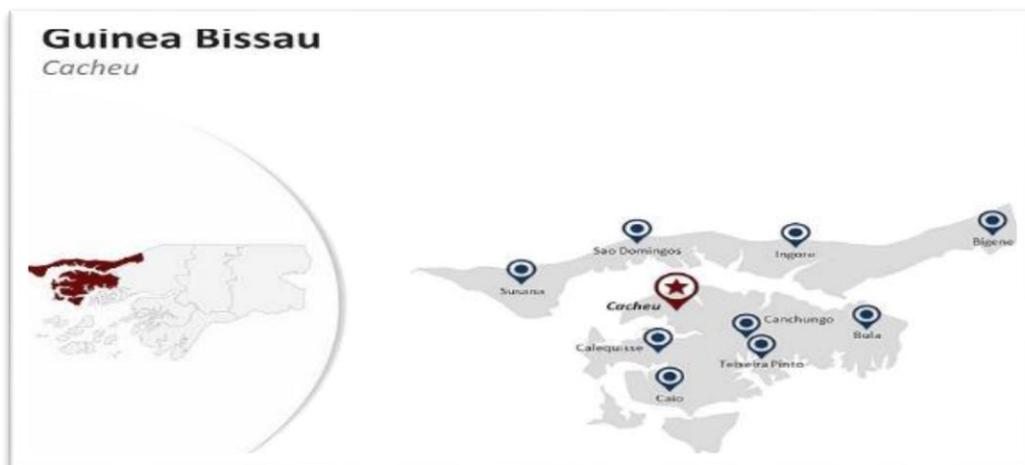


Fonte: INE, 2019.

A ilustração em mapas descreve os territórios da pesquisa. Mas, considera-se importante, os representantes de Estado como significantes agentes colaboradores da investigação, nesta condição a sua locação poderá estar fora das zonas descritas no mapa.

Na região de Cacheu, foco da nossa investigação, estima-se uma população de 185.053 habitantes, das quais 36,8% são Mandjacos, 28,7% são Balantas e 9,1% são Felupes, segundo dados do Instituto Nacional de estatística em seu senso de 2009.

Figura 03: Mapa de Região de Cacheu e setores.



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2009), dentre 185.053 habitantes, 88.132 são homens e 96.921 são mulheres. Canchungo é conhecido pelo seu sobrenome

Babock¹ e como maior cidade da Região de Cacheu. Está situado a oeste desta, no sul do Rio Cacheu. O setor de Canchungo é constituído por 43.709 habitantes, marca 97 Km da capital do país - Bissau. Nestes, 19887 são homens e 23.822 mulheres. Ainda, no seu total, demonstra que a população rural é representada pela soma de 11.600 habitantes.

A Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadro (COAJQ²) constitui o agente principal da sociedade civil guineense e da nossa pesquisa. A construção da história de corpos vivos é uma das tarefas um pouco complexas. Mas a forma que também simplifica essa complexidade é dar voz a esses corpos, sujeitos da própria história.

Estudar a emancipação a partir de modos de organização do cooperativismo é o campo privilegiado de compreender, de modo geral e em um caso, a geração do processo de desenvolvimento. Para isso, debater a agricultura é falar das pessoas, formas de organização, suas concepções sobre a natureza e os seus signos, significados que atribuem ao mundo ambiental e à relação com o outro. Segundo Geertz (1989), a cultura parte das próprias condições de existência, *resistência* dos seres humanos. Estes produzem as ações por processos contínuos, complexos, através do qual os indivíduos dão sentido às ações. A cultura tramita nas mediações das relações dos indivíduos entre si, na produção de sentidos e significados. A agricultura não se resume em uma prática de produção que visa o combate à fome, mas ele é cultura, também pode ser percebido como espaço de controle de poder e dominação assim como o verdadeiro espaço de emancipação econômica.

O modo de produção agrícola vem sofrendo grandes transformações, envolvendo cooperativas agrícolas de jovens formados para produção em alta escala, que empregam tecnologias produtivas. Por outro lado, o cultivo de agricultura familiar, em contraste com agricultura mecanizada, cresce paralelamente, tendo como mão de obra o núcleo familiar.

A resistência da agricultura camponesa, ora conhecida por familiar no centro de debate da determinação das condições do mercado de capital global, vem ganhando mais espaço e atenção nos debates de políticas de desenvolvimento de agricultura no continente africano, principalmente na África Subsaariana. Segundo Sergio Schlesinger (2013), a agricultura em larga escala e a agricultura familiar apresentam as seguintes características: agricultura em larga escala apresenta sistema de produção baseado em extensa monocultura, concentração da propriedade de terra, o uso de agrotóxicos, a substituição de mão de obra pela máquina e voltado para a exportação, enquanto que a agricultura familiar apresenta os sistemas de

¹ É o nome de Canchungo na língua da etnia mandjaca, a etnia mais numerosa que habitou esta região.

² Vide COAJQ <coajq_2000@hotmail.com>; site www.coajq.org. Acessado em 31 de agosto de 2019.

produção de alimentos com base familiar, camponesa e agroecológica. Há setores produtivos que utilizam a agricultura para a produção de alimentos orgânicos, com base na tecnologia mecanizados para garantir a saúde das comunidades rurais, utilizando tecnologias apropriadas à realidade local, de solo, clima e biodiversidade própria de cada contexto. Questiona-se neste enquadramento como as ações da cooperativa COAJQ se inserem nesse debate.

A Guiné-Bissau viu, nos últimos anos, a agricultura como possibilidade de superação de escassez de produtos de consumo básico e luta contra pobreza e fome. E esta possibilidade ganhou certos discursos políticos, sobre modernização agrícola. Com intuito de industrializar, mecanizar a agricultura, “as chamadas novas tecnologias, capazes de revolucionar com o seu uso, provocaram uma nova visão” (ALMEIDA, 2009, p. 33), que carecia de reconhecimento dos conhecimentos locais nos processos agrícolas. Estes conhecimentos, frente à nova tecnologia, eram vistos como ‘tradicional’, ‘arcaicos’, pois se opunham de fato à ideologia moderna e ao processo de modernização defendido pelo Estado.

A concepção de desenvolvimento da cooperativa está vinculada às tradições locais, conjugadas com novos saberes e que visam a emancipação social. Nesta ótica, nos interessa qual a questão central nesta pesquisa, saber como a Cooperativa COAJQ influencia os jovens e mulheres nas associações comunitárias na geração em processo de desenvolvimento socioemancipatório em Canchungo. Como a COAJQ e as associações concebem o desenvolvimento? As práticas agrícolas de COAJQ enquadram-se na nova lógica do desenvolvimento sustentável como alternativa tendo a famílias e as associações comunitária como agentes do processo? Cooperativismo, em Guiné-Bissau, estaria contrariando ao capitalismo e seus modos de organização dominante e, assumindo o papel do Estado devido à sua fragilidade? Qual é o lugar da agricultura familiar e dos movimentos sociais, organizações comunitárias dentro da cooperativa COAJQ? Existe agenda do Estado para o desenvolvimento local?

O cooperativismo, como modo de organização social, veio ser alternativa, um modo de produção capitalista que tem sido desafio para a produção comunitária, desde a formação dos Estados modernos na África, como nos casos da Tanzânia, Quênia e Guiné Conacri com as lideranças de partidos únicos. Hoje é perceptível as diversas perspectivas de cooperativismo a quando se compara com a atualidade no continente. Mas, a perspectiva liberal de desenvolvimento vem sendo pedra do entrave dessa perspectiva, em que o processo de desenvolvimento passou a ser delegado à função de Estado de empresas agrícolas de negócio – a chamada produção agrotóxica, em organizações de camponeses e comunitárias.

O objetivo geral dessa investigação é analisar processos de desenvolvimento a partir do cooperativismo na África, no contexto da Guiné-Bissau. Quanto aos objetivos específicos, pretendemos: a) Perceber os conceitos do cooperativismo, desenvolvimento e emancipação social numa perspectiva interdisciplinar; b) Identificar a concepção de desenvolvimento que orienta à política da intervenção da COAJQ através das suas ações na agricultura camponesa em Canchungo; c) Entender a relação da cooperativa COAJQ com as organizações jovens como associações comunitárias; d) Compreender a relação de produção da COAJQ com a segurança alimentar e; e) compreender, com base nas ações da COAJQ, o processo da emancipação social e econômica dos jovens no setor de Canchungo.

A problemática de desenvolvimento, pela sua maior ênfase dada ao mercado como aquele capaz de regular a vida social, as cooperativas, associações ora comunitárias são delegadas a funções momentâneas. E o desenvolvimento passou a ser o campo de debate da perspectiva neoliberal. As críticas a essas concepções têm sido notáveis, na medida que cada vez mais a sociedade atual vem sendo permeada pelas desigualdades e violência, a grosso modo diria pobreza e fome. E os conceitos interpretativos desse processo reconhece o desenvolvimento econômico, “empreendedorismo”, neodesenvolvimentismo, desenvolvimento insustentável. Em contrapartida ao desenvolvimento sustentável, endógeno, local, rural, territorial, Ubuntu, solidário, pachamama - mãe terra. Diante destas problemáticas de diversas concepções de desenvolvimento, colocamos os desafios de estudar a Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (COAJQ, para entender de que modo o processo de desenvolvimento é processado nas zonas rurais, sobretudo com modos de organizações alternativas e, com base nas seguintes questões: como a COAJQ influencia o processo de desenvolvimento emancipatório na região de Cacheu com os jovens e associações comunitárias? Como estas ações respondem à insegurança alimentar e êxodo rural dos jovens na zona rural, concretamente na Canchungo?

Nossa hipótese é que dadas às ações da Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros – COAJQ, na sua relação com as comunidades e jovens, líderes de associações e grupos de *mandjuandadi*³ conjugação das ações influenciadas visada a emancipação social. E a partir destas iniciativas geradoras de formações, trocas de experiências nas capacidades dada fraca presença de instituições de Estado nas zonas rurais. Assim, a concepção de desenvolvimento está mais atrelada à promoção de ações emancipatórias, ampliação de liberdade das lideranças

³ É percebido como modo e espaço de organização e resistência e solidariedade, da liderança de mulheres na Guiné-Bissau, mais à frente o leitor irá encontrar a mais ampla definição desse conceito.

juvenis e das comunidades. Este processo considera como problema o desemprego dos jovens nas zonas rurais, principalmente na região de Cacheu, êxodo rural, a insegurança alimentar, por meio da falta de assistência na promoção da agricultura camponesa, de produtos orgânicos, com base na autogestão e incentivo ao consumo de produtos locais. Para tanto, o Cooperativismo Coajoq, na região de Cacheu, está contrariando ao capitalismo na perspectiva de desenvolvimento posto na agenda de Estado e desafia a pobreza e o êxodo rural. Assim, a emancipação, aqui, está além de industrializar e dar emprego, mas ampliar a liberdade de gerações de ações a partir das aspirações próprias.

Esta investigação, a partir de uma perspectiva metodológica pautada mais na compreensão e descrição do que tem sido resultado de sentidos capturados. Nesta ordem de ideia, assumimos o estudo de caso. Considerando que, a COAJQ é um caso particular, sensitivamente representativo que se for estudado é capaz de trazer a compreensão mais ampla sobre os modos de organizações locais, alternativos e endógenas como as cooperativas, associações (comunitárias), *mandjuandadis*. E, ainda, por se constituir o mundo das subjetividades que a sua compreensão está além de aplicação rígida e reducionista nas categorias de análise e exige exercitar no campo das complexidades.

Portanto, a representatividade da COAJQ na Região de Cacheu, zona Norte do país e sobretudo rural, justifica-se à medida em que esta cooperativa passou a espelhar e influenciar diversas organizações não governamentais e sobretudo, o Estado, em como aplicar os projetos de desenvolvimento socioeconômico, que chamamos *socioemancipatória* mulheres e jovens na zona rural e como mecanismo de combate à pobreza, nas *tabancas*⁴ do setor de Canchungo. A COAJQ em Canchungo é a voz que facilmente dialoga com os lavradores familiares. Para isso, foi possível aplicar pesquisa de campo, entrevista de natureza aberta, olhares e exercícios da avaliação da quinta geração e as vivência e acompanhamento de cotidianos de pessoas da cooperativa, no período de 72 dias. E por fim realizamos a análise de conteúdo de pesquisa de campo expressos em fotos, depoimento de entrevistados, relatórios de atividade da Cooperativa COAJQ.

A preferência deste trabalho de pesquisa se justifica a partir das experiências acumuladas na vida cotidiana, acadêmica, nos debates nacional e internacional sobre a desenvolvimento, principalmente a mecanização de agricultura, como possibilidade de combate à pobreza (fome, insegurança alimentar e nutricional, desemprego e êxodo rural dos

⁴ A tabanca pode ser compreendida como aldeia, comunidade localizada nas zonas rurais.

jovens) na Guiné-Bissau e debate internacional sobre as políticas desenvolvimento sustentável, se percebe no memorando Terra Ranka (2015). Estes são eixos principais que norteiam a construção do objeto da nossa investigação.

As experiências têm haver com a minha vivência em Canchungo. Trata-se em torno de uma proposta que irá identificar as possibilidades de entender as formas de construção de emancipação social, a partir das cooperativas como alternativa e novo espaço de troca de novos saberes (cooperativa e associações comunitárias), em contraposição do conhecimento universal orientado pela ética capitalista, baseado no individualismo e no mercado. Nesta condição, sobre a contribuição acadêmica, perspectivamos que, através desta atitude e ousadia ter a condição de apresentar uma contribuição, mais direta aos grupos, comunidades e organizações locais, suscetível de servir na formulação de política de desenvolvimento de capacidade sociais, agrícola e comunitária.

A Guiné-Bissau, principalmente o setor de Canchungo, em particular, apresenta recursos humanos com maior necessidade relativos aos camponeses e ao quadro de cientistas sociais, com destaque para Sociologia, também, por estar no continente que ainda está em fase de desenvolvimento. Um motivo que torna mais relevante o desenvolvimento de um trabalho desta natureza também está relacionado ao fato de que a bibliografia sobre as Ciências Sociais na África não ter, ainda, sido capaz de focar as idiossincrasias do processo de desenvolvimento local, estudos das cooperativas, nos países da lusofonia. Num país que ainda apresenta necessidade de ter quadros na área de Ciências Sociais e principalmente na perspectiva interdisciplinar. E, então, estudar essa realidade como perspectiva de interdisciplinar possibilitará conhecer os entraves e os avanços no processo, concepções em jogo sobre desenvolvimento, contribuindo tanto para o aumento de qualificação das instituições de pesquisas, quanto para o quadro dos docentes de programas e políticas públicas.

O vínculo desta proposta de pesquisa com a interdisciplinaridade, enquadra-se na preocupação e crítica do sociólogo, Elísio Macamo. Para Macamo (2011), quando considera que, “as ciências sociais na África são percebidas como um empreendimento interdisciplinar, uma vez que fragmentação do conhecimento sobre África, em função de disciplinas sistemáticas, como sociologia antropologia, história, *agronomia*, economia e ciências políticas não parecem ter conduzido a um melhor conhecimento sobre o nosso continente. Ou seja, a fragmentação do conhecimento em disciplina definidas não nos permitirá traduzir as formas de construção de ações coletivas de associações. Nesta ordem de necessidade que

consideramos a interdisciplinaridade, como forma de chegar as diferentes possibilidades de conjugar saberes de outras disciplinas do conhecimento, para melhor entender e explicar o objeto a estudar, respectivamente, a Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (COAJQ) e associações comunitárias e os sujeitos que entrelaçam no interior destas organizações.

A consideração sobre o vínculo da presente pesquisa ainda percebe a interdisciplinaridade como necessidade que “decorre da própria forma de o homem produzir o conhecimento enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social” (FRIGOTTO, 2008). Na nossa investigação, esta necessidade decorre da própria diversidade que parte da forma como a cooperativa e associações comunitárias têm em seus objetivos de atuação, diferentes atores que trocam reflexões e concepções políticas e culturais diferentes. Ou seja, as ações de cooperativa, associações comunitárias em Canchungo, não são de uma mesma vocação, cada qual tem as suas ações, história, cultura, política e concepção ideológica. Portanto, diante destas diversidades que entra a nossa necessidade de uso interdisciplinar, para melhor aprofundar a necessidade de tradução e interpretação, assim como produção de um conhecimento próprio, “fundado nas próprias experiências, atento à história” (MACAMO, 2011).

Esse trabalho está dividido em duas partes. A primeira parte conjuga quatro capítulos. No primeiro, privilegiamos discutir “abordagem metodológica para construção de conhecimento”, segundo demarca debate sobre “organizações da sociedade civil em Guiné-Bissau”, no terceiro debruçamos sobre o que chamamos de “diálogos em torno de desenvolvimento e emancipação social”. Na segunda parte, o primeiro capítulo aborda as questões metodológicas e teóricas. A segunda parte interpreta os dados coletados na pesquisa de campo e desenvolve-se a partir desses capítulos: “marco institucional da COAJQ e desenvolvimento mediante rádios comunitárias”; o último capítulo discute “Práticas de produção coletivas na COAJQ: Agroecologia, agropecuária e bolanha”.

SEÇÃO I: ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO

1. Metodologia e seus desdobramentos

A nossa pesquisa assume a metodologia de estudo qualitativa. Trata-se de uma abordagem diferente das investigações acadêmicas que usam os métodos da pesquisa quantitativa. A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação. É uma pesquisa interpretativa, com investigadores tipicamente envolvidos em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes (CRESWELL, 2010). Nesta condição, a nossa investigação preocupa-se com a interpretação das ações desenvolvidas no âmbito social da Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (COAJQ), situada na zona norte da Guiné-Bissau, principalmente na Região de Cacheu, concretamente no setor de Canchungo.

A nossa investigação conjuga a pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo através da observação e entrevista semiestruturada. Faz parte da modalidade de estudo de caso, amplamente utilizada nas ciências sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou pouco “objetos”, de maneira que permite seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2010, a). E no nosso caso o centro de atenção estará na COAJQ e as comunidades que trabalham em parceria com esta cooperativa.

Assim sendo, a pesquisa considera o método qualitativo como aquele que busca apanhar e explicar o lado subjetivo do fenômeno (DEMO, 2009). Segundo Teixeira (2014), o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e ação, para descrição e interpretação. Ou seja, esta modalidade permite compreender as ações e comportamentos além da sua quantificação estatística. Nesta óptica que elegemos a pesquisa bibliográfica que é elaborada com base em material já publicado, que inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses dissertações e anais de eventos científicos. (GIL, 2010 b; CERVO, 2007)

A pesquisa documental, segundo Gil (2010), vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidade diversos, tais como assentamento autorizado, comunicação etc. (GIL, 2010). Esta pesquisa preocupa-se com documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações. Na nossa investigação estes materiais são relatórios, fotos, vídeos, cartazes de atividades de projetos da COAJQ ora com as comunidades.

A observação participante, para Flick Uwe (2013), é percebida como uma forma de coleta de dados contrastantes, onde a distância do pesquisador da situação observada é reduzida. A sua apreensão durante um período de tempo estudado torna-se um instrumento essencial da coleta de dados, na medida em que permite selecionar as situações, as pessoas, os eventos, os dados. A explicação da observação na nossa investigação correspondeu com a pesquisa de campo na Canchungo. Ou seja, viajamos para este setor da Guiné-Bissau e observamos de perto às ações sociais em torno trabalho agrícola, campo de criação de galinhas / pecuária, postos de vendas, prestação de serviço da comunidade e as formações e capacitação de jovens líderes de associações.

De acordo com Gil (2010), as entrevistas semiestruturada, são preparadas várias perguntas que cobrem o escopo pretendido da entrevista. Para isso desenvolvemos guia das perguntas como forma de orientação. Esta técnica possibilita tomar a atenção de focos como: não direção na relação com o entrevistado; especificidade das opiniões e definição da situação a partir do seu ponto de vista; cobertura de uma ampla série de significados do tema e por fim permite aprofundamento e o contexto pessoal exibidos pelo entrevistado. (GIL, 2010)

1.2. Cooperativa COAJQO como agente colaborador

Começamos logo com a pergunta: por que tratar a Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (COAJQO) como agente colaborador e não objeto de pesquisa? Sempre é frequente e quase uma norma nas ciências sociais definir os fenômenos a estudar na construção de projeto de pesquisa como objetos, mesmo sendo pessoas.

Em uma percepção mais crítica sobre a noção de objeto, nos parece estar carregada do sentido de objetificação generalizada. Em que não nos permite diferenciar, quando o fenômeno a estudar trata de pessoas ou coisas. Na medida que orienta para uma percepção capaz de entender que, quando o estudo trata de pessoas, não nos é dada a autoridade de manipular, pela condição da ética e também pela razão de semelhança.

Assim, nesta pesquisa, buscamos perceber que a cooperativa COAJQO é um espaço de relação, construção, desconstrução das complexidades de pessoas oriundas de percursos históricos, postura política ideológica e cultural diferentes. E para isso não são aqui objeto de pesquisa. São sujeitos de suas próprias histórias. E por tratar de uma instituição, não governamental, afirmada na base de cooperativismo, solidariedade e emancipação nos parece

cabível ser tratada de agente perpetuadores da solidariedade africana fundada na noção de *ubuntu, ujamaa bissoité* (MALOMALO, 2017).

O exercício de tratar a cooperativa como agente colaborador desta investigação, não é a satisfação de modismo acadêmico, intelectual. Mas, é um exercício de sensibilidade africana (TAIWÓ, 2015, p. 1650; MALOMALO, 2017), como a condição de pesquisador se colocar no horizonte com os seus colaboradores, no processo de construção de conhecimento, principalmente no contexto africano.

O uso da categoria agente colaborador, em vez de objeto de pesquisa, partiu da nossa postura teórica crítica. Consideramos que a cooperativa não se trata de objeto de manipulação, mas sim de organização que no seu seio está estruturado de relações de pessoas com seus devidos valores. Essa é o nosso ponto de partida. Assim, consideramos a crítica de Malomalo (2017), sobre tratamento que a ciência ocidental faz de seus colaboradores na pesquisa como objeto. Para aquela concepção, os colaboradores são objeto de pesquisa, que para ele trata-se de recorte que o cientista faz sobre o campo de delimitação de seus objetivos e métodos adotados. Na nossa ótica, a cooperativa vista como agente colaborador, não como mero objeto de investigação. Portanto, logo no próximo subtítulo, o leitor irá perceber como chegou o interesse de estudar a COAJQQ, como agente emancipador para o desenvolvimento local nas comunidades de setor de Canchungo.

1.3. Estudo de caso: Cooperativa COAJQQ

A Metodologia dessa pesquisa resulta da conjugação de método e técnicas que focam no estudo de caso, com aprofundamento na pesquisa de campo que nos levou a nos deslocar até o setor de Canchungo e realizar visitas as bolanhas⁵, acompanhamento do cotidiano da cooperativa através dos seus trabalhadores e parceiros.

O estudo de caso, trata-se de concentrar no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo (SEVERINO, 2007, p.121), 21). A coleta de dados e sua análise se dão da mesma forma que nas pesquisas de campo, em geral. O caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e representativo, de modo de ser apto a fundamentar uma generalização para a situações

⁵ Na última sessão do trabalho o leitor irá encontrar definições sobre a noção de bolanha como a terra.

análogas, autorizando inferência. Os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo. Devem ser trabalhados, mediante análise rigorosa, e apresentado em relatório qualificados.

Portanto, a representatividade da COAJQ, na zona Norte do país e sobretudo na Região de Cacheu, justifica-se à medida em que esta cooperativa passou a espelhar e influenciar diversas organizações não governamentais e sobretudo, o Estado, em como aplicar os projetos de desenvolvimento socioeconômico na zona rural e combate à pobreza, e emancipação de mulheres em mandjuandadis⁶ e jovens nas tabancas do setor de Canchungo. A COAJQ em Canchungo é a voz que facilmente diálogo com os lavradores familiares.

⁶ O conceito *Mandjundadi*, brevemente, é conhecido por ser uma temática de vários estudos. A *mandjuandadi* é denominada *Adjagasi* (significando em crioulo mistura), aludindo ao fato de participarem mulheres de várias etnias [...] e idades, com base na atividade profissional comum como *bideras* partilhando os locais (DOMINGUES, 2000, p. 219). A pesquisadora guineense, Maria Odete Semedo (2010) considera que, a origem das *mandjuandadi* guineenses nos centros urbanos está atrelada à estratificação social, imposta pelo sistema colonial português. E ressalta que as *mandjuandadi* sempre existiram como grupo de pessoas da mesma idade que se organizam para realizar trabalhos na aldeia, atividades como a preparação do campo agrícola, a colheita e a cobertura de casas. Essas organizações comunitárias acompanharam ao longo dos tempos, o desenvolvimento social de zonas mais recônditos do país. O sentido, possivelmente sociológico da Semedo (2010) sobre a *Mandjuandadi* define como coletividades organizadas, regidas por normas próprias e com atribuições específicas, surgidas há mais de cento e cinquenta anos. Grupo de *Mandjuandadi* aqui é percebida como campo de trocas de saberes interdisciplinar para emancipação e resistência das mulheres guineenses. Uma arena de arte musical, arte de *mindjerdade*, arte de resistir contra violências, contra desemprego, de articulação de uma outra concepção da cidadania, da democracia, da economia, do poder, também espaço de amor, relação afetiva, solidariedade, de construção e transmissão de saberes. Tudo expressado nas letras de músicas, no ritmo de toque e dança tipo de panos com as suas figuras filosóficas e geométricas usado (GOMES, 2019). Por não ser, a *mandjuandadi*, nosso fenômeno de estudo, limitamos no apontamento das definições apresentadas até aqui. Sempre falamos do comportamento institucional, como arena da burocracia, máquinas e técnicas, em que nele, não exhibe os modos de relação e produção símbolos antropocêntricos. Mas, como campo de relação fundada na racionalidade expressa numa burocracia para objetividade. Assim, todas as relações de sentimento, moralista religiosa, sentimentalismo são delegadas para depois o trabalho ou no período pós-trabalho. O que se observa na COAJQ, os trabalhadores, ou pessoal da desta cooperativa, consideram que a COAJQ não é o lugar de trabalho só. Isto por perceber que, o

1.4. Pesquisa participante na COAJQ em Canchungo

Essa modalidade de pesquisa é aquela em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, “compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados. Participa, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa de suas atividades” (SEVERINO, 2007, p. 220).

O pesquisador coloca-se na postura de identificação com os pesquisados, no nosso caso, colaboradores. Exercitamos essa técnica através da minha inserção na jornada e tarefas dos trabalhadores da COAJQ. Ou seja, viajei para Guiné-Bissau, passei em 71 dias na Canchungo. Neste período, frequentei a sede da COAJQ com base de uma proposta de calendário de acompanhamento de atividades, em cada departamento e visitas aos lavradores familiares nas bolanhas. Procurei interagir em situações, processos em todas atividades praticadas pelos sujeitos, como tive oportunidade de acompanhar, envolvi-me nas atividades de formação e capacitação em transformação de fruta (caju em compota, mel-melada, vinho licor, pastel, bolo, bife pizza. Nestas, como pesquisador registrei “descritivamente todos os elementos observados bem como as análises e considerações que fazem ao longo dessa participação” (SEVERINO, 2007, p.1200).

A técnica da observação participante manifesta, também, a vantagem e desvantagem. Segundo Gil (2010, p. 104), o primeiro trata-se da facilidade do rápido acesso a dados sobre situações habituais em que os membros das comunidades – cooperativas e os camponeses, se encontram envolvidos. Segundo é que, possibilita o acesso a dados que a comunidade ou grupo considera de domínio privado. A terceira vantagem considera a viabilidade de captar as palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados. Antes de apresentar as desvantagens dessa técnica de pesquisa, importante acrescentar com base na nossa pesquisa que, uma outra facilidade ou vantagem que a pesquisa de campo oferece é a condição, possibilidade de sentir e se colocar com mais sensibilidade perante os dados e os sujeitos em interação, relações de poder entre si, e com o seu envolvimento, principalmente no plano ontológico. No que tange as desvantagens, considera-se, segundo Gil (2010 a), “às restrições determinadas pela assunção de papéis pelo pesquisador”. Este pode ter sua observação restrita a um retrato da população pesquisada.

conceito de trabalho abstrato, resultado da percepção de modo de produção capitalista, não consagra o que tem sido a relação de trabalho, dentro da cooperativa, fora dela com os camponeses.

Assim, assumimos, o uso da pesquisa participante para acompanhar as atividades da cooperativa Coajoq em cada departamento. Por exemplo, atividade de transformação de frutas (caju, manga, cabaceira), serviços prestados para com os camponeses no uso de trator, relação entre os trabalhadores, frequentar a sede da cooperativa na Canchungo e visita à rádio Uler *Abaand* e a Rádio Voz do Rio Cacheu e a bolinha de Petabe como referência.

1.5. Análise de conteúdo de pesquisa: entrevista, transcrição, tradução e interpretação

A análise de conteúdo trata-se de uma “metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escrita, orais, imagens, gestos” (SEVERINO, 2007, p.120). Nesta condição, usa-se, os depoimentos resultantes da entrevista com os coordenadores da Cooperativa COAJQ, líderes de cada departamento, jovens e mulheres que participantes nas atividades de formações e capacitações dadas. São utilizados os vídeos, fotos, documentos como estatuto da cooperativa, relatórios de projetos da COAJQ.

Esta postura de tratamento de dados, como conteúdo discursivo, prove de exercício de compreender criticamente o sentido manifesto, ou oculto das comunicações de agente entrelaçados, no que entendemos como processo de desenvolvimento social a partir de relações cooperativista socioemancipatória na Canchungo. Portanto, o discurso neste caso é aquele conteúdo de diferentes formas de comunicação e interlocução, bem como aqueles obtidos a partir de perguntas, via entrevistas e depoimentos.

Tendo realizado a pesquisa de campo, por meio de pesquisa documental, nos arquivos da COAJQ, é quase que exigente explicar o que são e usamos destes conteúdos na pesquisa. Portanto, análise de conteúdo “é uma metodologia de tratamento de informações constantes de um documento, sob forma de discurso pronunciados em diferentes linguagens: escritas, orais, imagens, gestos” (SEVERINO, 2007, p.121). Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Trata-se de compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações. A concepção da cooperativa sobre desenvolvimento, seu surgimento, como se estruturou o sentido oculto nas práticas de troca de experiências tudo isso orientado a partir dos objetivos na pesquisa.

Portanto, procura-se descrever, analisar e interpretar as mensagens enunciados de todas as formas de discursos, procurando ver o que está por detrás das palavras. Os discursos

podem ser aqueles já dados nas diferentes formas de comunicação e interlocução bem como aqueles obtidos a partir de perguntas, via entrevista e depoimentos.

Nesta ordem de ideias, as entrevistas aplicadas, juntos com as observações, vivenciais como formas de “capturar as subjetividades das ações, o não dito, os conteúdos provenientes de relatórios e projetos da COAJQ são aqui objeto de análise” (SEVERINO, 2007, p. 121).

A entrevista é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação (SEVERINO, 2007 p.109). A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte (colaborado/a) de informação.

Nesta pesquisa, faz-se o uso da entrevista estruturada. Segundo Gil (2010), ainda, essa técnica possibilita, primeiro, a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; segundo, é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano e; terceiro, os dados obtidos são suscetíveis de classificação. Nesta condição podemos ainda afirmar que é uma técnica que possibilita o pesquisador chegar à compreensão do sentido, significação dos signos dos seus colaboradores. Ou seja, chegar à compreensão objetiva e subjetiva de trabalhadores, coordenadores, camponeses na cooperativa COAJQ.

Nestas determinações, o público colaborador no processo da entrevista considera, primeiro: os dois coordenadores/ fundadores da cooperativa. Segundo grupo de entrevistado serão um responsável de cada departamento, respectivamente: da pecuária, da rádio e comunitária, de transformação de frutas e um da máquina e serviços. No terceiro grupo procuramos entrevistar, jovens, líderes das associações, beneficiários de atividades de formação de formação e capacitações na COAJQ, no decorrer da pesquisa de campo, na sede da mesma. Partindo destas indicações a escolha será na base da nossa escolha durante a nossa estadia na Cooperativa COAJQ.

Portanto, contabilizamos, no total, 14 depoimentos resultantes de entrevistas acompanhadas com observações participantes nas bolanhas, nas hortas, na própria sede da COAJQ e pequenas vistas nos arredores da cidade e tabancas de Canchungo.

A análise e interpretação, segundo Severino (2007), não há como separar dois processos na pesquisa qualitativa. Portanto, para interpretar os resultados o pesquisador precisa ir além da leitura dos dados, com vistas integrá-los num universo mais amplo em que

poderão ter algum sentido. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas. Daí a importância da revisão da literatura, ainda na etapa do planejamento da pesquisa (SEVERINO, 2007, p. 178).

1.6. Avaliação de quinta geração: um instrumento de estudo de caso

A metodologia da avaliação da quinta geração é muito usada nos estudos do desenvolvimento local, no nosso caso será aplicada referente à COAJQ.

A avaliação de quinta geração, para Malomalo (2017), tem como alguns de seus teóricos Fontan e Lachance que, tem servindo-se desse método no estudo de políticas públicas e ações afirmativas na elaboração da sua tese no Brasil. O seu contato com pesquisadores do Canadá permitiu-lhe conhecer e aplicar esse método na pesquisa.

O propósito de usar a avaliação da quinta geração não tem o objetivo de averiguar o rendimento econômico da cooperativa COAJQ, mas buscar compreender o seu reconhecimento, de sua razão de ser uma cooperativa emancipatório, o seu apoio dado à sociedade, a sua legitimidade social e popular, os seus princípios econômicos solidários.

A avaliação tornou-se uma ferramenta essencial para gerenciar e aprimorar as organizações sociais, por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, a maioria dos órgãos de financiamento vincula o financiamento atividades levadas a cabo pelas organizações sociais para resultados. A avaliação é então usada como um método de verificação para alcançar esses objetivos.

Em segundo lugar, organizações que realizam um conjunto de atividades, intervenções, a fim de responder a uma missão social, fazer uso da avaliação. A avaliação então permite um olhar crítico reflexivo em ação. Em alguns casos, torna-se o primeiro passo de processo de planejamento estratégico que visa participação social.

A questão aqui é, como a constituição de uma cooperativa agropecuária influencia os jovens e mulheres nas comunidades no processo de desenvolvimento socioemancipatório na região de Cacheu? Queremos saber ainda, como a cooperativa COAJQ tornou-se uma possibilidade de organização de produção para o desenvolvimento local e da manutenção das famílias camponesas?

Para Malomalo (2017a), os princípios fundamentais da avaliação da quinta geração caracterizam-se em: primeira integração de avaliação na definição e na gestão coerente de todo o projeto de pesquisa. Neste âmbito, a nossa pesquisa busca perceber o envolvimento de

cooperantes na definição e avaliação das iniciativas vinda dos trabalhadores da cooperativa e as famílias camponesas. Isto pode ser realizado levando em conta os princípios que orientam a cooperativa de produção – solidariedade, autogestão, autodeterminação, autossustentabilidade (COAJQ, 2012). Ainda, nesta ótica, preocupamos perceber a relação entre os cooperantes, trabalhadores e famílias camponesas.

O segundo princípio desta concepção, da pesquisa, considera avaliação na relação de produção. Este é “fundamental, é a produção de riqueza e do bem-estar da coletividade” (MALOMALO, 2017 a, p. 121). Na nossa ótica, é a possibilidade de perceber nos trabalhadores da cooperativa e as famílias camponesas como as ações da cooperativa através de suas iniciativas chegam a gerar o bem-estar coletivo.

O terceiro princípio é o fato de que todo o “objeto” faz parte integrante de um sistema social. Neste, buscaremos, na postura de vigilância política e científica na cooperativa compreender a relação entre a cooperativa e agricultores familiares, para que as iniciativas da cooperativa não sejam instrumento de dominação.

O quarto princípio ocorre a ação por uma avaliação participativa, política e ética (MALOMALO, 2017 a, p. 12). A relação de complementaridade dos princípios faz do sujeito de pesquisa compreender que a cooperativa e suas ações fazem parte de um sistema social em que não é isenta de relações de poder do Estado.

Segundo Malomalo (2017), na perspectiva da economia social, para realização de uma avaliação é preciso considerar três dimensões: a dimensão de eficácia econômica e a dimensão institucional. Ainda considera que, a dimensão da eficácia econômica está à volta da performance produtiva das iniciativas da economia social que contempla as categorias como: o emprego de jovens no setor de Canchungo, em resposta do êxodo rural, os custos, os benefícios, a rentabilidade e a performance relativa a setor de atividade e sobretudo desenvolvimento de ações emancipatórias.

A dimensão da utilidade social representa um valor agregado característica da economia social e encontra nos indicadores em tais efeitos estruturantes (MALOMALO, 2017, p.121). Este pode ainda ser entendido por a mobilização de um local, as parcerias com outros atores sociais, a política de equidade e de distribuição, alguns indicadores econômicos como emprego de jovens e mulheres. Nesta investigação, esta dimensão ganha relevância na medida em que, se pretende perceber no âmbito da COAJQ como esta dimensão se manifesta na prestação de serviços como aluguel de tratores a famílias camponesas. A mobilização social considerada uma categoria, não no sentido de migração, porém, na

organização de ações da COAJQQ, como os programas de sensibilização para as famílias, serviços de formação técnicas e festivais culturais que a cooperativa organiza na região.

Por último, percebe-se a dimensão institucional. Esta busca, conforme Malomalo (2010), reportar-se à estrutura do poder e ao lugar reservado a vários atores, e no nosso caso, aos setores de produção e serviços de COAJQQ. Estes atores podem ser empregados da cooperativa em diferentes setores, utilizadores/consumidores de produtos e serviços, associações e famílias camponesas nas decisões. As negociações, as consultas e participação de vários atores são indícios de intenções de solidariedade no processo de desenvolvimento local.

São esses os princípios da avaliação da quinta geração que devem guiar a pesquisas que se fundamentam nas propostas do desenvolvimento socioemancipatório e sobretudo solidária. A sua utilidade na nossa pesquisa ganha sentido em subsidiar o estudo de caso da cooperativa COAJQQ nas suas dimensões e princípios, dadas na perspectiva de economia solidária no cooperativismo em Guiné-Bissau.

1.7. Reflexão sobre uso de aparelho gravador na entrevista

A pesquisa de campo, através de técnicas de entrevista e a tecnologia utilizado sempre nos parece fácil e aceitável usar aparelho gravador, ao entrevistar os colaboradores da pesquisa. Isto justifica-se pela limitada capacidade de decorar informações perante o desenrolar de eventos. Mas, a questão que limita a nossa avaliação sobre a eficiência e ética está no uso de deste aparelho ao entrevistarmos um agricultor, um trabalhador e ou coordenador de uma instituição. Nesta ocasião, o grau da impressão manifestado para o agricultor camponês, um trabalhador e coordenador da instituição pode a melhor forma de orientar-se a partir da concepção cultural local. Não a partir da concepção da ética filosófica dominante. Por que, é importante considerar a concepção ética dos seus entrevistados? Considere a Guiné-Bissau depara com problema da instabilidade e crises das instituições públicas nas regiões, dada essa condição os agricultores são roubados de seus gados, seus pertences e por tudo o Estado carece poder de ação sobre estes grupos destas práticas.

Portanto, criticar o modo de aplicação de aparelho gravador na pesquisa de campo, principalmente na entrevista, com a população rural não passa de exercício de sensibilidade. A partir da nossa experiência na aplicação da entrevista, percebe-se que para os entrevistados parece-lhes uma prática judicial em que tinham que prestar depoimento de testemunha. Por estes falar sobre atividade de entrevista expressa investigação policial e emiti uma prática de

exercício de poder sobre o entrevistado. Poder essa de quem está sobre domínios de códigos de conhecimento, de quem está por capturar a comprovação, a partir dos dizeres de entrevistado.

Na aplicação da entrevista sempre soube considerar que, sou um agente da academia, um lugar que, contém poder a partir de um lugar. Lugar essa que somos capazes entrever, interpretar o mundo do outro até o ponto de apontar a sua necessidade. Mas, muitas vezes falta o exercício de sensibilidade de ouvir ou até ensinar o poder público a ouvir essa gente que quase não difere dos esquecidos na política, na construção de saberes, na ocupação de cargo públicos e até de atribuição de garantia de direitos. A luz de exemplo que vivenciei na visita a um camponês, na tabanca de Petabe⁷.

Um dia, fomos pesar castanha de um produtor de caju, quando chegamos, o lavrador familiar começou a perguntar a função de cada um que desceu no caminhão. Então, logo tinha que apresentarmos desde o motorista, jovens que trabalhavam conosco, como estivador que organizavam castanhas em sacos e eu (pesquisador). Então, começamos a nos apresentar. Quando chegou a minha vez, era ainda tranquilo porque o produtor me conhecia anos atrás. Mas, ainda incorporou algumas identidades sobre mim que não tinha conhecido, talvez no meu modo de ser. Para ele eu sou um estudante da universidade na terra dos brancos. E voltei para fazer o trabalho da faculdade em Guiné-Bissau. Até aqui, ainda era normal.

O diálogo começou a aparentar a resistência quando aproximei mais e comecei a explicar a natureza e a intenção da minha presença na pesagem de castanha, da pesquisa que fazia no qual ele iria participar como entrevistado. E eu fazia gravação através de aparelho gravador. Ali, o diálogo ganhou outra instância. Ele disse, “para saberes do que trabalhamos não precisas usar gravador. E acima de tudo, saber do que produzimos, isso nos mandjacos não se faz, *hahíma*”⁸ (CADERNO DE CAMPO, PETABE, 2019). Continua e explica, “vais saber da renda (resultado da nossa lavoura) da nossa família, o que temos e não temos- nossa pobreza”, disse o entrevistado. Depois dele explicar passei segundo repensando o como conseguir essa entrevista. Ele ainda acrescentou “podias fazer o seu trabalho, mas, com gravador ainda, seria pior. E meu depoimento no país instável, em que um dia terei que justificar para a autoridade, com provas no seu aparelho”, disse entrevistado (CADERNO DE CAMPO, CANCHUNGO, 2019).

⁷ Uma tabanca/aldeia de 4km a cidade de Canchungo, na Região de Cacheu.

⁸ Expressão na língua mandjaca que significa no sentido literal sagrado. O sagrado aqui, nesta língua considera o ético e o não, i dever e o não.

A nossa reflexão considera que, o uso do aparelho gravador, logo no depoimento, pode refletir para o nosso colaborador, na entrevista, a chamada de responsabilidade jurídica. Na medida que a sua voz pode ser gravada, muitas das vezes sem conhecimento final do seu uso. Para isso, o aparelho pode gerar a falta sensibilidade e aumenta o medo do entrevistado.

Portanto, trazemos esta sessão como uma provocação aos pesquisadores, acadêmicos da etnografia e pesquisa de campo na África repensar as tecnologias de entrevista nas ciências humanas. Com base nas seguintes questões: a pesquisa de campo por meio de entrevista poderia ser mediada com o prolongamento de tempo de pesquisa e vivência no campo com os colaboradores? O aparelho gravador e o pesquisador perante o colaborador não refletem uma prática de investigação jurídica criminal que ainda pode criar medo ao colaborador na nossa pesquisa? Quais as tecnologias o pesquisador poderia utilizar em caso destes desafios? Como utilizar estas tecnologias na pesquisa de campo nas ciências humanas?

As questões apresentadas são destinadas à reflexão, como temos apontado logo no título desta sessão.

1.8 Colaboradores como pesquisador de saber para si

Nesta sessão, na sua nomeação, nos parece paradoxo. Quase uma impossibilidade, considerar o seu entrevistado, colaborador e observado como um pesquisador de si. A altivez acadêmico e intelectual nos coloca sobreposição aos nossos colaboradores, os chamados “objetos de pesquisa”. A partir da postura privilegiada, no poder de descrever e interpretar o outro.

Os acadêmicos se supõem serem pesquisadores e intelectuais, construtores de conhecimento. Essa relação de sobreposição tem sido o objeto da percepção que vale ser desconstruída, sem alongar nas abordagens teóricas. Ora, bem, a academia considera aquele que descreve o outro, sob manto de poder institucional, burocrático e porque não racional, como o único capaz de construir o conhecimento e ainda interessado a esse produto cultural. Com base nisso, admitimos e reproduzimos. Mas, se considerarmos que, o ser humano, vive pesquisa – perguntar, capturar as respostas ou sentidos destes, como prática de aquisição de informação em conhecimento, em todo o seu cotidiano, exige diferenciar dois tipos de pesquisadores então. No âmbito da nossa investigação entendemos dois sentidos, no processo de pesquisa, principalmente no estudo campo e na entrevista dos nossos colaboradores:

primeiro denominamo-los de pesquisador da coerção simbólica institucional e, segundo é o pesquisador para si ou livre.

O primeiro é entendido como o pesquisador que trabalha na base da coerção disciplinar institucional, com base na competição, seja no âmbito público ou privado, na garantia de salário e ou título de agregação de poder simbólico (certificado, diploma etc.), com o intuito de poder controlar o outro e desenhar o seu ser hoje e o seu amanhã - aspiração.

O segundo é aquele que busca salutar na maior prerrogativa da liberdade. Não depende da coerção institucional para construir o gosto, a necessidade, tão pouco de poder simbólico que o resultado das suas questões poderá gerar. Neste, o único poder possível no qual está sob controle é o fato social de Durkheim (2014). Segundo este autor, trata-se de instrumento sociais e culturais que determinam as formas de agir, pensar e sentir na vida de indivíduos e, imprime nele as características que manifestam a coerção social, abstrata que leva a adaptar às regras predefinidos com base da moral, ética e lei ou regras que orientam a relação da sociedade no qual o sujeito está inserido. É interessante realçar que, para Durkheim (2014) o fato social seria objeto da proposta de uma pesquisa sociológica. Isto, por este constituir-se em maneiras de agir, de pensar e de sentir exterioridade ao indivíduo, dotado de um poder da força externa sobre e o próprio indivíduo.

E o outro é o poder simbólico que, segundo Pierre Bourdieu (1989) é genérico, para isso é um tipo de poder invisível, o qual pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem (BOURDIEU, 1989, p.8).

“O poder simbólico pode ser subordinado, é transformado, quer dizer, irreconhecível, transfigurado e legitimado das outras formas do poder: só pode passar das outras alternativas dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação na condição de se descreverem as leis de transformação que regem as transformação de diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de disseminação e transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BORDIEU, 1989, p.16).

Assim, de uma forma resumida, podemos considerar o poder simbólico como aquele estruturado com base de conceitos caraterísticos como poder, leis, trabalho, capital, símbolos e *eufemização*. O uso de poder simbólico que se faz nesse contexto está no seu sentido da cultura, expressa no conhecimento que o entrevistador detém sobre o seu entrevistado /colaborador.

Para Carvalho (2001), o lugar descentrado já não é mais ocupado por ninguém e o desafio colocado é o de como deslegitimar o saber acadêmico a partir dessa base comutativa de olhares (2001, p. 116). Nesta ótica, pode se perceber a centralização do saber acadêmico, cumpre o rito de construção de poder e poder de interpretar o outro a partir de códigos, ora externos à realidade de entrevistado e colaborador.

Com isso, pretendo afirmar que a característica subjetiva mais significativa do *homo sapiens* é a capacidade de construir o gosto e a necessidade de questionar e fazer das suas respostas elo de coerência com o desejo – devir ser. Esta construção teórica no qual exército, provém das vivências cotidianos durante a pesquisa de campo. Como temos explicado sobre a região de Cacheu e, principalmente, que o setor de Canchungo foi o nosso campo no qual está a cooperativa COAJQ. Um local difícil de fragmentar entre a cidade e a zona urbana. Isto porque a fragmentação social através de desigualdade, relação individual, ainda não determina graus de relação e trocas econômicas.

Durante os tempos da pesquisa de campo, em Cachungo, todos os dias acordo às sete horas, preparo-me mais cedo, porque, no bairro no qual morei, também mora um dos trabalhadores da Cooperativa. Era ele quem me levava e trazia também. Um percurso da cooperativa à casa e de casa a COAJQ leva dias, a moto passava por problemas mecânicos e tínhamos que caminhar quase uma distância de 5 km.

Nos 72 dias na Guiné-Bissau, na sua maioria foram dias de trabalho de pesquisa de campo, na cooperativa COAJQ. Nestes dias, quase a cada dia que chego à cooperativa um dos trabalhadores/as tem que me perguntar alguma coisa. Que no meu caderno de campo também estão lista de perguntas a serem aplicadas, com os trabalhadores/as, coordenadores, os beneficiários de projetos e membros de uma associação comunitária.

Num diálogo, um dos operadores de máquina disse: “Farã, como é a lavoura no Brasil? É igual a nosso aqui? Como são brancos lá? Você teve sorte de ir estudar lá! Quando vais voltar ao Brasil? Nós estamos aqui, já resta na nossa Guiné-Bissau”. E ainda me disse: viste este trator?! É fruto de trabalho, você sabe, os brancos trabalham muito. E nós aqui, nada fazemos, passamos tempo com problema dos políticos, por isso acho melhor entregar aos brancos este país”. (CADERNO DE CAMPO, JULHO, DE 2019)

Quem estuda o que sobre quem? E quem sabe quais aspectos de sua realidade – cultural, social, política, ambiental, econômica – estão sendo estudados... por quem? Entre esses *quês* e *quens*, que implicam posicionalidade ...] (CARVALHO, 2001, p.116).

A nossa contribuição neste contexto vem sustentada na reflexão de José Jorge Carvalho (2001) a quando consideração na análise de contribuições de Spoivak, Homi Bhabha sobre a condição epistemológica de produção de conhecimento no Sul, principalmente a partir do lugar do Subalterno.

Por serem produtos universitários, externos da nossa realidade, toda cuidado na interpretação e sensibilidade nos parece pouco. Isso em condição de instituições legitimadoras de conhecimento são antes de tudo dominados pelos códigos culturais do ocidente que, de certa forma, pode nos levar a assumir o lugar de colonizador. Como já dizia Carvalho, se falarmos com o “colonizador espera ouvir, nos desterritorializados e passamos a participar de uma comunidade internacional que é fantasiada como sem fronteira, porém que na realidade não possui âncora na nossa história” (CARVALHO, 2001, p.137).

Assim, também, quando voltamos a realizar etnografias, nós, africanos oriundos desta sociedade, inconscientemente somos postos neste mesmo plano, quando olharmos pelo colonizado residente (camponês, um morador rural, que pobre na cidade etc.). Esta passagem de Carvalho justifica como é possível se servir à frente de um entrevista e também, por corresponder aos percurso acadêmico universitários que tenho percorrido de Guiné-Bissau e migra para Brasil num período de seis anos, por onde estudo o conhecimento que significativamente ao longo da história foi dominada pelos códigos culturais de legitimação de ocidente, apesar de importante exercício das universidade por onde vinha de Brasil busca desconstruir a hegemonia do conhecimento ocidental. Por quando é uma viagem longa, principalmente a quando se coloca no contexto africano, guineense e de Canchungo. Em que, em seis anos que estive na universidade brasileira, passei a comunicar e a estudar no maior na língua estranhos aos povos nos quais hoje estudo: moradores de comunidades/ tabancas de Canchungo. Com isso, a nossa preocupação é como comunicar, colocar a minha fala no plano de diálogo, de negociação com o nosso entrevistado?

A reflexão postulada nos debate sobre a condição do subalterno, na construção do conhecimento, principalmente no processo de construção do conhecimento na condição do Sul global, nas obras de Edwar Said (2010), da Gatri Spoivak (2010). Estes reforçam a nossa intuição sobre a relação de entrevistador e colaborador na pesquisa de campo. E ainda, quando sublinha na citação que se segue:

“O efeito das narrativas deve fazer-se sentir, primeiro de tudo, no próprio etnógrafo: ele deve deixar-se impactar por um discurso que se apresenta como estranho, distante, inacabado, inadequado, porém desenraizado, pária, desmedido, aberto à alteridade, com uma vocação irredutivelmente universalizante” (CARVALHO, 2001, p. 141).

Esta reflexão traz o exercício da sensibilidade na pesquisa etnográfica. Dito de outro modo, a voz do nativo que ainda não é vista como voz subalterna (CARVALHO, 2001, p.128).

Com base nestas questões, se percebe que os manuais de metodologias de pesquisa nas ciências sociais têm descartado uma certa questão, sobretudo por não considerar que, a interface de pesquisador e pesquisado, entrevistador e entrevistado, interpretador e interpretado insere no campo de autoquestionamentos, dialógicos que, supera domínio de questionamento unicamente do pesquisador para pesquisado.

A questão dialógica acontece quando o pesquisador se coloca na pesquisa de campo, independente de tempo a restar neste, sempre é algo de perguntas. E é perceptível a maior preocupação nas abordagens, em considerar que, ao ir realizar a pesquisa de campo, só temos a aplicar questionários e interpretar. Considerar que, na pesquisa de campo, também o próprio pesquisador precisa se colocar à disposição de perguntas, interpretações, descrições dos nossos entrevistados. Com base nesse fosso que considero que, os nossos entrevistados, observados, são também pesquisadores, não sujeitos passivos a serem domados com perguntas. Se não, o diálogo no parágrafo anterior deste texto, nos mostra o quanto fui defrontado com perguntas que muitos dos meus colaboradores e entrevistados me colocaram.

Por fim, neste texto, resultante de apanhadas de caderno de campo, ora da subjetividade construída ao longo da pesquisa na Guiné-Bissau que aproveito e compartilho aqui. Por isso, consideramos a posição que tenho defendido na dissertação de mestrado, de que o pesquisador e entrevistado na condição de pesquisa de campo que implica, vivência, observação, construção afeto, confiança e superação de medo e de timidez, envolve antes de posição de troca com diversas interesses e uso de resultado de questão de cada um (pesquisador e pesquisado/a), não existe pesquisador e o passivo reservado a dar respostas, a ser conhecido, descrito e interpretado. Todos são sujeitos a observação, entrevistados, no sentido de ser questionado, descrito, interpretado. O diferencial está na utilidade final do que coletamos.

SEÇÃO II: ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM GUINÉ-BISSAU

Este capítulo tem o principal propósito de chegar com o leitor a percepção da situação de campo, a partir de abordagem histórico social do percurso de diversos modos de organização de jovens, mulheres e demais flanges sociais. Mas, sobretudo, perceber como a dinâmica crescente das organizações da sociedade que significa sinal de aproximação do exercício de liberdade de expressão e organização e, sobretudo, demonstrar com essas crescentes organizações e seus projetos como um processo que produz o que chamamos de saturação social. Para tanto, o capítulo tratará destes pontos: primeiro, as organizações da sociedade civil, o segundo discute as Organizações não governamentais e, o terceiro e último aborda a saturação social como reflexos sociais da proliferação de ONGs e suas ações.

2.As organizações da sociedade civil

As organizações da sociedade civil, no contexto guineense, obedecem a um percurso determinado pela condição social, política, econômica do país, considerando que, a Guiné-Bissau está no grupo de países africanos que fizeram a revolução e tomaram as independências na década 1970 do século XX. Esta noção, numa perspectiva comparativa, realça a noção predominante da sociedade civil como instituições rígidas de mercado e não no sentido socialista e ou fundado na base da solidariedade africanos.

O conceito da Sociedade Civil, no contexto da Guiné-Bissau, segundo a pesquisa realizado no país, pela a organização não governamental, Instituto Marquês de Valle Flôr (2008), resultado do seu projeto “*no na tisi no futuro*”⁹, considera que, a sociedade civil guineense manifesta caráter heterogênea, por conjugar grupos de comunidade formal como informal¹⁰. Para IMVF (2008), o período de 1990 é de maior crescimento rápido de número das organizações de sociedade civil. Isto por coincidir com o evento marcante na política guineense - a abertura do país ao multipartidarismo. O crescimento das organizações demandava mais da independência do que o fim do partido único. Isto, se considerar as

⁹ Da língua crioulo que significa vamos fazer junto o pano.

¹⁰ Portanto, essa sua heterogeneidade é constituída por Sindicatos, associações profissionais (ordem de Advogados etc.), Associações ou grupos comunitários e de base rural ou urbana, associações de juventude, desportivas, culturais e recreativas, associações de empresários e do patronato, associações de pequenos comerciantes e de jovens empresários, igrejas, associações confessionais ou religiosas, federações e confederações de camponeses, de mulheres e de produtores, associações de defesa dos direitos humanos (universal, crianças, mulheres, pessoas portadores de deficiência), dos consumidores e dos utentes dos serviços públicos, e por último as organizações não governamentais ou associações de base comunitária.

associações comunitária rurais que não dependeram ou estavam fora de interesse de controle de partido único que manifestavam caráter “ditador”.

A definição e caracterização de Instituto Marquês Valle Flôr (2008), a partir da pesquisa de seus peritos, não permite reflexões sobre agentes constituintes da sociedade civil, na medida que é quase “homogênea” a sua natureza, localização, concepção política ou razão, demanda, espaço (público e privado, urbano e rural), caráter (colonial, ditatorial, libertador, de resistência e exigência) contexto de criação de cada organização. Assim sendo, precisa-se delinear a nossa concepção da sociedade civil e dos agentes que constituem estas franjas da sociedade guineenses.

Afonso e Fernandes (2005) percebem organizações sem fins lucrativos e não governamental, entidades autónomas e independentes de poderes públicos com um forte componente de voluntariado. As ONGD são organizações pertencentes ao chamado “terceiro sector” por diferem na sua natureza, constituição e objetivos do sector público e do empresarial. Por princípio, a sua estrutura organizativa deve ser flexível, dinâmica e pouco hierarquizada (AFONSO; FERNANDES, 2005, p. 59).

As organizações da sociedade estão enquadradas no que se considera o terceiro setor. A concepção de terceiro setor, segundo Pereira (2013, p.28) e Silva (2016, p.23) está nas suas características pelo “conjunto de atividades privadas com fins públicos e sem fins lucrativos, instituído por instituições civis de qualquer origem” que estes desenvolvem.

No mesmo contexto tratado, Barros (2014, p. 35) ressalta que a ideia da sociedade civil no contexto guineense não está forçosamente ligada nem à implantação das estruturas modernas do Estado colonial, nem ao próprio colonialismo. A percepção de Silva (2016) próxima à definição acima citada, por seu lado, percebe que o terceiro setor resulta de organizações sem “prioridade”, sem fins lucrativos e suas ações são mais direcionados ao público. Uma definição que demonstra o diferencial do terceiro setor com demais setores da economia. Esta noção, numa perspectiva comparativa, realça a noção predominante da sociedade civil como instituições rígidas de mercado e não no sentido socialista e ou fundado na base da solidariedade africanos.

A sociedade civil africana, na perspectiva de Mandani segundo Rosa (2009), da modernidade e não modernidade, no olhar sobre estruturas urbano não devem ser generalidade rural.

Segundo Rosa (2009), na concepção de Mandani, o mundo rural e urbana existem e podem encontradas as suas diferenças empiricamente na dualidade ser a marca do

colonialismo tarde da África. Um colonialismo que teria agido de forma bifurcada em praticamente todo o continente (ROSA, 2009, p.73). Neste, o Estado bifurcado estaria marcado pela ação diferenciada dos regimes coloniais no que se refere aos espaços urbano e rurais. Para isso debate sobre o conceito da sociedade exige emergir nas estruturas organizacionais além da esfera da determinação do Estado.

2.1. Organizações não governamentais

Em relação à política de cooperação internacional, o termo ONG apareceu, pela primeira vez no ano 1950 na Organização das Nações Unidas (ONU) (PEREIRA, 2013, p. 32; SILVA, 2016:23). O seu uso serviu para definir toda organização da sociedade civil que não estivesse vinculada a um governo. Esta consideração, também, é percebida na abordagem de Matos (2005), por entender que, a ONU utilizava o termo para referir um conjunto muito variado e heterogêneo de organizações internacionais, atuantes no âmbito supranacional e que tem ações de importância, como a OIT, a Cruz Vermelha Internacional, a UNESCO e a FAO (SILVA, 2016, p. 23).

Seguida à independência da Guiné-Bissau, em 1973, as organizações não governamentais no seu surgimento, logo começavam a manifestar cariz partidária (BARROS, 2014). Estas serviram de aparelho ideológico do partido único/Estado para difusão do nacionalismo guineense e a reconstrução nacional. E faziam parte da existência de instituições sociais de base rurais antes da chegada do Estado colonial português e vem se desenvolvendo ao longo de séculos. (FORREST, 2003; SILVA, 2016, p. 41)

Até nas décadas de 1950 e 1960, as organizações filantrópicas como congregações das igrejas, clubes de esportes, grupos de trabalho solidário eram as entidades que empenhavam na promoção de ações sociais, mesmo reduzidos a assistência e, a missão colonial. As primeiras organizações não-estatais que surgiram na Guiné-Bissau pertenciam às igrejas e confissões religiosas ainda nos anos 50 (IMVF, 2008, p.17; SILVA, 2016, p.41).

Um outro marco histórico, no aumento das associações e ONGs, principalmente nas zonas urbanas tem a ver com a revisão da constituição da República em 1991 (SANGREMAN, 2016), que demarca, o ponto de partida da democratização política, pluralismo e experimento da tímida liberdade de associação, reunião e de expressão. Assim, é importante mostrar que a crise econômica de 1980, impactou o país e reforçou a introdução de debate sobre o livre mercado. Mais tarde, o impacto do programa Ajuste Estrutural e como consequência a mudança no fim do partido único.

No seu auge verificou-se a maior tendência crescente de proliferação, em 1990, com a abertura democrática na Guiné-Bissau aponta (BARROS, 2014). Mas a própria proliferação começou no século XXI com ampliação de política de cooperação Sul-Sul, contínua busca de aproximação do Norte a países de menor crescimento econômico, mais verde em exploração de recursos e de mercado de investimento. É importante destacar a criação de políticas, como a instituição da supervisão da intervenção das ONG à SOLIDAMI¹¹ que por sua vez era tutelada pelo Ministério da Cooperação Internacional.

O percurso histórico social das organizações da sociedade civil, neste país africano pode ser percebido em flexíveis instâncias históricas. Considero flexíveis por não ser rígidas etapas de sucessão na história do país. Mas apropriamos esta periodização de Silva (2016), para melhor orientar a compreensão mínima do nosso leitor.

Portanto, nesta instância, o primeiro período e segundo e até terceiro são marcados pelas organizações filantrópicas. Mas, antes da proclamação da sua independência, a sociedade guineense, na década entre 1950, já demarcava a presença das organizações que podem ser caracterizados como as ONGs, mesmo carregadas de ideologias coloniais e de missões civilizadoras e ou contrária, como também as organizações de religiões tradicionais e reuniões dos régulos em que existe fraca influência da política colonial português. Neste período, histórico, estas organizações filantrópicas primavam pelos interesses coloniais, ligadas as igrejas e clubes. A sua sequência, vem os anos de 1970 a década 80, demarcada pela introdução dos ideários de organizações partidárias, de massa, sob tutela de partido único: Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC). Os seus propósitos consideram a mobilização da massa para reconstrução nacional, instrumentalização por meio das ideológicas do partido. O terceiro período compreende a criação da Instituto de Solidariedade e Amizade (SOLIDAMI), este demarca o período de maior significância de nascimento e entradas, política, institucional das ONGs no país.

No seu quarto período, percebe, o ano 1990, traço da abertura política, fim do partido único, adesão à concepção de próprios doadores de recursos e das ideias de criação, não mais as ideologias do partido, influência da democracia liberal, fundada no livre mercado. Mas, neste contexto, demarca, também, o isolamento das comunidades, colaboradores (beneficiários/as) na definição, elaboração, avaliação, monitoramento, seleção das prioridades na tomada de decisão sobre problemas que afetam as tabancas. Como, também, começam a chegar no país as associações de imigrantes guineenses nas diásporas (principalmente

¹¹ **SOLIDAMI** Instituto para a Solidariedade e Amizade (Estrutura de coordenação da Ajuda da ONG)

Senegal, França) que, contribuem na construção de escolas comunitárias, como que podemos ver na região de Cacheu, escola Pública Comunitária de Binitche, Petabe, Canou etc. E estão também ligados a associações de tabancas. Seguida de reestruturação das associações de tabancas, antes de criação de novas associações na cidade de Bissau como a Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ), Conselho Nacional de Juventude (CNJ), Liga Guineense de Direitos Humanos (LGDH) etc.

No quarto contexto, em 1992, pode-se identificar aprovação do Decreto-Lei N^o 23/92. Um mecanismo que regulamenta a criação e as ações de atividades destas entidades como a Fundação Amílcar Cabral, Associação de Amigos de Crianças (AMIC), ONG Esta terra é nossa, na língua da etnia felupe (TININGUENA), Ação para o Desenvolvimento (AD), RADI/WISSAID e ALTERNAG (SILVA, 2016, p. 45).

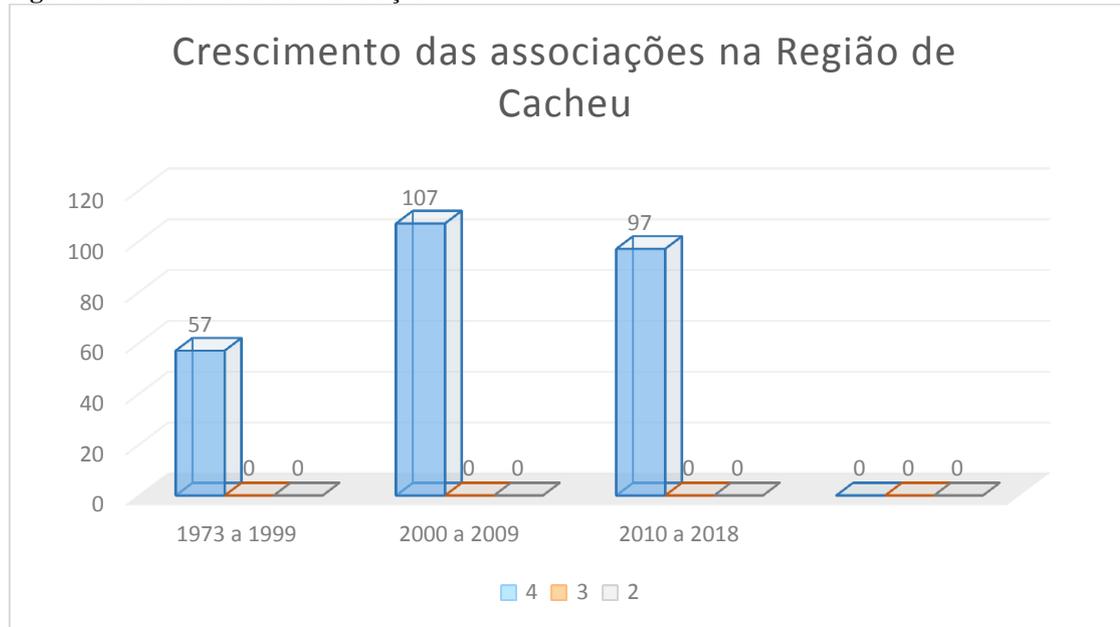
Consequentemente, o ano de 1998 marca a quinta fase do desdobramento de percursos das ONGs na Guiné-Bissau. Neste contexto, foi demarcada a criação da Célula das ONG, que dois anos depois tornou-se em uma plataforma das organizações não governamentais (PLACON-GB). A incorporação da ajuda humanitária, mediações e apelo à democracia, diálogo e paz. Tudo isso, bancar o país a sair da crise do conflito de 7 de junho de 1998. Com relação ao início do século XXI, as bandeiras de políticas de cooperação para o desenvolvimento assumiram mais conceitos e, portanto, mais recursos para a criação de potencialização em recursos às ONGs.

Os eventos internacionais e nacionais como *workshop* de projeto, conferência, chegada e criação de novas associações, novas ONGs. Tudo isso, em acompanhamento da crise política contínua e o aprofundamento das instituições públicas que possam garantir a seguridade humana em seus direitos. Hoje, na nossa atualidade, apesar destas organizações assumirem quase o papel de Estado, a sua total dependência internacional, está-se a emergir na possível proliferação, a nível nacional, destas organizações e passam a ser espaços de empregos e voluntariado de jovens.

Assim, como a complexidade na construção de conhecimento e desenvolvimento social. Para isso, questiona-se o estágio atual de proliferação das organizações da sociedade civil, é um reflexo de uma política possível de Estado, ou uma oportunidade a uma plena representação da crise socioinstitucional da República da Guiné-Bissau com o seu projeto

país? Quais são possíveis e compreensíveis reflexos que um pesquisador pode deparar na realidade empírica na Guiné-Bissau, principalmente na cidade Canchungo e nas suas tabancas?

Figura 04: Crescimento de Associações.



Fonte: Elaborado por: Gráficos elaborados com base nos dados de estudo de GRDR, 2018.

A tabela demonstra que o crescimento de organização da sociedade civil neste país resulta primeiro, do fator da independência do país - 1973, segundo segue o reflexo na liberdade garantida liberdade de organização fruto de fim de partido único, mas isso foi acompanhado também pela globalização à presença de organismo multilateral no país por meio de incentivo ao voluntariado. Mas, com estes apontamentos, não significa todo o resultado da liberdade conquistada na independência. Por considerar dependente de cada região e etnia, existiam diversos modos de organização.

2.2 Saturação social como Reflexos sociais da proliferação de ONGs e suas ações

Depois da minha chegada na casa de um camponês, na tabanca de Canou, agricultor, me apresentei, disse o que estava a fazer, apresentei pormenores do projeto e a sua intenção de coleta de dados de pesquisa. Um pai de família disse:

“Meu filho, nós já estamos cansados de vossas perguntas! Vocês vêm para cá, perguntam tudo sobre nossas vidas, nossos filhos, como comemos e cultivamos, mas, no final, não fazem nada. E a gente não sabe o que fazem

com todas estas informações. Eu sei que você mesmo que perguntas pode não saber o que fazem com estas informações. Mas deviam explicar para ti e para nós. Vimos que pegam informação da gente, prometem nos ajudar em muitas coisas, mas não vi nada até hoje. E se alguma coisa chegar dizem que veio só para certo grupo de pessoas que beneficiam” (INTERLOCUTOR, TX10, Canchungo, 2019).

No depoimento anterior, apresentamos um certo desgaste com grau de tolerância perante desafios que o cotidiano de um camponês e morador da cidade de Canchungo manifesta. Este não pode ser um fenômeno comportamental, na ótica de psicologia e não como comportamento fundado na ausência de instrução. Nisso, pode-se perceber que a estrutura é capaz de determinar o grau de relação das pessoas dentro da dinâmica de relação, ou no campo de ações geradoras de eventos estruturantes das próprias redes de sociabilidade. Os frequentes inquéritos realizados pelas diferentes organizações não governamentais, como técnicas de agregação de dados, principalmente estatísticos para possibilitar a elaboração de projetos de intervenção.

Ainda há dúvida de interlocutor sobre a finalidade de uso de dados, foi o que também não soube explicar com maior segurança. As frequentes crises políticas partidárias não são vistas como a incapacidade somente dos políticos, mas sim, como uma generalização que vem do exercício de compreender o ser guineense. O que as ONGs fazem com todos os dados inquiridos: serve para ajudar as famílias nas suas dificuldades? Para lhes aumentar a produção? Para depois doar um bem a esta família? Para melhor e somente conhecer só as famílias?

“Eu não vou dizer nada sobre a minha família, porque vocês não são diferentes a políticos que fazem promessas para todo o mundo aqui. Semana passadas veio aqui, mais de três grupos, não sei de que organização. Estão a fazer o mesmo trabalho, eles pegaram todas informações sobre nossa vida, tudo, até foram a nossa bolanha¹². Mas estamos acostumados a receber pessoas assim, nada muda, só assim (Interlocutor, TX20, Canchungo, 2019).

Segue outro depoimento de interlocutor: olha, sabemos que vocês desviaram para vocês mesmos, as coisas que brancos nos mandaram. Eu soube que mandaram dinheiro para reabilitar nossas casas e vocês usaram dinheiro e o resto foram reabilitar casas de vossos parentes, namorados e amigos. E nós ficamos nesta condição. Eu não tenho mais tempo com você, não vou falar nada mais sobre a minha vida” (CADERNO DE CAMPO, CANCHUNGO, 2019).

Os reflexos da relação colonial estão no âmago deste depoimento. Observe, sempre há o domínio da relação institucional, que virá pela sociedade chamada “pós-colonial”, virá do Branco. O negro virá do Estado, o público. E na condição e contextos do governo, neste

¹² A bolanha é a terra de diversas utilidades, dominado pela produção de arroz na sua maioria de água doce, a definição mais completa da bolanha e as suas características podem encontrar nas próximas sessões.

momento, ou nos últimos, desejar o melhor que virá do próprio governo é apostar na utopia que nunca mais será visto o seu oponente. Mas, esperar do branco cooperante ou de uma certa organização não governamental é a segurança no trabalho. Ou seja, aqui, podemos perceber, ainda, um certo domínio da relação de colonialidade¹³ na sociedade guineense.

“Nós temos muitos problemas de roubo aqui. Já falamos por administrador, na reunião que tivemos roubos de gado. A pessoa é capaz de perder a vida por ladrões que roubam com armas e fardas de militares. Os militares sabem disso, não é possível. Hoje não podemos criar nada, nem vaca e nem cabra e ou guardar dinheiro em casa. Eles invadem as casas a noite e até matam, roubam até panos” (CADERNO DE CAMPO, 2019).

A proliferação de instituições de sociedade civil, neste caso de organizações não governamentais, através de seus projetos de intervenção em ações de produção de dados, pode ser percebida por meio de seus reflexos que, chamamos de saturação social como reflexos da propagação de projetos das ONGs.

Acredita-se que a razão da saturação que se pretende mostrar aqui, não parece ser resultante unicamente de cidades de Região de Cacheu sediar tantas ONGs. Mas, sim por projetos destes agentes não efetivar maior diálogos e coordenação entre a sociedade (através de líderes locais), Estado (através da sua representação local) e membros ou peritos de cada ONGs. Ou ainda, coordenação de projetos que intervém na mesma, talvez será importante a necessidade de ministério de plano da Guiné-Bissau

Numa mesma área, no mesmo período, uma ou duas organizações realizam atividade de pesquisa (coleta de dados) para elaboração de projetos que possibilitam aplicação de recursos financeiro da organização. Estas organizações carecem condições de medir o impacto de suas interseções com os camponeses, independentemente da impressão, modo de abordagem que a inquiridor pode deixar no campo.

A problemática de roubo de gado, neste setor chegou numa das mais altas tensões que se pode imaginar. Além do que possa ser entendido no depoimento, a organização voz de paz. Liga Guineense de Direitos Humanos, através do relatório já alertavam uma forte preocupação desse fenômeno continuar a gerar conflitos entre camponeses de diferentes tabancas. O relatório da organização Liga Guineense de Direitos Humanos do ano 2007 e o relatório de Programa Voz de paz alertam sobre a urgente necessidade de presença de Estado nas zonas rurais, demarcado pelo frequente roubo de gado¹⁴ e ameaças a vida dos produtores familiares e as cooperativas, como caso da COAJQ.

¹³Consultar:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF

¹⁴ Na região de Cacheu, em 2007, o roubo de gado era excessivo. As vacas desempenham um papel semelhante ao dos bancos modernos, porque alguém pode comprar uma vaca para “preservar “a sua riqueza e depois vendê-la para obter dinheiro. Este valor cultural da vaca significa que o roubo de uma vaca pode criar reações muito fortes e violentas. A população reivindica a inoperância do Estado e dos militares para proteger as suas pessoas e propriedades, então eles criaram grupos de vigilância e de autodefesa.

A saturação social é resultado da proliferação das organizações não governamentais e consequentemente seus projetos, na nossa atualidade é um fato. Isto se considerarmos que na Guiné-Bissau até 1995, antes do conflito militar, conhecido por sete de junho de 1998-1999, as organizações não governamentais não passavam total de 70 organizações, incluindo aqueles da iniciativa de Estado. Ou seja, a proliferação de organizações da sociedade civil e projetos sociais da mesma, por mais que seja considerável, na medida que demonstra o destaque na ampliação da liberdade de expressão e de organização como princípios democráticas, na nossa pesquisa, na região de Cacheu, concretamente em Canchungo, na altura da pesquisa de campo e os dados de outras pesquisas e mais a nossa vivência na investigação de campo se percebe que, a saturação é a consequência de reflexos deste processo. O quadro abaixo explica este fato.

Tabela 01: Organização na Guiné-Bissau: margem de 1973 a 1988.

Org. vocação cooperativa.	Iniciativa do Estado	Iniciativa Privada	Total	Participante
Pré-cooperativa		22	22	1046
Cooperativa	16		16	959
Associações	2		2	135
Projetos de produção popular	16		16	2026
Organizações de entre ajudas		14	14	7310
Total	34	36	70	11341

Fonte: Avena, 1988.

Os dados de quadro acima, além de servir como requisito para avaliar a proliferação das organizações não governamentais, serve também para entender acelerado crescimento destas agentes no processo desenvolvimento das alternativas de crise de Estado. Mas, por outro lado, a proliferação pode ser entendida, também, como expressão de avanço democrático, sobretudo na garantia da liberdade de opinião e da livre organização como direitos.

Se formos fazer uma comparação, se percebe que, até em nossa atualidade, as organizações da sociedade civil expressam um nível de aumento significativa. Como o leitor pode ver na tabela abaixo.

Tabela 02: As organizações da sociedade civil na Região de Cacheu.

SETORES DA REGIÃO	MEMBROS	QUANTIA DE ONG/ASSOC.	SITUAÇÃO	TOTAL ORG.
			FORMALIZADO	
Begéne	10 a 3.864 pessoas	56 Org.	19 Org.	56
Bula	2 a 800 pessoas	15 Org.	10 Org.	15
Cacheu	10 a 350 pessoas	32 Org.	15 Org.	32
Caió	28 a 678 pessoas	37 Org.	11 Org.	37
Caliquisse	15 a 909 pessoa	37 Org.	14 Org.	37
Canchungo	15 a 1.800 pessoa	45 Org.	20 Org.	45

São Domingos	Não revelado	52 Org.	16 Org.	52
Total				244

Fonte: elaborado própria com dados de levantamento da GRDR, 2018.

Assim todo aquele que for recebido no campo como pesquisador, os inqueridos esperam algo a receber e não a informação a dar. A razão pelo qual a credibilidade no Estado como agente público, a noção de poder público está centrada nas elites que os usufrui. A relação de correspondência das promessas de atividades desenvolvidas por ONGs, associações das tabancas e bairros com as famílias.

A atividade de pesquisa no contexto da Guiné-Bissau está num estado de saturação social no campo. O fato é percebido na experiência de inquérito no Projeto PGCEL, realizado pelo Grupo Pesquisa, Migração, Cidadania e Desenvolvimento (GRDR). Uma investigação que tem o propósito de fazer levantamento das atividades geradoras de rendimento, identificação de pontos de referência nos bairros no mapa, número de agregado familiar e suas características socioeconômico em bairros e tabancas arredor do setor de Canchungo.

A realização de pesquisa de campo, por meio de observação e entrevista da dissertação do mestrado na mesma região – Cacheu, coincidiu com a aplicação de questionário da GRDR – PGCEL que, coletou cerca de mil agregados familiares, moradores de tabancas e bairros da cidade de Canchungo. No entanto, imbricado neste social complexo, tornar mais complexo para melhor problematizar tornou-se um dos desafios durante pesquisa de campo, por não ser um fenômeno observado só com as atividades da GRDR como também na própria pesquisa de campo da dissertação de mestrado, realizado na COAJQ.

O fenômeno de saturação social se deve a frequentes pesquisas realizadas na Guiné-Bissau, na sua maioria de natureza consultiva, cujos autores são as organizações não governamentais (ONGs). Os inquiridos das ONGs buscam gerar dados estatísticos, na sua maioria quantitativos para elaboração e aplicação de projetos de pequenas sociais de média duração nas comunidades.

A população de Canchungo, na sua maioria, onde quer que estejam (campo e ou na cidade), de certa vez, já foram questionados sobre a sua condição de vida, como: o que come, como dorme, se cultiva, o que cultiva, se vende quando e a quanto tempo, se tem a casa própria ou aluga, se tem terra para lavoura ou não, é solteiro ou casado, quantos filhos/as têm, nível da escolaridade, quantas refeições por dia tem, o que mais come, se já viajou, tem a energia na sua casa, água canalizada, água de poço, se tem gado, galinha, se chegou de ser assaltado em casa, na rua ou no seu campo de produção, a renda da família, que tipos de

banheiro, que tipos de transporte usa, em que escola (público privado) seus filhos estudam, o que pretende fazer futuramente etc. Desde alimentação, vestuário, a casa, suas práticas cotidianas, agricultura, membros de família, religião, despesas, rendimentos, profissão, suas formas de organização social até nos projetos futuros, e propriedades que possui cada família

Por efeitos desse fenômeno, a frequência de inquiridores nas casas, espaços de lazer, no campo e profissional efeitos por inquiridos, a missão das ONGs constrói a ilusão de que todos “os inquiridores das ONGs vieram para nos ajudar” sair na condição de vida difícil ou para ser mais objetivo – pobreza. A saturação produz como efeito da espera de algo chega na tabanca, família e ou a construir juntos, com a ONGs sem a participação de Estado. Por este último ser conhecido pela sua incapacidade e ao mesmo tempo o campo da corrupção.

Dada a essa realidade, desenvolver uma pesquisa de caráter acadêmico intelectual, em assumir o desafio que tem sido a idiosincrasia da África - construir conhecimento, como coleta de dados para realização de pesquisa de dissertação de mestrado.

Um dos fatores determinantes da saturação de campo social também tem a ver com a incapacidade e ausência de Estado em levar as políticas junto às populações. Assim, dado a essa total banalização do poder público a sua responsabilidade, as ONGs, depois do conflito de sete de junho de 1998, passaram a assumir intensamente o papel de agente provedor direto de projeto com população na busca de garantia de melhores condições de vida.

SEÇÃO III: DIÁLOGOS EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

A abordagem de diferentes noções de desenvolvimento e a sua problematização tida nessa sessão, de fato é o ponto de partida do nosso interesse em construção desse tema de pesquisa. Ou seja, partimos das reflexões sobre o desenvolvimento a partir do caso da cooperativa COAJQ para alcançar diversas noções seja, elas empíricas e teóricas do que possa ser desenvolvimento. Portanto, é na base desta direção que chegamos o conceito emancipação social, através de ações das cooperativas e as associações e agricultores nas tabancas da Guiné-Bissau. Dada a esse percurso desenhado que assumimos nesta seção, realizamos uma reflexão em torno das categorias desenvolvimento e emancipação, tendo em conta a literatura produzida no ocidente e na África.

O diálogo epistemológico entre ocidente e africano ou do Sul, assenta na base daquilo que Cabral (1976) considera apropriação crítica a quando debatia a noção de cultura. Isto é inerente ao debate de estudos de desenvolvimento, primeiro pela condição de emergência nas ciências sociais e na elaboração de políticas de desenvolvimento como agenda dos países que, na sua maioria, experimentaram liberdade dos seus colonos na década de 70 ao final do século XX.

Na mesma orientação, estendemos aos capítulos a seguir para debruçar sobre os modos de organizações locais como agente de concepções e experiências alternativas ao modo dominante desenvolvimento econômico.

3.1 Reflexão crítica sobre o desenvolvimento

O desenvolvimento é um conceito da modernidade, segundo a visão dos países do Norte, que ao ser levado para o Sul, nas décadas de 90, começou a constituir-se numa preocupação e se tornou uma teoria com base na ‘superação do atraso’, uma percepção polêmica. Segundo BasÍlele Malomalo (2017a), ele é polêmico, sobretudo, dentro das ciências sociais pelo fato de ter nascido no contexto ambíguo da coexistência da colonização e do neocolonialismo nos países do Sul. A saída dos países desta fase de colonização e a busca pela superação do neocolonialismo, coloca inquietações dos líderes, principalmente dos do processo de luta de liberação e construção de Estado moderno, nas antigas colônias. Chegar a tais percepções, como reconstrução da sociedade das antigas presenças coloniais, a partir da

perspetiva africana, exigia tempo. Isto em razão da necessidade de uma seleção de experiências, para nomear fatores importantes que levem ao sucesso na construção e reforços de novas alternativas de organização, produção, distribuição de resultados de processo.

Antes deste conceito, ser percebido nos anos 1990, segundo Malomalo (2017b) desenvolvimento tem a sua génese nas ciências biológicas antes de migrar para ciências sociais, até ocupar debate nos âmbitos de políticas nacionais e internacionais. Assim como, nos debates académicos e nas pautas dos movimentos sociais. Na sua revisão clássica de conceito desenvolvimento, Malomalo percebeu que, esta categoria está carregada de percepções polissémicas e polémico (MALOMALO, 2017b, p. 32). Torna-se polissêmico por ser definido de modo disciplinar, no seu uso nas ciências biológicas, humanas e exatas. É polémico por ser um conceito que nasceu de um contexto ambíguo, considerado da coexistência da colonização e do neocolonialismo nos países do Sul e de definição do europeu e o não europeu.

No que tange às ciências biológicas, o conceito de desenvolvimento é usado para explicar o fenómeno de crescimento dos organismos vivos, *desde a fase do embrião*. Portanto, o desenvolvimento é, nesta concepção biológica, transformação da espécie. (MALOMALO, 2017b, p.32). Nessa disciplina, o desenvolvimento renova e sustentou a explicação com base no pensamento evolucionista que demarcou o início de ciências sociais. A sua percepção era de que o desenvolvimento é crescimento de embrião em fases nas suas características atípicas em contínua transformação, linear e irreversível. Caso contrário, seria acidente ou morte do próprio organismo. Ou seja, para essa concepção, a complexidade, luta, conflitos e diferença, considerando aspectos humanos eram tidos como patológicos.

As teorias como evolucionismo, positivismo, organicismo serviram do conceito de desenvolvimento para analisar o conceito de ‘normalidade’ e ‘patologia’ sofrida por qualquer organismo na sociedade (MALOMALO, 2010, p.33). Nesta perspetiva, toda aquela cultura que não enquadrava nos padrões culturais europeus era alvo de ser definido como objeto de estudo de “ciências sociais”. Houve muitos abusos principalmente *de europeus contra os não europeus* nesse sentido (MALOMALO, 2010, p.33, *grifo nosso*). Nesta ótica, a “pobreza” no seu sentido lato seria uma falta da civilidade.

Assim, Malomalo (2010) identifica os riscos de uso de conceito desenvolvimento sob alçada epistemológico das ciências naturais em dois sentidos: primeiro é o risco de perceber a sociedade como um só organismo, nos princípios universalizante e etnocentrada e segundo considera o risco da visão linear que a perspetiva biologizante pode

caracterizar a “apostualização de fases naturais pelas quais as sociedades incessantemente têm que passar”. O terceiro risco que se pode levar em consideração no uso do conceito desenvolvimento está na divisão da sociedade entre “normais” e patológico, civilizado e primitivos, próprios desenvolvidos e subdesenvolvidos, moderno é tradicional, dualidade, “bifurcação da sociedade colonial” (MUNDIMBE, 1980) sem precedente.

“As ciências sociais positivista, organicista e evolucionista tem o seu percurso darwinista, percebiam que “as sociedades tradicionais encontradas na África, Ásia, América e na Oceânia não eram senão fosseis vivos, exemplares de estágios anteriores primitivos, do passado da humanidade” (MALOMALO, 2017a, p. 35).

Esse modo de fazer ciências sociais servia para definir e justificar etnocentrismo europeu que, ainda pode ser percebido na nossa atualidade, como sendo uma civilização ocidental, determinada pelos princípios individuais e capitalistas, sobre tudo quando se discute as relações de poder, Estado e mercado. Ainda, o eurocentrismo servia e ainda serve de instrumento de medida do outro.

A definição de Veiga (2010), fez-se diferenciar o desenvolvimento objetivado ao crescimento econômico, mensurado por Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir de 1990. Um período que marcou pós-segunda grande guerra, marco de início de questionamento da intenção de projetos de desenvolvimento, sinônimo de industrialização e seus reflexos na vida real além de mensuração para lucro. O contesto demandava, um novo paradigma capaz substituir a completa “destruição construtiva” (MÉSZAROS, 2012).

“a) a produção e destruição (esta última geralmente glorificado como “produção” ou “destrutiva”); b) forma absolutamente autoritária da tomada de decisão no processo produtivo a necessidade de sua implementação “consensual”; c) expansão do emprego e geração de desemprego, impulso de economizar recursos materiais e humano combinado ao absurdo desperdício; d) crescimento da produção a todo custo e a concomitante destruição ambiental”; (MÉSZÁROS, 2012, p. 29).

A linha do pensamento de Méészáros (2012) nos permite ainda apontar outras contradições, como a tendência globalizadora das empresas transnacionais e restrições necessárias exercida pelo estado contra os seus rivais, formação de mentes tecnicistas (desde escola, a universidade e trabalho), e “suicídio epistêmico” (SANTOS, 2011) e cultural de povos locais. Nosso caso de agricultura, todas as práticas de agrícolas, orgânica, familiar camponês será taxado de primitivo e atrasado em contradição da tecnologia de agronegócios, insustentável, isto pelos resultados de atuação destas tecnologias no meio ambiente. Isso, pela força de ideológica de expansão do sistema, em que transgrede e justifica todas as suas limitações por força imperativa através da dominação que o capital impera no estado antes de atingir a população camponês.

“Marx ainda podia falar do desenvolvimento do sistema do capital como aquele que, apesar de suas próprias barreiras e limitações, amplia o círculo de “consumo” e “derruba todas as barreiras que restringem o livre desenvolvimento das forças produtivas, a expansão das necessidades, o desenvolvimento geral da população, e a exploração e o intercâmbio das forças mentais e naturais” (MESZÁROS, 2012, p.21).

A leitura de Mészáros nos leva a perceber o desenvolvimento além do conceito. Mas, perceber também que o sistema capitalista na sua expansão estetiza toda sua ação numa ilusória busca de performance.

Uma outra leitura que vem criticando o uso desse conceito na aplicação de projetos é a pesquisa de Bernardo (2016), relativa às ações desenvolvimentista da empresa Vale, em Moçambique, tornou o objeto de estudo o questionamento sobre o desenvolvimento mostrou-se maior importância crítica sobre a dinâmica do capital internacional.

Nessa ótica que Bernardo (2016), Santos (2011) e Castel-Brancos (2013) demonstram que o que se percebe como desenvolvimento impulsionado com capital internacional manifesta os reflexos negativos que não possibilita elevar a população local a uma melhoria de vida. Uma noção de desenvolvimento sustentável que Medeiros e Almeidas (2010) chamam de extremismo.

Na citação que se segue Edgar Bernardo entende por reflexos da noção de “desenvolvimento” como,

“[o] capital, concebe que a maldição está sendo e pode ser notável pelo crescimento do PIB ao invés do desenvolvimento social; a corrupção generalizada da classe política, que defende seus interesses privados por tornar-se cada vez mais autoritária como forma de se manter no poder, agora visto como forma de acumulação prioritária; o aumento, em vez de redução da pobreza; a crescente polarização entre uma pequena minoria rica e uma maioria de mendigos; a destruição ambiental e sacrifícios incontornáveis da população em áreas onde os recursos se encontram, em nome de um progresso que eles próprios nunca conhecerão; a adoção de uma cultura de consumo que está disponível apenas para uma pequena minoria urbana, mas imposta como ideologia em toda a sociedade; a supressão do pensamento crítico e ações de protesto da sociedade civil sob a justificativa de que esta representa obstáculos ao desenvolvimento e age como profeta da desgraça” (BERNARDO, et al 2016, p.587).

A citação acima demonstra a incompatibilidade ou talvez o imperialismo do capital estrangeiras endossada em “desenvolvimento” com as elites nacionais nos países africanos. No sentido mais lato, nos países na sua maioria do Sul.

Aníbal Quijano (2010), nas suas leituras, percebe a presença da percepção da sociedade como um organismo biológico que desenvolve em fases lineares. Para ele os propulsores dessa leitura são os clássicos das ciências sociais, principalmente nas disciplinas de sociologia e ciências política.

Para Quijano (2010), Spenser, Tonnies, Maine, Comte, Durkheim, Weber e Karl Marx, enquadrados na leitura teleológica da sociedade, analisam o desenvolvimento da história da sociedade com fins de chegar às fases desejáveis para as mais desejáveis. A finalidade de análise nesta ótica tem se preocupado com a compreensão das causas finais. O exemplo dessa crítica, para Aníbal Quijano (2010), está na concepção da leitura de Karl Marx e Weber, O primeiro defende que a sociedade caminha de estágio pré-capitalista, modo de comunidade primitiva e asiático para capitalista, para a socialista. O Segundo considera que a sociedade parte da autoridade tradicional para a autoridade burocrática racional (QUIJANO, 2010, p. 44).

Segundo Quijano a predominância da leitura da sociedade como um organismo e a teleologia emergiu dos trabalhos de período medieval tendo seus precursores Aristóteles, Platão, S. Agostinho, Dante, Aquino, João de Pádua. O positivismo, a metafísica, eram bases teóricas que constituíam a percepção em organismo. No campo de estudos da política, os autores como Parson, Radcliffe-Brown, Spencer, Durkheim, Malinowski em consideração a conceito de classe na sociologia contemporânea emerge pensamento desenvolvimentistas como organismo aplicada ao Terceiro Mundo (QUIJANO, 2010, p.55). E sempre, cabe a esse mundo seguir as etapas a que os outros países, como ocidentais seguiram para poder chegar ao desenvolvimento.

Assim, arquitetou-se uma percepção que considera a sua condição. E este está caracterizado por “solidariedade mecânica”, que vive de critério de persuasivos, atitude pré-capitalista, papéis funcionalmente difusos. Ou seja, é sociedade (em) evolução. Sendo assim, a sua referência de construção seria o Ocidente. A dificuldade da teoria na leitura da sociedade como organismo inibi a reflexão crítica e a sua desconstrução no âmbito de pensamento de políticas de construção da sociedade face ao colonialismo, imperialismo, subdesenvolvimento, democracia. E estes seria também os estágios nos quais a sociedade do terceiro mundo são direcionados a superar. Exemplo de programa reajuste estrutural, determinante de mudança de direção e princípios governos que visam ser socialistas. Este programa buscava no seu sentido mais profundo entronizar o modo neoliberal de Estado, em que o mercado determina a vida social, influencia a vertente da oferta em um esforço para o aumento de crescimento da produção.

Portanto, o desenvolvimento é aquisição de algumas das características das nações industrializados ocidentais, *principalmente a tecnologia e extração de minérios* (QUIJANO, 2010, p. 66, grifo do autor). Nesta ótica o desenvolvimento seria busca a diferenciação

estrutural, secularização cultural expressa em ocidentalização. Assim, estudar o desenvolvimento nada mais que, aprovar a “ocidentalização ocidental” no chamado terceiro mundo, como estágio de existência necessária. O desenvolvimento econômico capitalista, objetiva propagar uma consciência que visa moldar o mundo de acordo com a sua própria imagem (QUIJANO, 2010, p. 88).

Para Lopes (1988), a chegada da Revolução Industrial da Inglaterra e o cessar do comércio de escravizados constitui a necessidade para o ocidente estudar as ex-colônias. Tendo estes como objeto que possibilita entender os conceitos como o atraso, a debilidade, e as incapacidades existentes nos países chamado Terceiro Mundo. Neste sentido, pode-se perceber que, para este pesquisador africano, guineense, o conceito desenvolvimento é uma categoria teórica metodologia que servia para o ocidente, operacional a gênese da “debilidade” de não ocidente.

Nos dias atuais, debates em torno das políticas de desenvolvimento econômico, associado a diretrizes e conceitos como desenvolvimento local e sustentável, capital humano e social, empreendedorismo, crédito popular, tem sido propagado por diversas organizações multilaterais e os governos, como alternativas viáveis, para a superação do “atraso” - a pobreza e “a inserção dos países periféricos no novo mundo globalizado do século XXI” (SANTOS, 2011, p.78). Esta posição não foi descartada na crítica do sociólogo Boaventura Sousa Santos “do ponto de vista do paradigma emergente, a hierarquia Norte-Sul, e o desenvolvimento capitalista, expansionista e desigual, em que esta hierarquia assenta na maior e mais implacável violação de direitos humanos no mundo de hoje” (SANTOS, 2011, p. 341).

Para Santos (2011), a ascensão do novo desenvolvimento tem tomado a posição principal, ofertando outras propostas de superação do “atraso econômico” e da resolução da dívida externa, acumulada pelos países do ‘Terceiros Mundo’, novos modos de organização política além das antigas, como sindicatos, partidos, cooperativa, associações, de organizações africanas, guineense, como as mandjuandadis Semedo (2010), trabalhos coletivos endógenos. Mas estes tem sido novas alternativas de manifestação política de coexistência e resistência perante às necessidades e negação de direitos básicos. Exemplo disso concebe os novos modos de cooperativismo, associativismo, coletivos de jovens, bandas de rapper críticos, de mulheres, ONGs.

O debate sobre perda de consciência ambiental elevou o debate sobre desenvolvimento além da perspectiva econômico, ora neocolonial e extrativista. E é nesse exercício que consideramos o conceito desenvolvimento, no contexto da Guiné-Bissau, principalmente

quando se trata de estudo de desenvolvimento rural, comunitário que, a produção agrícola, como aquele que não se pode ignorar, a contribuição do que tem sido elemento amplificador do conceito desenvolvimento são eixos indispensáveis a quando se trata de desenvolvimento como elevação de aspiração humanas em múltiplas consciências (ambientais, humanas, climáticas) que visa emancipar socioeconomicamente. É nessa ótica que consideramos que a sustentabilidade merece certa percepção antes de adentrar no campo da investigação de agente colaborador: Cooperativas Agropecuária de Jovens Quadros (COAJQ), na Região de Cacheu, setor de Canchungo.

O Relatório *“Nosso Futuro em Comum”*, conhecido por Relatório de Brundland (1987), mostra que o desenvolvimento sustentável tem como “principal objetivo satisfazer as necessidades e aspirações do ser humano” (BRUNDTLAND 1987, p. 48). Para tanto, o desenvolvimento sustentável é definido, nesta ótica, como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987, p.48). A sua visão considera o desenvolvimento sustentável como aquele que busca “favorecer um estado harmoniosos entre os seres humanos e a natureza” (BRUNDTLAND, 1987, p. 48; MALOMALO, 2014).

“O desenvolvimento, no relatório de Brundland, resultante da Conferência de Nações Unidas sobre meio ambiente, publicado em 1987 que, mais tarde serviu de base da Conferência da mesma organização no Rio de Janeiro (Rio-92), definido o desenvolvimento sustentável como “aquele capaz de garantir a necessidade de gerações futuras (MEDEIROS & ALMEIDA, 2010, p.108). Assim trazer junto a ecologia e política na visão integrador sem descartar a economia para superar as abordagens reduzidas a produção objetiva ao mercado e tendo como consequência o lucro. A crítica destes autores citados, busca apresentar uma certa cautela no modo com que está sendo populariza sem profundas reflexões críticas na prática empírica de políticas desenvolvimentistas. “o desenvolvimento sustentável apresenta nove objetivos: 1) alavanca do crescimento; 2) mudança da qualidade do crescimento; 3) satisfação das necessidades essenciais em matéria de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; 4) manutenção do nível de população viável; 5) preservação e cuidado com a base dos recursos; 6) a reorientação da tecnologia e a gestão dos riscos; 7) a fusão das questões ambientais e econômicas internacionais; 9) **um desenvolvimento cada vez mais cooperativo**”. (BRUNDTLAND, 1986, p. 50; grifo nosso).

Para Medeiros e Almeida (2010), a crítica à noção de sustentabilidade presente no relatório de Brundland está na sua permanência a noção obscuro do seu significado, assim facilita múltiplos significados que podem ser associados. E consideram que esse conceito oscila com as noções associadas à justiça social, participação política e preservação ecológica, até uma leitura conservadora que o torna semelhante ao conceito de crescimento econômico, ora imperialista. A reflexão crítica de Medeiros e Almeida (2010) nos faz deixar questões que, talvez possam ser importantes, mesmo que a sua resposta não seja o nosso objetivo. Assim

sendo, questiona-se, como é possível a sustentabilidade no contexto do capitalismo neoliberal, expansionista e, que manifesta caráter de destruição construtiva (MÉSZÁROS, 2012), contradição (HARVEY, 2018), principalmente de capital internacional sobre os chamados países pobres do Sul? A noção de sustentabilidade atrelada ao ambiente seria ele um subsídio argumentativo para justificar o vazio das ações da expansão do capitalismo extrativista?

Segundo Medeiros e Almeida (2010), a noção de sustentabilidade ora tomado como uma noção ou abrangência teórica metodológica (tanto na construção do conhecimento assim como na elaboração de projeto e organização de ações humanas em projeto) este termo parte da ecologia que significa estabilidade, equilíbrio, dinâmica e interdependência entre ecossistemas, enquanto desenvolvimento diz respeito ao crescimento dos meios de produção, à acumulação e expansão das forças produtivas, uma definição marxista.

Para Allan Magalhães (2014), o desenvolvimento sustentável como processo forma uma estratégia de crescimento econômico de longo prazo, caracteriza-se pela integração das dimensões humanas e ecológica ao processo econômico. Seu fim último é a dignificação de todos os seres humanos e povos através da erradicação da pobreza e da realização de seus direitos fundamentais.

À crítica de Cezar Henrique Maranhão (2012) sobre a concepção de Amartya Sen (2010) de desenvolvimento considera que Sen nada mais que subsidiou o liberalismo para justificar expansão no mercado através de política de desenvolvimento econômico. Para este crítico, Sen articulou a fenda da crise teórica e conceitual do liberalismo, como “saída mediada para uma defesa de uma política social-liberal” fundamentada na visão de “liberalismo social” (MARANHÃO, 2012, p. 98). Esta concepção de Sen cuja tese teme apresentar uma proposta que iria questionar o “equilíbrio financeiro”, as políticas sociais assistências, principalmente no Sul, perante as tremendas desigualdades sociais. E ainda, não “ameaçar às ações públicas em busca do aumento das oportunidades sociais e das capacidades individuais” (MARANHÃO, 2012, p. 98).

Portanto, para Maranhão (2012), a concepção de Amartya Sen de desenvolvimento como liberdade está fundada na base de duas mistificações caracterizadas em duas maneiras. Primeiro considera a naturalização dos mecanismos possessivos regulador de mercado e segundo está baseia na supervalorização do indivíduo como ‘individualismo possessivo’. Este sendo elemento potencializador da econômica do mercado.

A crítica a tradição da teoria neoliberal, como sendo aquele que abandonou conceitos da sua fundamentação, nos finais do século XX, na década de 1990, anunciada a crise dessa

corrente ideológica, até a nossa atualidade de século XXI, demonstrando uma tendência clara do neoliberalismo, o que David Harvey (2018) considera loucura da razão econômica. Ou seja, o neoliberalismo apropria conceitos redefinindo-os com base nos seus princípios ideológicos, em que os reflexos políticos, econômicos acaba de não ser emancipatório e nem sustentável. Mas, volta a ser mais protetor do extrativismo do capital, orientado com base que ignora liberdade de mercado e volta a afirmação do conservadorismo.

Os conceitos de direitos humanos, igualdade, deveres, justiça social, liberdade, sustentabilidade, empreendedorismo, cooperativismo empresarial tendem a ser conceito imunizadores políticas de desenvolvimento neoliberal. Portanto, variando de conceito, pode-se perceber que, o capitalismo neoliberal que foi dada o papel de “resgatar” os subalternos da pobreza e fome na produção agrícola de alimentos demonstram as vezes traços da destruição criativa (MESZAROS, 2012).

Para Maranhão (2012), a justificativa da liberdade como centro, demarca duas razões: a razão avaliatória que tem a ver com a realização do progresso e, que tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento da liberdade das pessoas (SEN, 2010, p.55). A segunda é a razão da eficácia definida pela realização do desenvolvimento dependente, inteiramente da livre condição de agentes das pessoas. O sentido normativo da definição de desenvolvimento como liberdade de Sen (2010) além de ser assim, corre o risco de não considerar a luta de classe e seus interesses que propõe hegemonizar no poder e o seu modo de vida e condição da expansão do capital nacional e internacional.

Desse modo, sobrepõem-se nas “periferias” dos países a noção de que chegar a tal “desenvolvimento”, “democracia” e o Estado-Nação, bastaria individualização das relações, divórcio total com as práticas das culturas locais de matriz “étnicos”. Então, a liberdade depende da condição regulatória, dialética de classe e o regime conducente do Estado. Se não a liberdade neste caso pode percorrer a aplicação de privilégios da minoria, prática de extrativismo, corte e exportação de madeiras¹⁵, exploração de areia, pesca predatória na Guiné-Bissau.

Os mecanismos que subsidiam a expansão de desenvolvimento como liberdade considera o fim primordial e o principal meio.

“o fim primordial tem o papel constitutivo, a importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana, exemplo a fome, subnutrição morbidez. Para o principal meio Segundo Sen (2010), considera o papel instrumental que desenvolve a expansão desta e de outras liberdades básicas, como sendo o processo de

¹⁵ Consulta a dissertação de mestrado da Timoteo Saba M’Bunde intitulada “As políticas externas de cooperação para o desenvolvimento de Brasil e China na Guiné-Bissau: uma perspectiva comparada”, Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/sociedade-civil-denuncia-corte-e-venda-ilegal-de-madeira-por-parte-do-governo-guineense/a-42308172>> Acessado em: 12 de nov. de 2019.

expansão das liberdades humanas, e a sua avaliação tem de basear-se nessas considerações” (SEN, 2010, p. 55).

O papel instrumental da liberdade concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidade e instrumentos contribuem para expansão da liberdade humana em geral, assim, para promoção do desenvolvimento. Assim sendo, liberdade seria entendida como tipologia, respectivamente: liberdade política, facilidade econômica, oportunidade sociais, a garantia de transparência e segurança protetora (SEN, 2010). A liberdade política, sendo primeiro considera direitos civis, percebe a oportunidade que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluir a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter liberdade de escolher entre diferentes tipos partidos políticos.

O segundo tipo da liberdade para Sen (2010, p. 58) percebe econômico, como sendo as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósito de consumo, produção de troca. A disponibilidade de financiamento e acesso a ele podem ser uma influência crucial sobre os instrumentos que os agentes econômicos são capazes de assegurar.

“O terceiro tipo de liberdade são oportunidades sociais como disposições que a sociedade estabelece nas áreas da educação, saúde, associativismo, cultura, produção agrícola etc. as quais influenciam a liberdade substantiva de indivíduo viver melhor. Mas também, para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas A garantia de transparência refere-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar. Estes se definem pela liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de segredo e clareza. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas” (SEN, 2010, p.59-60).

A segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria objeto e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte (SEN, 2010, p. 61). Os papéis instrumentais da liberdade para Sen são condicionantes de um desenvolvimento como liberdade e seus resultados depende da interrelação destes papéis sua dinâmica. O desenvolvimento pode ser visto como processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. (SEN, 2010, p. 17)

Para tanto, as características da liberdade como sendo desenvolvimento está constituída com base no crescimento do PIB, aumento de renda pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Mas Sen (2010) chama atenção uso destas antigas categoriais de mensuração de desenvolvimento. Assim, como o crescimento tecnológico é um meio de expansão de liberdade, depende de seus determinantes da privação de liberdade,

disposição sociais e econômicas (serviço da educação e saúde), direitos civis (liberdade de participar, discutir e averiguação pública).

Para alcance da liberdade nesta ótica de Sen (2010) sobre desenvolvimento exige ter controle de determinante da privação da liberdade que consideramos as mais latentes no contexto da Guiné-Bissau como: pobreza e tirania, carência de oportunidade econômicas, destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência “excessiva” do Estado repressivos. Uma outra característica que talvez tenham sido necessários no uso de categorias desenvolvimento como categoria analítica, vincula o estreitamento a carência do serviço público e assistência social, negação da liberdade políticas e civis por regimes autoritários e de restrições imposta a liberdade de participar da vida social, política e econômica das comunidades.

Ainda, elemento essencial que o Sen não tem dado grande importância é que a liberdade não acompanha o desdobramento de processo de mais sólido e contínuo. Processo este, caracterizado pela luta e resistência de classe em busca incessante da hegemonia cultural e econômica e intelectual. Mas, também, um outro fator de maior determinação da liberdade dos países Sul global, principalmente de instituições em construção é a capacidade de influência, imposição de agenda de cooperação e de programas e políticas de governos.

Assim, a pobreza está além de percepção sequente como carência, assunto que vamos discutir no final de capítulo. Mas está vinculado antes de mais a privação das potencialidades das capacidades locais, nos seus papéis sociais, idade, localização da comunidade, espaços de manifestação cultura como sendo fatores de motivação de criatividade seja cultural e científicas e tecnológicas.

Para tanto, consideramos relevantes os três pontos apontados na abordagem de Sen (2010), primeiro ter maior atenção em perceber o fator de privações que são intrinsecamente importantes; segundo perceber a existência de outras influências sobre a privação de capacidade, além do baixo nível da renda; e terceiro e último é a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade que é variável entre comunidade e até mesmo entre família e indivíduo. Justificativa da liberdade como centro está definido em duas razões: a razão avaliatória que tem a ver com a avaliação do progresso e tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades de pessoas.

A razão da eficácia está ligada à realização do desenvolvimento, o que depende inteiramente da livre condição de agentes das pessoas. É importante não elevar a valoração da capacidade individual nos estudos de desenvolvimento comunitária ou cooperativismo. Como

perceber que, “capacidade individual depende crucialmente entre outras coisas, como a disposições econômicas sociais e políticas” (SEN, 2010, p. 69). O seu risco está na perda de visão e da concepção da filosofia de vida da comunidade: *ubuntu*, *ujamaa*, *bisoitè mandjuandade*. Numa sociedade africana, as propriedades tendem a ser bens coletivas que o espírito de humanismo tende a centralizar como performance da solidariedade. É importante demonstrar para o nosso leitor que, por mais que existam críticas a Sen (2010), como aqueles apontada por Maranhão (2012), temos considerações que dialogam com a necessidade da sua concepção de desenvolvimento ser útil à nossa pesquisa.

O desenvolvimento de um país ou uma comunidade implica, antes, em pensar nas capacidades humanas locais existentes (LOPES, 2005, p. 4). Nesta perspectiva, o desenvolvimento de capacidades pode ser definido como “a aquisição de habilidade por uma instituição, organização, grupo ou indivíduo para desempenhar uma função ou conjunto de funções. Concluindo que o desenvolvimento de capacidade é habilidade para definir e perceber objetivos efetivamente” (LOPES, 2005, p. 46).

A melhoria das capacidades tem a ver com o conhecimento compartilhado pelos camponeses da comunidade e demais organizações envolvidas no processo de desenvolvimento social e agrícola envolvidos nas atividades da COAJQ. Para Carlos, “o desenvolvimento de capacidade, busca melhorar a *performance* de atividades relacionadas a um crescimento em todos os níveis da sociedade” (LOPES, 2005, p. 43). A melhoria do desempenho que o desenvolvimento de capacidade nos leva requer questionamento das mudanças que os movimentos cooperativos e sociais têm de desafiar. E isto não se baseia em questões econômicas somente, que não nos fazem atingir a verdadeira melhoria que eleva as comunidades e o país a atingir as aspirações próprias ou da maioria.

Para Kemer (2015), na sua pesquisa sobre a atuação da Comissão para Construção da Paz das Nações Unidas (PBC), criada em 2005, considerando o desenvolvimento na Guiné-Bissau, nos períodos de 2007 e 2014. Nesta pesquisa, considera que, o Programa (PBC) teve diálogo distanciado do contexto de desenvolvimento, razão pelo qual, a questão de desenvolvimento foi trabalhada superficialmente, por falta de recursos, fraco diálogo com a realidade local em entender problemas e as necessidade locais.

A pesquisa de Bernardo (2016) propõe a possível alternativa do conceito desenvolvimento através de regresso à autodeterminação como manifestação da vida digna, em vez de desenvolvimento objetivada a mercantilização. A proposta da possível alternativa

advém das consequências de uso de conceito aplicado através de programa de desenvolvimento, aplicada em Moçambique. Exemplo do caso da Prosavana (VAZ, 2016) e Vale na exploração de Mina de carvão em Moatize. Para estes pesquisadores, esta concepção que se propõe ser universal reduz a vida dos indivíduos a número ou variáveis econômicas como sendo a forma de ignorar toda a complexidade que rodeia os sujeitos locais do processo. Nessa ótica o desenvolvimento pode encontrar as suas alternativas” em “comunidades de países da América Latina, como Bolívia, Uruguai, Quilombos no Brasil e comunidades “tradicionais” de diversos países africanos, União de Camponeses de Moçambique (UNAC), podem servir de exemplos de relações sustentáveis com o planeta (BERNARDO et al, 2016, p.589; VAZ, 2016; MALOMALO, 2014).

A crítica ao desenvolvimento como conceito teórico de busca de progresso social na pesquisa de BERNARDO et al (2016), tem como objeto de discussão as ações de mineradoras de céu aberto em Argentina em 1990, em Moçambique em 2011, e no próprio Brasil, em 2015 e em 2016 além do significativo uso de produtos agrotóxicos¹⁶ na produção agrícola. Assim, os autores propõem possibilidade de mudança de paradigma.

“É necessário investimento em outros paradigmas e epistemologias. Os paradigmas subalternos outrora descartados, invalidados e visibilizados, reduzidos à insignificância, têm muito a oferecer para a contenção das crises atuais. Para crescer nos moldes do PIB, a natureza vira objeto para melhor apropriação. Nesse momento de crise ecológica com inúmeras consequências humanas, a natureza precisa estar mais próxima de nós. Isso passa pela resignificação da ideia de desenvolvimento *além de extrativismo*. E talvez seja mais coerente pensar em autodeterminação dos povos. Esse pensamento distancia-se da base desenvolvimentista, pois o desenvolvimento é um incontornável aliado do crescimento e, por sua vez, o crescimento é um potente inimigo da preservação da natureza” (BERNARDO et al, 2016, p. 590, *grifo nosso*).

Os reflexos de desenvolvimento levado a cabo por megaprojetos, chamados empresas transnacionais / multinacionais, na sua maioria, de capital estrangeiro e com sede do seu capital nos países do ocidente são potentes propulsores de um modelo de desenvolvimento extrativista, ora fundamentado na “sustentabilidade”, “na geração de imposto, na geração de emprego e na redução da pobreza (BERNARDO, et al, 2016, p. 582)”. Mas, os reais processos, um desenvolvimento é um modelo extrativista com base no lucro, com traços essencialmente capitalistas. Assim, o desenvolvimento torna-se a “palavra de ordem; o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), independentemente de onde venha, tornou-se indispensável” (BERNARDO, et al 2016, p. 582).

¹⁶ O Brasil, na sua produção, libera uma soma de 325 registros de agrotóxicos. E esses dados têm ainda a tendência de crescer. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/09/17/governo-autoriza-mais-63-agrotoxicos-sendo-7-novos-total-de-registros-em-2019-chega-a-325.ghtml>> Acessado em 19 de janeiro de 2019.

A investigação realizada por Timóteo Saba M'bunde (2018), como base de estudos no campo das relações internacionais, principalmente, sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento, no contexto Sul-Sul, se formos buscar a leitura desse pesquisador guineense, se percebe que o conceito de desenvolvimento é entendido como “processo em que os indivíduos buscam gradualmente aumentar sua capacidade, autônoma de decidir sobre sua própria condição, envolvendo os mais diversos aspectos de sua condição humana e social (M'BUNDE, 2018). Com a predominância de pensamento desenvolvimentista que só o seu alcance de poder se expressa por meio da implantação das industriais, uma visão que dominava nas ciências sociais, com o cunho liberal, o seu desencadeamento como categoria da política de crescimento ou de progresso considera o fracasso, de modo geral, na política e resistia ao desenvolvimento, “visto como uma mera armadilha ideológica inventada por políticos do primeiro mundo para perpetuar seu domínio sobre os países “periféricos do capitalismo” (VEIGA, 2010, p.10).

Os países ocidentais tendem a ser considerados como aqueles que salvariam os do Sul de condições “complexas”. A predominância da concepção de desenvolvimento direcionado a expandir e alavancar o Produto Interno Bruto (PIB) do país e mensuração baseados na economia, o conceito de desenvolvimento começou a ser alvo de críticas por outras visões que vêm problematizando a concepção dominante na economia.

Para tanto, consideramos a abordagem de Sen (2010) como sendo a significativa contribuição para os estudos de desenvolvimento, que, na nossa investigação, faremos o uso da sua perspectiva com forte cuidado da implicação de pensamento totalmente liberal¹⁷ ou normativa. Mas, levaremos em considerações a busca de equilíbrio de contribuição de categoriais e abordagem teóricas oferecidas por teóricos que temos citados ao longo do capítulo. E desse, o desenvolvimento aqui não é tido como teoria de ‘superação ou identificação da sociedade e ou indivíduo avançado ou atrasado. Mas é do seu uso como teoria metodológica reflexiva, capaz de duvidar das suas próprias conclusões e colocá-las em questão.

Abordar o conceito de desenvolvimento de base usando a categoria emulação não está atrelado a outros significados que possam alcançar uma outra verdade construída. A nossa

¹⁷ O liberalismo, aqui, é entendido como a liberdade política econômica; é ausência de privilégios; é igualdade perante a lei; é responsabilidade individual; é cooperação entre estranhos; é competição empresária; é mudança permanente. O leitor poder pode conferir mais na obra de Donal Stewart Jr, 6ª edição, 2019.

percepção, sobre o desenvolvimento social emulado trata de sentimento político, econômico e cultural de Estado de Guiné-Bissau e demais organizações não governamentais, projetavam o desenvolvimento do país em igualar aos países conhecidos como desenvolvidos, para não dizer antigos escravistas e atuais imperialistas. A independência demarcava as grandes utopias em busca de progresso. Depois de chegar a primeira fase do que se percebe como independências começou-se mais tarde o sentimento de despótica. Uma situação de resignação do que tem se constituído como país e sociedade permeada de corrupção, autoritarismo, e conflitos expressas em golpes de Estado, acumulação de dívidas públicas.

Nesta definição de desenvolvimento, pode-se perceber a consideração normativa visada a bem-estar, dependente da liberdade como autonomia política, econômica e cultural. A definição de M'bunde (2018) não leva em consideração o que tem sido a nossa pouca atenção também, de que o desenvolvimento quando é disputado no seio da mesma sociedade que lhe almeja é capaz de ter conflitos das concepções entre o Estado com a gente de capital dominante e as organizações sociais. Nesta condição, o vies normativo acabou de não se considerar o desenvolvimento como uma categoria de disputa e resistência, principalmente quando se pretende idêntica aos sujeitos do processo: camponês, família, associações /cooperativas, Estado, mercado / empresas de forte poder de decisão sobre a direção de capital nos países. Porque, além de categoria teórica analítica, o desenvolvimento é um campo de debate, categoria teórica e metodológica de análise e monitoriamente de processo, e mecanismo conceitual de justificar uma ação. Seria ele um projeto de intervenção, um programa de um Estado/governo, ações interventivas de uma ONGs, concepção de resistência a pobreza, insegurança alimentar, desmatamento e exportação de madeiras, pesca em massa e predatória para exportação.

Para tanto, o conceito de desenvolvimento no contexto da Guiné-Bissau demarca outra noção, nem mais diferente do debate global. Assim, Lopes (1988) considera que o conceito desenvolvimento é, sobretudo, uma evolução de forças produtivas e das relações de produção, sem a qual não é possível alcançar a satisfação das necessidades fundamentais. Para fundamentar a sua definição, Lopes (1988) observa que a estrutura de produção exige levar em conta as características específicas do local, nesse caso da Guiné-Bissau. E ainda, o poder de decisão deve ser descentralizado, com a finalidade de determinar a organização política e institucional do país.

Dentre poucas concepções que apresentamos aqui, percebe que os intelectuais, técnicos, administradores, políticos têm vivido, por muito tempo, exercícios intelectuais a pensar o desenvolvimento em uma perspectiva do detentor de saber, que possa fazer o outro

privado das liberdades, como disse Sen (2010) a se deslanchar. Para um debate sério de desenvolvimento, além do econômico, extrativista, imperialista, colonial e até universalista deve ser voltado aos seus potentes autores, os chamados beneficiários, que nós entendemos como capacidades locais dos processos de desenvolvimento – cooperativa, associações de jovens, mulheres, camponeses /comunidade. O desenvolvimento torna-se possível ser pensado a partir das capacidades de quem necessita, então não deveriam ser uma obrigação alheia por força da vontade externa. Mas, urge de construção coletiva de emancipações socioeconômico.

Portanto, a noção da liberdade como conceito métrico do desenvolvimento pode encarregar na sua subjetividade o sentido individual. Ou seja, carece nesta definição noção do desenvolvimento como conjunto de ações coletiva, *ubuntu* (RAMOSE, 2012, MALOMALO, 2018), com a maior centralização das vidas como valores.

Ainda se considera que, o debate sobre desenvolvimento de cada sociedade (tanto africanas, latino americano, asiático, caribenha e de mais região que refletem caraterístico do Sul) não deve se fechar a si. Toda a atividade humanidade demanda referencialização. Então, nesta condição, a África e periferias de países africanos, juntos dos movimentos sociais não deve se fechar a experiências próprios. A relevância de abertura de diálogo não se encontra no seu papel redutor de copias de modelos. Mas, conta-se na busca de entender os reflexos relevante e irrelevante que as outras sociedades enfrentaram. Não se pode negar hoje, no fórum mundial como mecanismo de emancipação utópica e consolidações das experiências, como na Bolívia, União Nacional dos Camponeses (UNAC) em Moçambique, região de Nacala no Norte de Moçambique, exploração corte de madeiras na Guiné-Bissau, Movimento Sem Terra (MST) no Brasil, atividade de formação e capacitação como processo de troca de conhecimento por meio de gerações de experiencias e de educação informal e não formal na Cooperativas Agropecuária de Jovens Quadros (COAJQQ), como demonstramos no próximo capítulo.

3.2. Emancipação como categoria teórica no Ocidente e na África

Inicialmente, trago uma citação “extensa” de sociólogo, Zygmunt Bauman, para situar melhor a nossa reflexão e a percepção sobre a sociedade que vivemos no século XXI. Por mais que a sua ótica não engloba o sentido geral de sociedades, como nos casos não ocidentais, vale enfatizar que a nossa noção da sociedade, na qual vivemos, claro, sem ignorar que, a globalização não é privilégio para todos, como é para sociedade de capitalismo avançado. Bauman (2001) coloca esta sociedade de pleno século XXI como não,

“menos “moderna” que entrou no século XX - o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente -. O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável, e sempre incompleta modernização, a opressiva e inerradicável sede de destruição criativa (ou de criatividade destrutiva, se for o caso: de limpar o lugar” em nome de um novo e aperfeiçoado” projeto; de “desmantelar”, “cortar”, “defasar”, “reunir” ou “reduzir”, tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo futuro - em nome da produtividade ou da competitividade)” (BAUMAN, 2001, p.36; grifo nosso).

Na mesma linha do raciocínio, considera-se que a sociedade na qual o continente africano se insere, particularmente a Guiné-Bissau, não é menos bifurcada, corrupta, dependente e sufocada dos projetos de imperialismo e capital internacional, solidária, utópica e emancipadora como às que tivemos nas três últimas décadas do século passado. Portanto, nos finais do século XX, a noção da emancipação estava voltada em como libertar o homem negro, principalmente africano da violência de branco racista, colono, no nosso caso, português.

Para adentrar mais no exercício teórico interpretativa nesta sessão, propõe-se discutir a emancipação como a condição paradigmática de interpretação teórica a partir de referenciais teóricas de Bauman (2001), Santos (2011), Melo (2011) e a noção de bifurcado com Mundimbe (2013). Também com a mesma proposta, trazemos a percepções de dados resultantes de uma pesquisa de campo. O objetivo aqui é perceber como ações de Coajoq contribuem na emancipação e na promoção da segurança alimentar e nutricional, a partir de atividade de formação e capacitação de mulheres, jovens (meninos e meninas) e líderes comunitários nas tabancas. Tudo isso, dada a busca de resposta da COAJQ sobre as questões que o Estado não tem garantido a população como ausência de políticas públicas acessíveis, formação e capacitação dos jovens, mulheres nas zonas rurais do país.

Neste sentido, a emancipação é considerada como a condição *sine qua non* para garantia da segurança alimentar e nutricional através de políticas de combate à pobreza, êxodo rural, principalmente da população mais ativa na produção nas *bolanhas* e demais campos de produção e sociabilidade. Ainda, a condição de superação da pobreza tem peso na colonialidade do capitalista, no consumo que, desconsidera a produção local em detrimento dos importados, pelo fato de ser taxado simbolicamente de “*cusças de branco/ fassido na terra branco*¹⁸”. Tanto que a escolha de produto é determinada e justificada por simples expressão: “*es-binan, ibali, pabia i fassido na terra branco*”.

¹⁸Primeiro, *cusças de branco* significa produtos ou coisas de brancos; *fassido na terra branco* significa fabricado na terra de brancos; *es binan* quer dizer este é de fora, não é fabricado aqui, é diferente e melhor com as que temos. E tudo que é taxado de *es binan* sempre garante a condição de exceção, incomum, empar, nem

A emancipação que trazemos neste contexto não pressupõe apenas em negar a validade de políticas públicas ou obrigação preponderante de Estado em alicerçar com pessoas dinamizadoras. Mas, como um arcabouço técnico de experiências e meios financeiros no impulso de desenvolvimento de zonas rurais, como uma possibilidade de reconstrução de novas aspirações e novas subjetividades libertadoras. Mas, a condição resultante da relação cotidiana de associativismo e relação de cooperação estão fundadas na solidariedade africano que emerge no cooperativismo africano, guineense, como temos abordado no capítulo anterior. Entretanto, teve a sua gênese no seio das relações familiares e comunitárias, assim como na base das concepções epistemológicas dos povos africanos, em particular na Guiné-Bissau, região de Cacheu, setor de Canchungo. A definição de conceito emancipação do cunho teórico que se usa para interpretar as observações na nossa atualidade pode se encontrar diversas tendências da noção da emancipação.

3.3. Breve discussão sobre emancipação no pensamento ocidental

Conforme Melo (2011), Karl Marx foi quem denotava a necessidade de desenvolver a noção da emancipação, muito voltado a potencialização da condição do proletariado, perante as condições de exploração de trabalho abstrato na época. Mas, este não lhe serviu como categoria de análise, mas sim era visto como um estágio da luta dos trabalhadores contra a burguesia e assim como a condição de exploração de capital.

Nesta acepção, inspirando-nos em Melo (2011), pode-se perceber que nos países como a Itália¹⁹, Rússia²⁰, até nos anos 1861, a pobreza dos trabalhadores demandava pensar viés

todos têm e se tiver é porque foi trazido por um familiar que vive ou viajou para terra dos brancos. Assim um produto e consumo final, serviço a sua validade, originalidade não está nas suas características, o modo de produção, a resistência e consistência, estão no fato de ser *cusças de branco/ fabricado na terra de branco*. E ainda, estas expressões não determina só o consumo, como também a relação afetiva, casamento com brancos, mulher de cor (aqui trata de pele clara mesmo sendo africano ou de outra providência). Fome, pobreza, sossego, a paz, só pode resultar da entrega da terra (país) aos brancos ou na terra de brancos. Estas expressões provêm da colonização. São expressões da alienação emergido nos períodos da colonização. Sem entrar na discussão sobre alienação prefiro demonstrar ainda o significa literal e sociológica destas expressões no contexto de consumo. Numa sociedade de alta expressões de colonialidade como a que fomos levamos a viver na Guiné-Bissau não surpreende tanto quando a sinergias determinadoras das escolhas / prioridade for pelo fato de sermos uma sociedade resultante da violência, contra violência e violência com si. A razão de apontar este não nega a influência da industrial cultural emitido através de expansão da globalização do mercado capitalista.

¹⁹A Itália, onde a produção capitalista se desenvolveu mais cedo, foi também o primeiro país a manifestar a dissolução das relações de servidão. O servo se emancipa, aqui, antes de ter garantido para si, por prescrição, qualquer direito à terra. Assim, sua emancipação o transforma imediatamente num proletário absolutamente livre, que, no entanto, já encontra seus novos senhores nas cidades, em sua maior parte originárias da época romana (KARL MARX, 2013, p.1455) vide o livro I O capital.

²⁰A emancipação na Rússia foi introduzida em 19 de fevereiro de 1861 e atingiu inicialmente quase 22 milhões de servos da nobreza, isto é, cerca de metade de todo o campesinato russo (MARX, 2013, p.154).

possíveis à libertação da condição de exploração. O interesse de Marx, para com o conceito emancipação, aplicado a condições de exploração do trabalhador e a busca pela sua libertação, progressiva em estágio, numa concepção revolucionária e reformista, que se evidencia no fim da década de 1870 não se resumia à propriedade comunal e à agricultura, porém, se estendia à propriedade da terra em geral e seu desenvolvimento histórico a partir da emancipação dos camponeses e aos conflitos sociais, bem como ao desenvolvimento do mercado financeiro e do sistema bancário, concepções frente a revolucionária e reformista.

Ainda, cabe dizer que, para Melo (2011), tanto as bases do argumento marxista ortodoxo, defendem nos moldes que a emancipação decorreria das determinações estruturais do desenvolvimento capitalista, como a substituição da constituição de uma comunidade de livres e iguais pela auto-organização holística de trabalhadores associados (sindicatos de assalariados), libertos do fetiche do capital.

Na mesma ótica da aceção de Marx, para a teoria crítica alicerçada pela escola de Frankfurt por Adorno e Horkheimer, o sentido a emancipação se fundava na antinomia da revolução ou reforma do capitalismo. Numa interpretação de Habermas por Melo (2011), percebe que,

“Utopia da sociedade do trabalho parece ter ficado para trás, mas não o ímpeto de formas de vida que reagem e lutam pelo seu espaço de autonomia, mostrando que a emancipação não tem apenas um sentido, mas é perpassada por uma pluralidade de perspectivas. Emancipação significa, portanto, “libertação de energias políticas paralisadas” (MELO, 2011, p. 256).

A liberdade neste sentido estava fundada na “a orientação para a emancipação” como sendo o “*primeiro princípio* fundamental da teoria crítica” (MELO, 2011, 254) principalmente a que buscava a autonomia e independência, a aceção crítica do indivíduo sobre a ordem determinada das coisas ou poder. O que veio a ser uma carência sob condições de um capitalismo monopolista deixa de existir, ou seja, “o indivíduo deixou de ter um pensamento próprio” (MELO, 2011, p. 254). Assim, pode-se entender que a emancipação nesse sentido está voltada a elevação da classe trabalhadora em contraposição a burguesia como condição de superação da exploração.

É importante ressaltar que, o desafio da teoria crítica no marco após segunda grande guerra estava na tentativa de unir o divórcio entre poder e política, perante avanço de privado sobre o público, ameaça ao espaço público, pela gritante expansão de mercado e da globalização e principalmente da “indústria cultural”. Continua ainda as ameaças á relações coletivas, solidarias, nas sociedades de menor avanço de capitalismo.

Para Zygmunt Bauman (2001), o sentido da emancipação na sua teoria está vinculado à libertação do indivíduo das condições de controle de poder dado na sociedade moderna. Esta concepção está voltada ao indivíduo da sociedade moderna. A sua real preocupação é a razão de não ser mais capaz de “questionar” sobre a ordem determinante das coisas e ser aceito como modo natural e ou resultado de processo individual. É um tipo de sociedade que não mais reconhece qualquer alternativa para si mesma e, portanto, sente-se absolvida do dever de examinar, de demonstrar, justificar (e que dirá provar) a validade de suas suposições tácitas e declaradas. Em outras palavras, o principal objetivo da teoria crítica era a defesa da autonomia, da liberdade de escolha e da autoafirmação humanas, do direito de ser e permanecer diferente” (BAUMAN, 2001, p.34).

“Emancipação, neste sentido, visa dar opção de questionamento de projeto de modernidade, percebida, hoje, como aquele que o seu fim depende da disponibilidade de recursos em acelerada produtividade, destruição *e porque não uma construção destrutiva*” (BAUMAN, 2001, p.38, grifo nosso).

O ponto principal da emancipação, na concepção de Bauman, diferente da teoria crítica (a condição de abstração e exploração de trabalho) e da busca pela autonomia do indivíduo, está no desafio da condição de estágio moderno de “indivíduo de jure”. Para autor, a característica determinante de indivíduo de jure é deste não ser capaz de “procurar as causas das próprias derrotas se não na proporia indolência e preguiça, não procura outro remédio senão tentar com mais e mais determinação” (BAUMAN, 2001, p. 48).

O embate ideológico de Bauman considerava duas instâncias: indivíduo e sociedade. O autor afirma que “não há indivíduo autônomo sem uma sociedade, e autônomo da sociedade requer uma autoconstrução deliberada e perpétua, algo que só pode ser uma realidade, realização compartilhada de seus membros” (BAUMAN, 2001, p. 50).

“Nesta ótica que percebemos, “a emancipação humana para teoria crítica se percebe como a reconexão entre a realidade de indivíduo de jure e as perspectivas do indivíduo de fato. E indivíduo de fato seria aquele que reaprende a “capacidade esquecidas e (re) apropria ferramentas perdidas da *identidade étnica, fundadas nas suas cosmogonias expressa nos seus modos de conceber o bem e o mal, o necessário e o urgente, o ético e o patológico*, cidadania são os únicos construtores à altura da tarefa de erigir essa ponte em particular” (BAUMAN, 2001, p. 61; *Grifo nosso*).

Por mais que Bauman assuma o ponto de vista crítico sobre a necessidade de uma condição de emancipação do indivíduo em sociedade, ora moderna, ora ocidental. Sempre existe uma demanda e ou insuficiência na interpretação teórica. Por esta não contemplar a necessidade de interpretação da demanda da emancipação, numa sociedade como a africana, guineense, rural, no caso do nosso campo de investigação na COAJQ. Assim, esta postura crítica, considerando o contexto, histórico, cultural e, por cima, empírico são condicionantes

da adequação de cada abordagem por cada contexto. E isso não limita o diálogo científico das teorias. O mundo líquido, como noção central da interpretação da modernidade, não descortina cabalmente o sentido da relação social, cultural e econômica no contexto africano guineense. Isso em razão das sociedades africanas e, ainda, guineense não passarem pelo processo de rompimento, causado pelo capitalismo, da tradição e modernidade, do capital e das vidas.

Mesmo considerando a emancipação, a concepção ocidental existe em linhas das demarcações de diálogo epistemológico. Nessa condição, cabe ao sociólogo Boaventura Sousa Santos, o estudo sobre as linhas abissais nas epistemologias do Sul com a ciência que visa ser hegemônica. Essa ótica de sul faz diálogo com saberes africanos, capaz de reconstruir novas alternativas para um desenvolvimento emancipatório a partir de modos de organizações locais e, sobretudo, solidários.

3.4. Emancipação desde as epistemologias africanas do Sul global

A emancipação como categoria histórico e ideológico, nesta pesquisa, tem sentido significativo. Neste contexto, consideramos importante apresentar para o nosso leitor breve percurso histórico deste conceito a quando o processo de luta pela independência do continente africano e de povos da sua diáspora, com o movimento pan-africano, assumiram a direção de construção de novas relações.

Com base no levantamento feito, no livro História Geral da África, no seu volume VIII, o conceito emancipação dos povos submetidos à colonização constitui na ideia e como princípios que orientam a razão do surgimento de diversos movimento de povos negros, além de espaço continental. Este uso do conceito é encontrado no artigo, da autoria de Edem Kodjo e David Chanaiwa (2010, p.899), cuja demonstração pode ser percebida.

Ao criticar os pressupostos de liberdade posto na Carta de São Francisco de 1945 da ONU, como alegado mecanismo de libertar as colônias, Tayeb Chennlout (2010), faz a noção da emancipação como aquele que significa no seu alcance, progressão da história, independência das colônias. No texto de historiador Ali A. Mazrui (2008, p.136), vem seguindo essa noção da emancipação como princípio da luta pela independência da África Austral.

Pela sua vez, Elikia M'bokolo (2010, p.229), a emancipação era o ponto chave da pretensão de movimento anticolonial, voltado à liberdade e ao direito à autodeterminação, na região da África Oeste, Congo Belga, na Ruanda, São Tome, principalmente aos povos da colônia portuguesa em África. Nesta perspectiva, podia enquadrar a emancipação econômica, cultural, escolarização das crianças e mulheres, discussão presente no texto de CHANAIWA, 2010, p.472.

Nos estudos de Kodjo e Chanaiwa (2010), é perceptível considerar que o conceito emancipação configurava no centro de debate sobre a libertação de povos submetidos à dominação colonial, branca europeia. Ainda, este autor, na sua abordagem histórica sobre o continente africano no período nas décadas de 1950, 1960, e 1970. No quinto congresso Pan-africano em Manchester, no outubro de 1945, com a liderança e participação os mais notórios líderes deste movimento, como Kwame Nkrumah, George Padamore, Peter Abrahams, W. E. Du Bois entre outro. A declaração deste congresso, logo no seu primeiro ponto, no conjunto de seis pontos da resolução, em princípios, defendia “emancipação e a total independência dos africanos e dos outros grupos raciais submetidos à colonização das potências europeias, as quais pretendiam exercer sobre eles um poder soberano ou um direito de tutela²¹” (KODJO & CHANAIWA, 2010, p.899).

E ainda com base nesta demonstração da noção que se tinha do conceito de emancipação, no seio do movimento, luta pela independência do continente e seu povo na diáspora, a partir de princípio que orienta a luta de libertação que determinada a concretizar as pautas. Neste contexto as pautas da luta do pan-africano, principalmente a que foi expresso no congresso acima apontada, enfatizavam o fato da luta pela independência política ser somente a primeira etapa e o meio para atingir a completa emancipação nas esferas econômicas, cultural e psicológicas. Portanto, exortavam a população das cidades e dos campos africanos, os intelectuais e os profissionais de liberais a se unirem, organizarem-se e lutarem até a absoluta independência (KODJO & CHANAIWA, 2010, p.899).

Até aqui, pode-se perceber que o conceito emancipação, nos finais do século XX, principalmente no processo de libertação dos países africanos, estava voltado à liberdade, autodeterminação, soberania e direito à autodeterminação dos povos submetidos à dominação e exploração. O lugar teórico que este conceito ocupava, representava o estágio aspirado na progressão de história de cada sociedade. Nesta ótica, a emancipação era aspirada como hoje se pode aspirar o desenvolvimento, seja ela econômico, cultural, político, social. Mas, sobretudo, a quando da luta política dos povos que hoje são delegados à periferia do capital, ou ainda ao “subdesenvolvimento”, e são orientados a aderir à democracia com base nos princípios neoliberais, impulsados pela política do Banco Mundial e F. M. I., com as suas receitas desenvolvimentistas. Com base nesta reflexão, questiona-se, quais são as relações de sentido possíveis na compreensão teórica do conceito emancipação no século XXI, a partir da

²¹ Demais pontos da resolução do congresso segue: a) a emancipação e a total independência dos africanos e dos outros grupos raciais submetidos à dominação das potências europeias, as quais pretendiam exercer, sobre eles, um poder soberano ou um direito de tutela; b) A revogação imediata de todas as leis raciais e outras leis discriminatórias; c) A liberdade de expressão, de associação e de reunião, bem como a liberdade de imprensa; d) A abolição do trabalho forçado e a igualdade de salários para um trabalho equivalente; e) O direito ao voto e à elegibilidade para todo homem ou mulher com idade a partir de vinte um anos e; f) O acesso de todos os cidadãos à assistência médica, à seguridade social e à educação.

perspectiva do Sul e a sua relação com a organização e produção de sentidos com cooperativas, associações locais e comunitárias?

Para debruçar sobre a questão posta, nos interessa recorrer à abordagem teórica sobre as epistemologias do Sul, com suporte de obras de Boaventura Sousa Santos. Dada essa demanda epistemológica, que visa resistir à condição da ocidentalização das ciências sociais ou humanas em geral, reforçamos a busca da noção da emancipação na perspectiva de Boaventura Souza Santos (2011) que vem construindo uma prática epistemológica desde Sul global. Para que, a partir deste, apontar o que temos percebido como práticas, relações empíricas da emancipação nas ações da COAJQ, localizada na sociedade africana guineense que, a reprodução de resquícios da colonialidade (QUIJANO, 2010), a rastejante crise das instituições públicas (DA CRUZ, 2018), “abandono” de zonas rurais é perceptível. Ainda, mais, em razão da globalização e ausência de políticas públicas agrícolas de Estado da Guiné-Bissau para regiões e tabancas.

A emancipação do coletivo, comunitário, cooperativo, solidário que antes de mais além de reduzir só no indivíduo, caracteriza a noção da emancipação no contexto da Guiné-Bissau. Ou seja, explicar uma noção emancipatória fundada no *ubuntu*, *ujamaa*, exige antes demais, interagir ou discutir com os teóricos destas realidades, ora chamados de sul “periféricos”, ora campo das epistemologias descartadas ao longo de processo histórico e, de construção de conhecimento com forte peso de universalismo imperial e até racista.

O movimento negritude tem como seus teóricos ideológicos e precursores, Aimé Cesaire, Leopold Senghor, Leon Damas, mais tarde Amílcar Cabral e demais intelectuais. Estes cientistas políticos encarregados de desenhar as bases ideológicas de luta contra o racismo e colonialismo brancos contra povo negro, principalmente africano, consideravam a emancipação, progresso como mecanismos de revalorização do mundo africano, seus valores milenares, suas culturas e concepção de vida e universo de relação solidária. Era percebido como exercício de “africanização de espíritos” (Amílcar Cabral, 1945), e, ainda, de “retorno às fontes” como disse Jurema José de Oliveira (s.d.).

Desta noção da emancipação, reconhecia a proposição de Franz Fanon (1968, 1975) que, considerava que, a arma do povo oprimido tinha de ser a mesma usada pelo colonizador durante o exercício da dominação e exploração do colonizado. Ou seja, a única forma de emancipar o negro, na condição de colonização e escravização só possa pôr mesmo método que o branco usava sobre os negros. Em outras palavras, os negros só poderão superar, emancipar-se, tornar-se autônomos quando aplicar a violência contra o seu colonizado.

A década de 1954, marco da guerra de Argélia, culminando nos anos 1973 – independência da Guiné-Bissau, o debate em torno da emancipação estava voltado à noção de progresso - construção do homem novo (Amílcar Cabral, 1976), e para Franz Fanon (2008) estava em torno da noção de “práxis absoluta” do negro colonizado em busca de uma nova

linguagem, a partir de uma nova humanidade. Para estes autores, e principalmente na era de Fanon, a noção de violência do colonizado para o colonizador era instância de busca pelo equilíbrio da condição do humanismo.

Entre a violência colonial e a do colonizado, segundo Mbembe (2014), a elevação da humanidade do colonizado pela oferta de violência do colonizado para com colonizador, em transportar, força própria, rumo a um lugar mais alto do que aquele que lhe consignado em função da raça em decorrência da sujeição. O alcance da nova linguagem e humanidade seria acesso a emancipação dos povos colonizados.

Assim, a nossa atualidade, com sofisticação de tecnologias e avanço de tecnologia, nos parece que o mundo e a relação de colonizado e colono, alcança estado de equilíbrio e possivelmente de paz. Ainda, dependendo do contexto, como a africana guineense, parece não é mais necessário tratar de “violência” nestas relações, ora estruturadas pelo neoliberalismo de capital que tem como a esfera o mercado que visa ser global. Vimos isso, parecer inadequada ao contexto quando, por exemplo, a condição de pobreza e fome continuam a ser resultado da condição estágio de avanço paralisantes²² (DA CRUZ, 2018), “Narco-Estado”, “estado frágil, clientelista com fracos resultado em termo de desenvolvimento econômico”, *referenciado no PIB* (DA CRUZ, 2018).

A mais nova contribuição de Mbembe (2018), na teorização da atual noção de poder, a partir do seu conceito necropoder e necropolítica, como mecanismo de interpretar a morte como estratégia e efeito do poder dá novas base de percepção das realidades resultantes de construção do outro subalterno, posto da condição de colonialidade e dependência do capital, para não dizer subdesenvolvimento no Sul, como periferia do capital extrativista de recursos naturais e as ricos e baratas terras africanas. Os conceitos necropoder e necropolítica vem descortinando as novas formas submissão da vida ao poder da morte (da violência física, da fome e pobreza mesmo rico de recursos naturais e concentrar maior população jovem) em condição da “fraco” ou “perda” da noção da soberania em diversos sentidos de uma sociedade.

A contribuição de filósofo Mbembe (2018), desperta a percepção, também da instrumentalização, quase generalização que reduz a democracia a exercício de voto, a destruição material de corpos humanos, população, a fome e pobreza e limitada acesso a tecnologias de produção. Nesta condição, a permanência na pobreza, dependência econômica

²² Por não ser nosso foco, o artigo da Maria do Carmo Rebouças da Cruz, vem mostrando como a este país africano a partir de 1984, foi permeado com episódios de instabilidade política e governamental e, que impossibilidade ambientes de construção de políticas de garantia de direito, como saúde de qualidade, educação, segurança, soberania alimentar etc.

e tecnologia e principalmente do conhecimento, para organização manutenção da existência de si e das suas instituições passam a ser eixos chaves de controlo do outro: desde a segurança da população da sua sociedade até a soberania alimentar. E ainda, o modo de pensamento passam a ser condicionado em detrimento da condição de colonialidade (QUIJANO, 2008).

A noção da emancipação que assumimos aqui, não está além de um pensamento interpretativo e utópico exercitada na divulgação de conhecimento. É um desafio que visa superar a regulação social, econômica e até de direito expressa na atuação de Estado, orientado pelo capital internacional sub-regional, imperialista e por que não dominantes de povos de sociedade de margem de capitalismo. Essa é uma condição da incapacidade com os novos paradigmas, novas reinvenções, reconstruções, novas retóricas que buscam dialogar para melhor reconfigurar tópicos de sentidos comuns herdados de ancestralidade africana e novos senso comum²³ emancipatório, capaz de conjugar a bifurcalidade²⁴ (MUNDIMBE, 2013) das sociedades africanas, principalmente a guineense, pela sua natureza colonial.

A bifurcalidade colonial (MANDANI, 1996) das sociedades africanas, principalmente guineense teve seu alicerce nas políticas de domesticação dos nativos, expressa no Estatuto Indígenas²⁵, procedimentos de aquisição de poder e bens do colonizado, distribuição e exploração de terra nas colônias, os modos de produção de herança colonial são geridos, os modos de concepção, organização de Estado e aplicação de poder desta expressão nas suas burocracias.

Para Mundimbe (2013), as categorias como a complexidade, denominando-a de bifurcação das sociedades africanas e a sua invenção está na conjugação de entre tradicional *versus* moderno, oral *versus* escrito e impresso, ou os sistemas de comunidades agrárias e consuetudinárias *versus* civilização urbana e industrializada, economias de subsistências *versus* economias altamente produtivas, podem ser citados para que exemplifiquemos o modo como o discurso colonizador pregava um salto de uma extremidade considerada subdesenvolvida para outra, considerada desenvolvida.

²³ Considera-se um conhecimento óbvio e obviamente útil (SANTOS, 2011:31) principalmente pelos seus sujeitos protagonistas da sua produção. Santos define o senso comum como conhecimento indisciplinar e não-metódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para produzir; reproduzir-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida.

²⁴ A leitura de Mundimbe ao considerar as sociedades africanas de bifurcada expressa modos de relação, criação tecnológica e exercício de poder na Guiné-Bissau, isto por ser perceptível a conjugação da modernidade e tradição, o colonial e emancipatório.

²⁵ Segundo a historiadora guineense, Artemisa Candé Monteiro (2013), este estatuto objetivava dividir as populações em grupos: “indígenas”, assimilados e brancos, como forma de estimular uma divisão cultural e “racial” no tocante à forma de tratamento das pessoas. Por outro lado, facilitava em explorar os africanos que não estavam cobertos pelo estatuto de assimilados e, portanto, não dispunham de cidadania portuguesa (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 138).

Mundimbe (2013) nos fala da invenção da África. Mas, na nossa atualidade, além de resquícios coloniais manifesta, na sociedade guineense, uma incapacidade da garantia de pleno funcionamento de Estado. Uma realidade que tende a exigir repensar o papel de líderes desta sociedade. Assim, pode supor que a crises de invenção de novas utopias emancipatória não se resume simplesmente pela razão só de fatos históricos, mas o modo como tem sido a luta de poder pelas elites, ora extravertidas, como disse o filósofo Hountondji (2008), das realidades de problemas locais e até das identidades.

Então, como dialogar com a realidade dessa África criada e principalmente bifurcada para fazer invenção no inventado, uma nova utopia do conhecimento, práxis da realidade local profunda pautada na emancipação reflexiva? Que expressões das utopias emancipatórias emergem nas relações, projeção, ações da Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros na Região de Cacheu da Guiné-Bissau? É a partir destes enquadramentos que vamos buscar interpretar as ações da Cooperativa COAJQ, nas zonas rurais da Guiné-Bissau como ações de novo senso comum, emancipação socioeconômico, baseadas nos “tópicos” na perspectiva de Santos (2011).

Para Santos (2011, p. 330), o novo senso comum emancipatório deve partir de formas de conhecimento que progridam do colonialismo para solidariedade que seja tolerante relativamente a caos, por ter potencialidade para criar uma ordem emancipatória capaz de facilitar uma resolução progressista da transição paradigmática. No nosso contexto, tem sentido no enfrentamento ao êxodo rural dos jovens, nas suas *tabancas*, o desemprego dos jovens e não só, insegurança alimentar e nutricional²⁶, frequentes crises políticas, corrupção, roubo de gado dos agricultores camponeses e a falta de políticas públicas agrícolas capazes de gerar mais emprego nas regiões. Nestas intransigências, urge pressupor que, a emancipação socioeconômica é uma condição exigente para população de zonas rurais, através de práticas cooperativas. Este com base nos “princípios de comunidade, assente na solidariedade *ubutuista*” (MALOMALO, 2017), *com forte diálogo com outras culturas*, “de participação, e o princípio de estético-expressivo, assente nas ideias de prazer, e de autoria artificialidade” (SANTOS, 2011, p. 331, *grifo nosso*).

Para Santos (2011), a noção de emancipação nos princípios orientadores que lhe permite questionar as concepções hegemônicas do conhecimento, de direito, de poder e política. E na base destes princípios que desenha novos campos analíticos mais vastos e mais incompletos, e simultaneamente, menos ocidentais-cêntricos e menos Norte-acêntrico (SANTOS, 2011, p.331). Para isso, modernidade regulada pelos os seus excessos na equação

²⁶ Segundo a Fao, apesar de melhorias na situação política, a Guiné-Bissau continua a registar um défice alimentar de cerca de 90 mil toneladas, em média. A produção nacional bruta de alimentos é insuficiente para dar resposta às necessidades alimentares do país, e a má nutrição e a insegurança alimentar tornaram-se num constrangimento estrutural na Guiné-Bissau. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/a-au071o.pdf>> Acessado em: 19 de novembro.

entre a subjetividade, cidadania e emancipação. E não consegue fazer alcançar o que Santos considera:

“A emancipação não é mais o que conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação e o aprofundamento das lutas democráticas em todas os espaços estruturais da prática social conforme estabelecido na teoria democrática” (SANTOS, 1991, p.188).

Neste excerto, a emancipação sofreu, na perspectiva de Santos, o reducionismo que no contexto da Guiné-Bissau pode ser percebido, principalmente através da categoria cidadania que passou a ser trabalho voluntariado e não mais politização de movimento dos jovens a se colocar na possibilidade de mudanças de sentido de uso de poder. Nesta ótica a emancipação passou a ser delegado a campo de silêncio, nas organizações de caráter mais regidas na “formalidade” não descolonizada da projeção em pensar. É importante, destacar que, Segundo Santos (1991), demonstrou na sua abordagem que, Amílcar Cabral já vinha considerar a cultura e o seu reconhecimento como cultural como o fator da pedagogia da emancipação.

Apresentou os novos campos analíticos, realçam novas formas de opressão na sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que abrem novos espaços para uma política cosmopolita, para diálogos interculturais, para defesa da autodeterminação e da emancipação. Assim sendo, um espaço que possibilita “globalização” das práticas sociais *nas periferias do capital internacional e ou no Sul* (SANTOS, 2011, p. 331, *grifo nosso*). Os novos campos na nossa pesquisa estão os diferentes modos emancipatórios de associativismo, cooperativismo de jovens e camponeses principalmente nas zonas rurais em Canchungo.

“Perante isso o único caminho para pensar o futuro parece ser a utopia. Por utopia entendo a exploração, através da imaginação, de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade, e a oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor porque vale a pena lutar e a que a humanidade tem direito. A utopia requer, portanto, um conhecimento da realidade profunda e abrangente como meio de evitar que radicalismo da imaginação colida com o seu realismo” (SANTOS, 2011, p. 332).

A emancipação aqui, não está voltada simplesmente para mulher, se não seria assumir o reducionismo de problemas de fome e pobreza. Mas abrange a natureza, talvez, de problemas que mais afetam as mulheres. Isso, a partir do princípio de que o problema da mulher é, antes de tudo, um problema social. Ainda mais por considerar que, quanto mais uma sociedade sofre de flagelos de fome, pobreza, desigualdades, a mulher tende a ficar mais sobrecarregada de tarefas domésticas. Por isso que consideramos que a emancipação visa alicerçar toda a base social afetada com o desemprego, êxodo rural, falta de políticas de formação de jovens\mulheres, políticas de agrícolas e segurança²⁷ dos produtores nas zonas

²⁷A questão de segurança nas zonas rurais, principalmente na região de Cacheu, merece ser investigada e interpretada e, por não ser nosso objetivo, deixamos para depois investigar a pesquisa nessa temática. Segundo os dados de relatório da Liga Guineense de Direitos Humanos (LGDH, 2007, 2015), o roubo de gado tem sido o

rurais e escassez de tecnologia para a produção na agricultura familiar capaz de garantir o emprego das mesmas, assim como, da insegurança alimentar e nutricional, tanto nas escolas, *tabancas*, bares, mercados comunitários etc. Ou seja, é a liberdade de construção de novas utopias, senso comum, como a COAJQQ, sendo espaço de exercício de liberdade, na concepção de Amartya Sen (2010).

SEÇÃO IV: COOPERATIVISMO E FILOSOFIA AFRICANA COMO FORMAS DE EMANCIPAÇÃO

A crise planetária (desigualdade, degradação ambiental, epidemias, inundação) causada pelo capitalismo e desenvolvimento extrativista econômico exige que se pense as alternativas para a construção de uma nova sociedade fundada nos valores ancestrais. Este capítulo busca problematizar as diferentes concepções de cooperativismo com base na filosofia do pensamento coletivas africana de *ubuntu*, *bisoidade* e *ujamaa*. Faz uma análise histórica e conceitual do cooperativismo desde o seu surgimento na Europa, e interpreta as noções de filosofia de *ubuntu*, *bisoidade* e *ujamaa*, destacando a sua relação com a filosofia cooperativista ocidental.

Para tanto, o argumento defendido é que o cooperativismo como doutrina e movimento social solidário, emergido na Europa e que pauta a luta contra o modo de produção capitalista, enquanto as filosofias coletivas africanas, devido a sua anterioridade, não se limitam somente a travar a resistência contra o capitalismo, mas reivindicam especialmente o seu lugar de ser como um modo de vida assente na ética do cuidado com a comunidade-de-sagrado-ancestral, comunidade-universo-natureza e comunidade-de-bantu/seres-pessoas. Assim, vista na perspectiva de *ubuntu* e *bisoidade* a solidariedade africana aponta para a construção de uma sociedade assente na ética biocêntrica que requer o cuidado recíproco entre as três comunidades-de-vida precitadas.

Ademais, é preciso mencionar que esta sessão faz parte de uma humilde contribuição aos apelos do professor doutor Bas Ìele Malomalo (2017, 2018), o líder do grupo de pesquisa

fenômeno que afeta gravemente as famílias criadores de gado em todas as regiões da Guiné-Bissau. E a região de Cacheu, no qual consta o setor de Canchungo foi o destaque com dados de frequentes roubos, espancamento de produtores nas *tabancas*. Vide <file:///C:/Users/Cafacsi%20C3%A3/Desktop/r_guine_bissau_2007_situacao_dh_gb.pdf>. Acessado em: 01 de out. de 2019.

África-Brasil: Produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e cidadania global no sentido de se apropriar das filosofias coletivas africanas, a exemplo de *ubuntu*, *bisoidade e bisoidade*, para se pensar um novo modelo de sociedade.

Assim, a primeira e a segunda parte do capítulo buscam construir uma abordagem histórica e conceitual do cooperativismo desde o seu surgimento na Europa. E na terceira seção analisa as noções de filosofia de *ubuntu-bisoidade* e *ujamaa*, e quando necessário destaca a sua relação com a filosofia cooperativista europeia.

4.1. Abordagem histórica do cooperativismo

A escrita do cooperativismo como fenômeno social, como nos fazem observar Aguiar e Reis (2002), remete às suas origens europeias. Esse voltar ao tempo não significa uma simples estética metodológica. Mas, ele é uma forma que busca não centralizar a abordagem somente na definição teórica conceitual do tema ou a sua imputação periódica. Portanto, compreendemos que as teorias e conceitos têm lugar, percurso e história. O passado possui a função pedagógica para o presente, assim como para o futuro. A volta à história pode tornar um ato de autoformação, no domínio da história do próprio pesquisador, sobre assunto a estudar. Esse lugar de nascimento da teoria ou doutrina, manifesta-se no plano simbólico e físico ou material. O cuidado que se tem aqui é tentar demonstrar que o cooperativismo, como teoria, surgiu na Europa, e com a diversidade de pensamento existente à época, não foi logo uma ideologia consolidada em diferentes países. Nisso buscou a adaptar-se a cada contexto político, econômico, cultural assim como epistêmico da sociedade que se hegemonizou ou busca tal finalidade.

A proposta de uma organização econômica centrada no indivíduo surgiu em meados do século XVI com o aparecimento do cooperativismo. Embora o associativismo coletivo estivesse presente em outras épocas (AGUIAR; REIS, 2002, p. 150), a sua concepção contemporânea está além da simples proteção de trabalhadores, na medida que abrange diversos sentidos de modos de organização e de modos de produção. A percepção que se tem com Aguiar e Reis (2002) é que esse modo de associativismo não era fundamentado nos princípios de uma organização administrativa, mas centrava nas ideias de

“Auxílio mútua na relação de trabalho e na associação coletiva de pessoas. No período de forte expansão de capitalismo e em resposta deste, emerge novas concepções de resistência, expressas na construção de armazéns, fábricas, empresas rurais e até mesmo na construção das repúblicas”. (AGUIAR; REIS, 2002, p.150).

As primeiras ideias de cooperativismo surgiram na Inglaterra e na França, como principais centros de pulso de indústrias e a economia capitalista da Europa. No seu plano concreto, segundo Aguiar e Reis (2002), Plockboy idealizou a associação semelhante às cooperativas integrais, que mais tarde se organizaram em pequenos grupos sociais e econômicas ou união de famílias de agricultores, artesãos, marinheiros e professores de artes e ciências. O debate emergido em diversos ramos da filosofia demarcaram a primeira fase da ideia do cooperativismo ocidental²⁸.

O cooperativismo, para Aguiar e Reis (2002, p. 153), por ser hoje um movimento social e até uma doutrina, o seu percurso faz perceber que nasceu de diversidade ideológica e geopolítica. O nascimento desse movimento, na Inglaterra estava centrado na justiça e na fraternidade. Os socialistas utópicos ingleses buscavam melhorar o meio socioeconômico através de organizações sociais equitativas, de associações voluntárias, de modificações da organização da produção industrial e do trabalho, ou, ainda de modificações do regime de trocas.

“O marco de referência inicial da busca desse ideal vincula-se a Robert Owen, um dos maiores industriais da Europa, filho de artesãos, profundamente preocupado com o desemprego no entorno da I Revolução Industrial e que publicou duas obras intituladas *New View of Society* (1812) e *Book of the Moral World* (1820).

²⁸ Para Sales (2010), os primeiros propulsores da ideia de cooperativismo como organização alternativo são Robert Owen (1772-1858), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Joseph, todos tinham como base fundante do seu pensamento o socialismo utópico, uma contramão do capitalismo liberal que emergia com dados visíveis, na principalmente na relação humana. Mais tarde, em Rochdale 28 operários, na sua maioria tecelões, demarcaram um dos primeiros experimentos da cooperativa, no sentido da mutualidade, pregado por Owen e Fourier. Robert Owen para Sales (2010), a filosofia do pensamento de Owen considerava que o homem resulta do seu meio social. E para mudá-lo exigia modificar o meio social de uma forma processual e moderado para não causar o sofrimento na própria mudança. Esta perspectiva projetava combater a divisão social entre operário e patrões, por toda produção para ele ser dos trabalhadores, criar medidas de assistência social aos funcionários de sua fábrica de fios de algodão e em New Lanark na Escócia. Charles Fourier, segundo Sales (2010), buscou conjugar os interesses de trabalhadores, dos capitalistas e dos consumidores, porque para ele as desigualdades entre pobres e ricos fazem parte de plano de Deus e tudo o que provém de Deus é bem feito, e que os problemas econômicos e sociais poderiam ser resolvidos por meio dos Falanstérios, como espaço de convivência das diferenças dos homens com justiça e harmonia. Por sua vez, Philippe Joseph, como aponta Sales (2010), a proposta seria possível por meio de criação de associações cooperativas dos operários por categoria profissional, em termo de ofício de cada grupo, orientados de forma pacífica e sem espoliação. Nestes ainda, teriam como base na sustentação financeira sem auxílio do Estado, dupla função aos associados de empresários e empregados, retorno das obras proporcionais e ao trabalho, a indivisibilidade e inalienabilidade do capital social da cooperativa. Toda esta discussão está no texto de Sales intitulado Cooperativismo: Origens e Evolução, da revista Brasileira de Gestão e Engenharia, 2010. Segundo Aguiar e Reis (2002), outro pensamento voltado a economia cooperativista foi do socialista inglês John Bellers (1654-1725). O Pensamento de Bellers estava voltado à criação de associação de trabalhadores de todas as indústrias úteis e de agricultura, com formação de colônias cooperativas de trabalho. Este teria na sua composição 300 a 3000 associados e uma proposta virada para suprir as despesas, os lucros dos intermediários e das indústrias úteis, honorários de advogados. Assim sendo, os resultados seriam utilizados para fortalecer a entidade e para serem distribuídos entre os membros da associação, na proporção da participação de cada membro. As propostas de Plockboy e Bellers, conforme Aguiar e Reis (2002), ainda eram o ponto inicial de debate no plano das ideias, razão que não tinha experiências que caracterizavam essas propostas, e direcionar o sentido de trabalho e a gestão de seu resultado, no plano coletivo com a camada mais vulnerável na sociedade europeia até no decorrer do século XIX.

Considerado o pai do socialismo inglês por vários historiadores do cooperativismo, Owen planejava a ligação direta entre os produtores e os consumidores. Combateu o lucro e a concorrência, responsáveis pelos males e injustiças sociais e pela deturpação do meio social” (AGUIAR; REIS, 2002, p. 153).

A luta de Owen criou mais tarde a concepção teórica conhecida por owenismo, um método sistemático de associação e de cooperação desenvolvido por este filósofo inglês. Robert Owen prescreve a cessão do lucro de cooperativas. Neste preceito, segundo Aguiar e Reis (2002), Owen fez reduzir de 14 para 10,5 horas a jornada de trabalho, os menores de anos de idade foram proibidos de trabalhar, o amparo à velhice, medidas previdenciárias, melhoramento de alimentação e alojamento dos operários, instalação de refeitórios etc. Estes preceitos, depois do retorno de Owen à Inglaterra começou a fundamentar os ideários do seu movimento na solidariedade de esforço e de iniciativa espontânea dos homens. Assim, isolou as fórmulas preestabelecidas e de criação de novos meios como as colônias.

O enfrentamento de Owen ao modo de organização, produção do sistema capitalista inerente às indústrias, estava centrado na exploração do trabalhador que reflete desigualdade como problema. Para tanto, a sua superação exige reflexão crítica que condicionava um repensar de vícios da economia e o modo com que a estrutura de produção estava empregando e definiu o trabalhador de modo objetificado e comercializável e, portanto, possível a descartar em curto tempo de uso.

“[...] o lucro [é] um dos vícios mais grave e pernicioso da economia: grave por simbolizar ele a desigualdade social, aumentando-a e perpetuando-a; pernicioso, porque, ao se integrar no preço de custo – justo preço - vai este lucro tornar impossível ao operário a aquisição do produto do seu trabalho, acarretando, em consequência, o subconsumo que, para Owen, constitui a principal causa das crises” (AGUIAR; REIS, 2001, p.155).

O “mundo moral” que Owen esperava viria de associação como modo de organização necessária para a realização de “Novo Mundo Moral” (AGUIAR; REIS; 2002, p.155) que a sua fundamentação estaria alicerçada no esforço educacional à classe operária e inspirada na visão de religião convencional com as quais havia rompido. Esse seria mecanismo que levaria a sociedade capitalista e competitiva a mudar para uma sociedade solidária, diferente, daquele com que o maior enraizamento do individualismo e efetivação da relação de exploração está no centro de relação de poder.

Para Aguiar e Reis (2002), a revista *The Cooperator* que circulou na Grã-Bretanha com a autoria de Willian King em 1828 até 1838, fez desenvolver a teoria de muitos adeptos e motivou a criação de inúmeras cooperativas. A história de cooperativismo na Inglaterra fez desenvolver teorias a partir de debate local com demais autores, como o leitor pode ver o

Charles Howarth, James Daly que deram a continuidade da base da teoria filosófica de King. Essa continuidade fez o debate e luta para chegar nos princípios que busca regulamentar a estrutura organizacional e funcionamento do cooperativismo.

“Eram estes os princípios: adesão livre e espontânea; neutralidade política e religiosa; prática da democracia pura, onde uma pessoa representava apenas um voto; eliminação do lucro mercantil, com a devolução das sobras proporcionalmente às operações de cada um; retribuição ao capital com juros limitados; vendas à vista dos bens de consumo; fomento à educação, para preparar as gerações futuras e garantir a continuidade do sistema (Oliveira, 1979). A experiência dos Pioneiros de Rochdale transformou-se em símbolo e, conseqüentemente, provocou o movimento cooperativista, se expandisse para outros sistemas, como o de produção, o de crédito, o de educação, o de serviços, enfim, para todos os meios de vida” (AGUIAR; REIS; 2002, p.156).

Essa é a retrospectiva que nos permite compreender o cooperativismo da Inglaterra, na perspectiva histórica. O contexto francês quase é a continuidade. A experiência de luta e de afirmação dessa ideia no seu embate, no contexto da França demarca os períodos de 1792, com mais peso da noção da economia social. A sua idealização manifestou-se por meio de criação de proposta de cooperativas de consumo - armazéns de abundância, ideia apresentado por L'Ange. A sua proposta buscava alcançar a abundância e o “justo preço” do pão. A teoria de F.M. Charles Fourier também entrou nesse campo de batalha das ideias em busca de alternativas de sistema capitalista que nascera na Europa. Esse autor, chegou a propor a criação de associação denominada “Comunidade Harmonia”. O seu sucessor Victor continuou com a ideia que foi conhecida em 1834-1844, como doutrina social. Este preconizava a formação de associações de operários, todos da mesma profissão, autossustentáveis, ou seja, sem intervenção do estado ou de capitais privados (AGUIAR; REIS, 2002).

Entre diferentes propostas, que não cabe apresentar aqui, vale a pena citar os nomes, como P. J. Proudhon fundador de banco de Troca em 1848, com o propósito de eliminar renda de trabalho. Em 1886, Charles Gide fez apresentar o programa do que seria proposta no II Congresso das Cooperativas em França, Lyon, e, em estudos posteriores, sistematizou ideias cooperativistas esparsas. O congresso deu resultado por definir as linhas gerais do cooperativismo francês, a formação de uma república cooperativa em substituição ao sistema capitalista.

Para Aguiar e Reis (2002, p. 176), a escola de Nîmes em 1886 veio a colocar em prática um crescente ponto importante do movimento cooperativista. Esse ponto preconizou a escola a partir da carta de movimento cooperativista em todo o mundo, dando-lhe uma sólida virtude de doutrinação moral e social, no cooperativismo francês. São também muito conhecidas as 12 virtudes do cooperativismo enumeradas por Gide:

“Viver melhor ou conseguir melhor nível de vida, através do auxílio mútuo; pagar em dinheiro, a fim de evitar a dívida que considera uma das formas de escravidão; poupar sem sofrimento, já que a devolução dos ganhos sob a forma de retorno dos excedentes, proporcionalmente às operações realizadas pelos sócios na cooperativa, lhes permite economizar sem sacrificar a satisfação das necessidades; suprimir os parasitas, ou seja, eliminar os intermediários, de maneira a reduzir ao mínimo os órgãos de transmissão das riquezas do produtor ao consumidor; combater o alcoolismo – finalidade educativa já acentuada pelos Pioneiros de Rochdale; interessar as mulheres nas questões sociais, pois, sendo elas quem cuida do lar e faz as compras, devem conhecer os problemas do consumo e das cooperativas de consumo; Educar economicamente o povo, tornando-o apto para a autogestão econômica e política; facilitar a todos o acesso à propriedade; Reconstituir uma propriedade coletiva através da formação de um patrimônio cooperativo, que é coletivo e está a serviço de um interesse geral e permanente, acima de nossas existências efêmeras; Estabelecer o justo preço, mas remunerando convenientemente todo trabalho consagrando à produção, inclusive o trabalho de direção e os trabalhos intelectuais preparatórios; eliminar o lucro capitalista, criando a preocupação com a satisfação das necessidades dos homens e não com a obtenção de lucros; e, abolir os conflitos – na cooperativa de consumo, o consumidor torna-se seu próprio fornecedor; na cooperativa de produção, o operário torna-se seu próprio patrão; na cooperativa de crédito, o sacado torna-se o seu próprio sacador; na cooperativa de habitação, o locatário torna-se seu próprio locador e assim por diante, de modo que a disputa cessa pela fusão dos inimigos, ou melhor, o combate cessa por falta de combatentes” (PINHO, 1977, p.176).

A estratégia de aproximação de organização com viés do cooperativismo e da economia solidária veio acontecer em 1895 no I Congresso Internacional do Cooperativismo, dando nascimento à Aliança Cooperativista Internacional (AIC). Este evento tinha em pautas, as propostas de superação de crise. Mas, também manifestava o caráter de diversos movimentos intelectuais no mesmo período histórico, determinado na resistência e fundamentada na solidariedade como requisito da centralização da economia no indivíduo, não no mercado imperial e de relação de colonialidade²⁹.

Nesse estágio de monitoramento pode-se perceber que o cooperativismo já se fazia expressar como movimento além das fronteiras dos Estados modernos. Aguiar e Reis percebem que,

“a autenticidade do modelo rochdaleano começou a ser codificado e firmado mundialmente pela Aliança Cooperativista Internacional, e, com a evolução da realidade socioeconômica dos povos, a necessidade de adequar os princípios às transformações mundiais foi confirmada e expressada no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional de 1937, em Viena, onde um Comitê Especial apresentou o resultado de um estudo feito nas cooperativas de todos os países, para saber se os princípios rochdaleanos eram aplicados integralmente” (AGUIAR e REIS, 2002, p. 579).

²⁹ É entendido como a elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado, como as mais ativas determinações (ANIBAL QUIJANO, 2000).

As alterações, resultantes do XX Congresso da Aliança Cooperativa Internacional deu marco da contínua adequação de princípios de cooperativismo em seus estágios na realidade e contextos diferentes (AGUIAR; REIS, 2002, p. 579). O cooperativismo que nasceu na França e o que nasceu na Inglaterra conjugaram uma relação de proximidade teórica ideológica que, até nos finais do século XX acabaram por consolidar esses princípios ideológicos e de ação nos mesmos princípios anteriores. Sendo como doutrina ideológica em movimento e que produz movimento sociais, o seu percurso está caracterizado em alternâncias e adequação aos contextos. Como se pode perceber no quadro a seguir que explica essa dinâmica de adequação de princípios de anos 1966.

Tabela 03: Mudanças dos princípios de cooperativas.

CONGRESSO DE SETEMBRO DE 1937	CONGRESSO DE SETEMBRO DE 1966
1. Adesão livre.	1. Adesão livre
2. Gestão democrática.	2. Gestão democrática
3. Juros limitados ao capital.	3. Taxa limitada de juros ao capital
4. Retorno proporcional às operações.	4. As sobras eventuais pertencem aos Cooperados e podem ser distribuídas: ao desenvolvimento da cooperativa; aos serviços comuns ou aos associados, proporcionalmente às suas operações com a cooperativa.
5. Neutralidade política, religiosa e racial.	5. Neutralidade social, política, racial e Religiosa.
6. Transação a dinheiro.	6. Ativa cooperação entre as Cooperativas, nos planos local, nacional e internacional (integração).
7. Desenvolvimento do ensino em todos os seus graus.	7. Constituição de um fundo para a educação dos Cooperados e do público em geral.

Fonte: AGUIAR; REIS (2002, p. 179).

Nessa perspectiva, a evolução do pensamento econômico cooperativista tanto na Inglaterra como na França expressa a importância desses precursores, para a constituição do movimento cooperativista no mundo inteiro (AGUIAR; REIS; 2002, p. 180). A expansão fez chegar à ideia do movimento em outros países, nos trâmites da geopolítica da colonização e, portanto, o capital. Essa aproximação amadureceu, segundo Aguiar e Reis (2002), os princípios levados a ideia de justiça, equidade, e democracia, resguardadas as condições sociais, políticas e econômicas de cada ambiente em busca de resultados significativos.

O cooperativismo possui na sua concepção a economia solidária. Segundo Singer (2002), mesmo o capitalismo sendo hegemônico não impede o desenvolvimento de outros modos de produção. Por ser capaz de inserir dentro do seu domínio toda a população economicamente ativa. Portanto, a economia solidária, comunitária e demais concepções, crescem em função das crises sociais que a competição dos capitais privados ociosos periodicamente em cada país avança.

4.2. Abordagem teórica conceitual do cooperativismo

O ato de cooperar é uma característica comportamental humana. A psicologia piagetiana percebe-a como a fase inicial de manifestação com princípio de igualdade (FACCI, 2004). Este está ancorado na noção de justiça, percebido como fator de igualitarismo, sendo a primeira manifestação da cooperação. Camargo e Becker (2012, p., 530), teóricos da psicologia na perspectiva de Vygotski percebem essa relação como resultado da construção cotidiana e social fundada na resistência com valores tradicionais assentes na solidariedade. Para eles, a adesão ao grupo como ato de cooperar se convertem em fatores de igualitarismo.

Para uma compreensão da construção de uma sociedade a partir de Paulo Freire (1987), pode-se considerar que o papel do educador do cooperativismo está no âmago de um ato revolucionário de modo mais coletivo, em que o indivíduo toma a consciência da condição histórica para melhor controlar a sua trajetória e conhecer sua potencialidade transformadora do mundo em que se insere. Rodriguez (2002, p. 33) faz nos pensar que a busca de alternativa perante os efeitos excludentes do capitalismo, a partir de teorias e novas pedagogias de organizações de trabalho, de mobilização e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária, não é uma tarefa simples.

Para Singer (1992), Cornelian (2006) e Costa (2007), o cooperativismo como doutrina é um movimento social produzido num determinado período do capitalismo, mais precisamente, no final do século XVIII e início do século XIX. Esse período foi marcado pelo conflito entre a concepção capitalista dominante e o socialismo ocidental, expresso na luta de trabalhadores. Assim, a condição de dominação da concepção capitalista, gerou as péssimas condições de vida da classe trabalhadora e fez homens como Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Benjamin Buchez (1796-1865), Louis Blanc (1812-1882) assumirem o centro do movimento.

A cooperação aparece como atividade humana concreto e, portanto, marca históricas de cada época na qual está inserida (ALMEIDA, 2009, p. 99). Assim, as formas de práticas diferentes de cooperação decorrem da história, diferentes em cada cultura. Estas formas e práticas conservam fundamentos históricos, filosóficos e práticas comuns (ALMEIDA, 2009, p. 99).

Segundo Costa (2007), a derivação de cooperação, cooperativa e cooperativismo surgem de o verbo cooperar, de origem latina *cooperari* (*cum e operari*), que significa vale trabalhar com alguém. São conceitos que têm significados diferentes. Como a cooperação significa ação conjunta com vista ao mesmo fim, cooperativismo, significa sistema, doutrina ou ideologia. E a cooperativa é uma entidade ou instituição onde as pessoas cooperam objetivando o mesmo fim.

Essas definições referenciam estes conceitos da mesma matriz. Desse modo,

“cooperativismo e cooperativa não são sinônimos: Etimologicamente cooperação (do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari* – operar juntamente com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unam, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, os fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo” (COSTA, 2007, p. 58).

Os princípios cooperativos são diretrizes segundo os quais as cooperativas colocam seus valores em prática. Para tanto, apresentamos aqui, fundamentando-nos em Schmidt e Perius (2007, p. 64), os sete princípios que ordenam o funcionamento das cooperativas como uma doutrina definidos pela Associação Internacional das Cooperativas, na nossa atualidade.

4.3. Tipos de cooperativas

A cooperativa de produção considera níveis qualitativos de destino que, as vezes é confundido com as cooperativas de serviços do setor agropecuária que conjuga comércio da produção. Neste tipo de cooperativa é comum a terra mesmo se cultivado ainda pertence o proprietário individual e como o aprimoramento planejado com a participação da comunidade. Neste, os serviços prestados são apenas uma decorrência necessária de um

planejamento comunitário integral. O seu fundamento de associações centra-se na produção em comum (2007, p. 19).

O segundo tipo de cooperativa da nossa consideração é **cooperativa de serviço agrícolas**, que segundo Rios (2007), trata-se de tipo de cooperativa agrícola difundido no mundo e conhecida no Brasil como mista pelo fato de comportar vários tipos de serviços (crédito, compra de insumos, beneficiamento e comercialização de produção, consumo doméstico e uso comum de materiais. Pela sua natureza, demonstra que este tipo de empreendimento busca nos seus objetivos “melhorar as condições de empreendimento agrícola e aumento da renda dos seus membros com a utilização comum de certos meios” (RIOS, 2007, p. 22). Neste tipo das cooperativas manifesta nas suas atividades a prestação de serviços com base nas seguintes características.

- a) Cooperativas de transformação, conservação e venda de produtos agrícolas;
- b) Cooperativa de compra em comum, os agricultores se cotizam para conseguir pelos menores custos dos insumos de que necessitam;
- c) Cooperativas de utilização de equipamento agrícolas pesado (máquinas, tratores colhedeiros, motocultivadores, prensa de extração de óleo de palma, caminhão de transporte), que possui o custo de amortização ‘podem não ser viável para o produtor individual;

Além destas características comportamentais, dependendo do contexto e período histórico, este tipo de cooperativa pode ainda incorporar outras atividades e princípios de relação com seus cooperando. Uma natureza da cooperativa que, dialoga fortemente com a Coajoq sendo espaço de interesse da nossa investigação. Nesse caso podemos ainda adicionar a comunicação social, exploração conjunta de óleo de palma, planejamento conjunta de estratégias de combate de pragas e melhoramento da raça de diversos tipos de plantio, nesse caso caju. A maior relevância desse tipo de cooperativa, a nível social está na sua capacidade agregador de diferentes tipos de classe, tabancas.

A cooperativa de consumo é entendida aqui como sociedades constituídas com a finalidade de vender a seus aderentes objetos ou gêneros de primeira necessidade, que esses adquirem em grande quantidade (RIOS, 2007, p.26). É uma empresa de consumidores criada com a finalidade fornecer-lhes produtos da sua preferência.

A cooperativa de crédito, pela sua natureza econômica pode ser realizado pelas associações de primeiro grau ou por seções de especializadas em cooperativas mistas que, a maneiras de um banco, recebem depósitos que não limitam apenas nos associados, mas, de terceiros e com recurso capital subscritos. Geralmente o Brasil vem destacando com este tipo de cooperativa associando a economia solidária dos movimentos sociais. Por final, nos interessa definir a cooperativa de cooperativas. Segundo Rio (2007), acontece quando certo número de cooperativas locais de um mesmo enfrenta série de problemas que poderiam ser equacionados vantagens em escala mais extenso e, constitui a percepção da chamada cooperativa segundo grau ou central.

Tabela 04: Princípios de cooperativismo para Organização Internacional de Trabalho

1º Princípio – Adesão livre e voluntária: cooperativas são organizações voluntárias a todas as pessoas aptas para usarem seus serviços e dispostos a aceitarem suas responsabilidades de sócios, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religião.
2º Princípios – Controle democrático pelos sócios: as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas de primeiro grau (singulares), os sócios têm igualdade de votação (um sócio, um voto; as cooperativas de outros níveis também são organizadas de maneira democrática.
3º Princípio – Participação econômica do sócio: os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital da sua cooperativa. Ao menos, parte desta capital propriedade comum da cooperativa. Eles recebem uma compensação limitada, se houver alguma, sobre o capital subscrito (realizado), como uma condição da sociedade. Os sócios alocam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas, parte das quais poderão ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas; e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.
4º Princípio – Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por os seus membros. Se elas entrarem em acordo com outras organizações, incluindo governamentais, ou receberem capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que assegurem o controle democrático de seus sócios e mantenha sua autonomia.
5º Princípio – Educação, treinamento e informação: as cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários; assim, eles podem contribuir efetivamente para seu desenvolvimento. Eles informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes fornecedores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6º Princípios – Cooperação entre as cooperativas atendem a seus sócios efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.

7º Princípio – Preocupação com a comunidade: A cooperativa trabalha pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros.

Fonte: Schmidt e Perius (2007)

Diante destas propostas, não nos cabe assumir uma definição, desde que os princípios de cooperativismo dialogam com os modos de organizações existentes e a concepção sociocultural da solidariedade e a noção de um bem. Na mesma linha de pensamento considera-se as definições de Pinho (1966), Schmidt e Perius (2007) e Costa (2007) como aquelas que dialogam com a perspectiva de solidariedade na concepção africana fundada na concepção de Ubuntu, nós-cósmico (MALOMALO, 2017), ser-sendo (RAMOSE, 2011).

Ademais, encara-se aqui o sentido e o valor do cooperativismo para além de uma simples ideia da superação de desigualdade, pobreza, senão estaria a ser meramente positivista. Ou seja, interessa-nos apontar o sentido do cooperativismo assente na ideia de construção de relações sociais fundadas nos valores humanos que resistem contra a filosofia burguesa do capital.

4.4 Ubuntu como fundamento da solidariedade africana além de modo de organização

Antes de se definir o que possa ser Ubuntu, é considerável explicar ao leitor que esse conceito basilar da filosofia africana possui o seu percurso histórico e, é premiado de diferentes concepções, embora essas possam ser demarcadas por diversidade epistemológicas africano, determinado pela diversidade ontológico, considerando que na África pode estar no modo de organização para produção, mas para vidas.

Segundo Kashindi (2003), o ubuntu teve o seu marco a partir do fim do *apartheid* de África do Sul na década de 1990. Esse seu marco não se trata da sua criação, mas trata-se do período em que começou a ser instrumento de resistência contra o racismo. E ainda, utilizado para criar o pensamento humanista sobretudo na luta contra o racismo Sul africano e na aplicação da sua democracia nos anos de 1993. Assim, realça Kashindi (2003), *ubuntu* é um termo muito antigo das sociedades de África Subsaariana. Os países como a África do Sul, Zimbábue etc. são marcados nitidamente pelo pensamento filosófico com ênfase no *ubuntu*, visto como uma concepção de alteridade, na perspectiva da ética indígena. Nela diante do ser humano e outros seres do cosmos constituem o “outro” ambos formam o “nós” constitutivo do ser humano (KASHINDI, 2003).

Para Ramose (2011), Ubuntu expressa a ideia de tornar-se. É o Ser-sendo tido como manifestação do Ser em movimento. A concepção filosófica *ubuntu* do mundo é que as coisas são mutáveis na Terra, no céu, embaixo d'água. No nível ontológico, não há separação estrita e literal ou divisão entre *ubu-* e *ntu*. *Ubu-* e *-ntu* não são duas realidades radicalmente separadas e irreconciliavelmente opostas. Ao contrário, são mutuamente fundantes no sentido de que são dois aspectos do ser-sendo como ‘*un-idade*’ indivisível.

Nessa mesma direção, Malomalo (2017) defende que *ubu-ntu* é a categoria fundamental, ontológica e epistemológica do pensamento africano dos falantes das línguas bantu que expressa a solidariedade cósmica, isto é, a complementaridade radical entre as entidades que compõem o Ser-sendo: o Universo-Natureza, o Sagrado-Ancestral e a Humanidade-*Ummuntu*.

Para Kashindi (2003), *ubuntu* é onde todo o edifício ético filosófico africano é constituído. Nesse sentido, ele constitui o sentido da humanidade vivenciada e partilhada com os outros, e, por outro, a humanidade como valor. Ubuntu é um fenômeno global, uma conjugação de global mais o local e, não o global³⁰ dominando o local até o seu extermínio. Ubuntu é a práxis cotidiana local econômica de obrigação (KASHINDI, 2003).

Segundo Malomalo (2017) *ubuntu* seria uma ideia que significa que, ao olhar pela cultura africana, toda ciência é feita a partir, mediante e para o *Ntu*, a Vida em suas diversas manifestações. É a pedra angular da filosofia africana, que é biocêntrica, ou seja, centrada na vida cósmica, isto é, para além de um antropocentrismo absoluto.

Para Ntumba (2014), citado por Malomalo (2017), há uma complementaridade radical entre as realidades particulares – participantes do Ser-Sendo - que se dá, no que se chama de Solidariedade Cósmica ou Biso Cósmico. Biso (Nós, em Lingala) é uma consciência coletiva de muitos povos africanos como seres humanos (Bantu, plural do Muntu), pertencentes à Comunidade-dos-Bantu, suas vidas só têm sentido porque participam na Comunidade-do-Divino-Ancestral e na Comunidade-Natureza-Universo.

Segundo Malomalo (2017), essas Comunidades-de-*Ntu*-Particulares, interagindo reciprocamente, forma a Realidade-Total processual, multiforme e global, ou seja, a participação processual solidária da vida. Essa proposta de Ntumba (2014) é chamada de filosofia de *Bisoidade*, pois parte do pressuposto do Nós/Coletivo sobre o “Eu/Individual” das culturas africanas. Assim, podemos compreender o sentido de “Nós” coletivo que conjuga a ideia central de cooperação/cooperativismo africano, dada a expansão da modernidade

³⁰ A globalização tem sido um conceito problemático, devido seu caráter de imperial e de reprodução da colonialidade. Ainda, ele é a faca de dois gumes.

ocidental. Estas perspectivas da vida africana tendem a ser descartadas a partir dos olhares coloniais e racistas sobre a filosofia africano ou modo de ser. É importante, ressaltar que, o processo de abolição da escravidão negra, em nível mundial, coincide com a ascensão do capitalismo industrial e a necessidade da colonização do continente africano (MALOMALO, 2009, p.168).

No final do período colonial e da afirmação de identidade, das independências, o continente africano experimentou o cooperativismo em números consideráveis, como “empresas” de Estado de tendência socialista, como as cooperativas rurais e de crédito (SINGER, 2002, OWUSU, 2013). Estes seriam mecanismos nos quais africano seria capaz de reestruturar a organização da sua nova sociedade em diálogo com outras civilizações resquícios da colonização. Dada a essa perspectiva, as cooperativas que dominavam, em África, segundo Owusu (2010, p. 385), são de tipo comercial, de serviço de crédito, de carregamento e escoamento de produtos. Ora são empresa de Estado. No entanto, era o modo de unificar os pequenos produtores camponeses, geradores de crédito através dos produtos fabricados pelas famílias ou pequenos produtores em busca do progresso. Esse modo africano de organizar as primeiras empresas em cooperativas ocorreu nos países como Nigéria, Gana, Tanzânia, Quênia, antigas colônias britânicas que combatia o capitalismo colonial britânico.

Na Tanzânia, o intelectual Júlio Nyerere, no seu trabalho de 1962, foi o marco desse processo, quando anunciou as políticas de nacionalização do "alto comando" da economia. A concepção de Nyerere assentava no conceito de ujamaa, visto como noção de cooperação e solidariedade em múltiplos propósitos (SINGER, 2007). Nyerere afirmou que, as sociedades africanas tinham caráter socialista. A ideia desse intelectual tinha fundamento na filosofia *ubuntu*, *bisoité* e ujamaa como defende. Neles, parte para repensar os modos de organização e produção da economia, a sociedade e, portanto, o mercado.

O conceito de Ujamaa manifesta a forte preocupação com a solidariedade, uma concepção política comunitária em África e ao seu renascimento. O ujamaa fundamentava-se nos princípios de igualdade, liberdade e unidade (SCHWEIGMAN, 2001). Esses princípios regulavam os conflitos de interesses em que o desenvolvimento podia produzir, por este ser uma ambição alta e errado pensar a partir de industrialização por falta de recursos tecnológicos e mão-de-obra qualificada como era antigos desafios dos países africanos depois das independências.

Para Schweigman (2001), a perspectiva e concepção de desenvolvimento de Nyerere considerava a agricultura de pequena escala, autossuficiência em comida, produção de cultura

de rendimentos gerais para os agricultores e o Estado. Um quadro de relações configurado em solidariedade. Uma perspectiva que nega a econômica de mercado que fornecesse alimento para o centro urbano, rigorosas políticas de regulação de acesso à terra, emprego de “trabalhadores” rurais africanos, que extrai o excedente dos agricultores. Essas políticas de desenvolvimento foram definidas na sua maioria por antigos colonizadores e readaptados pelos Estados pós-independências posteriormente.

Segundo de Schweigman (2001), nenhuma ideologia socialista foi copiada de oriente ou ocidente, mas o socialismo africano foi desenvolvido e considera uma sociedade no qual todos os membros têm direitos e oportunidade. Esses ideários também consideravam uma sociedade em que todos podiam viver em paz e sem ser explorado por uso de riqueza. O Estado, nessa ótica, tem a responsabilidade de regular, para impedir a relação de exploração por meio de capital privado e a sua acumulação de uma forma inconsistente e a existência de uma sociedade de classe.

Enfim, para Singer (2012) e Owusu (2010), por pertencer ao cooperativismo aos empreendimentos dos movimentos sociais deve ser compreendido a partir de seus espaços e contextos políticos, históricos, culturais e econômicos que lhe dá sentido. É nessa condição que no contexto africano esse movimento se aplica com base no conceito *ubuntu*, *bisoidade* e Ujamaa, não como instituição de produção não exploratória de homem, como visa o cooperativismo ocidental. Mas a concepção do que possa ser cooperativismo na concepção africana está além de modos de organização para produção, como o leitor pode perceber na concepção de cooperativismo ocidental. No contexto, africano, a sua cosmologia está centrada na vida e, portanto, em todas instâncias de relação ecológica e cósmica. Portanto, aqui, a solidariedade não está reduzida a espaço de produção e trabalho. Ela está em partes e em um todo.

Segundo Yvan Avena (1988), o movimento cooperativo na Guiné-Bissau foi dispersado, em parte, marginalizado por falta de legislação e de instâncias reconhecidas para defesa dos direitos. A Guiné-Bissau já apresentava cerca de 70 cooperativas, mesma que apresentava uma força produtiva era ignorado (AVENA, 1988, p.53). Explica que, este fato se deve à tendência do Estado em mais apoiar empresas, baseando-se no regime de planificação, depois emergiu a noção de privatização, que é a alternativa da economia de planificação. Mas, mesmo que as cooperativas proporcionem uma maior participação das pessoas e uma descentralização de produção e renda, não foi a alternativa para a Guiné-Bissau. E ainda deixa a seguinte questão: porque é que o movimento cooperativista foi negligenciado na Guiné-

Bissau? Este fato poderia estar relacionado à falta de confiança na capacidade de organização popular da produção, taxada de baixo nível de escolaridade da população. O não apostar nas organizações sociais locais depois das independências dos países africanos é quase um fato determinada pela condição do peso da colonialidade plantada pelos projetos da administração colonial, português na atual Guiné-Bissau. As chamadas pré-cooperativas de iniciativa privada representavam a soma de 22 organizações. A noção de privado na perspectiva de Avena (1988), conjugava as organizações de iniciativa popular com as do mercado.

Na sua pesquisa sobre a agricultura, no contexto dos balatas, Faustino Embale (2002), aponta que, os novos condicionantes da crise de zona rural têm a ver com a pluviometria, a uma diminuição da mão de obra e a um declínio da solidariedade tradicional. Os dois fatores são determinados pelo papel que os novos Estados moderno tem desempenhado, nas suas crises, e a multiplicidade das trocas (mercado) contribuem para a promoção da crise do mundo rural, através dos seus investimentos demasiadamente centrados nas cidades a falta de projetos integradores no mundo. O que no nosso contexto, é perceptível a fraca presença das instituições de Estado através de projeto estruturantes.

Para Mende (1990), a iniciativa de desenvolvimento, com base nas cooperativas da Guiné-Bissau era referenciado na experiência da Gana, na Guiné Conacri e na Tanzânia, e os objetivos do partido governante, nesse caso PAIGC, pareciam simultaneamente ambicioso na mobilização rural, para uma ótica pragmático para via guineense. Assim, neste sentido, podemos pensar e compreender o cooperativismo no domínio da agricultura familiar, sustentabilidade ambiental em África a partir de concepções política e filosóficas de seus povos.

A construção do conhecimento é resultado de diversas maneiras ou interações, principalmente através de ato de pensar, da ação ou da intuição (PIMENTA, 2013). Pimenta considera que o conhecimento contém patrimônios comuns aos indivíduos e às comunidades. Mas, também que apresenta um conjunto de especificidades resultantes da idiosincrasia de cada um, das práticas sociais de cada uma delas, das linguagens, referências simbólicas e usos e costumes de cada cultura. É com base desses ideários de Ubuntu expressados na coletividade e no cuidado com o outro de pensamento africano que buscamos entender o cooperativismo na Guiné-Bissau diferente à do ocidente.

No entanto, considera-se que o diferencial do cooperativismo com *ubuntu-bisoidade e ujamaa* está na “institucionalização”, numa concepção da racionalidade weberiana do, primeiro é o caráter doutrinário que assumiu durante o período de nascimento e expansão de sistema de organização e produção do capitalismo. Para isso, o cooperativismo no contexto africano não está longe da compreensão da solidariedade como requisito fundante da relação de produção que está no centro do ser humano e do cosmos. Essa centralização de

valores humanos e de vidas não humanas, da concepção africana serviu para o enraizamento do socialismo que foi a linha ideológica que mereceu certo diálogo com as teorias de independência dos países africanos de forte raiz intelectual do pan-africanismo.

O cuidado com o outro, que expressa o ato de se colocar em seu lugar é a concepção epistemológica antiga de povos africanos. Para tanto, pode-se constatar que, nas sociedades africanas, a solidariedade como o princípio organizacional de relações socioemancipatórias e de trabalho está no âmago da relação cotidiano-humana e para com o ambiente. E isso não exclui a capacidade racional e científica de o ser humano africano pensar a economia e o mundo. Isto por considerar a solidariedade como princípio fundante da sociedade. Ademais, vista na perspectiva de *ubuntu-bisoidade* a solidariedade africana aponta para a construção de uma sociedade assente na ética biocêntrica que requer o cuidado recíproco entre a comunidade-do-sagrado-ancestral, comunidade-universo-natureza e a *comunidade-de-bantu* ou seres humanos. Qualquer cooperativismo ou cooperativa que se diz de inspiração africana para o seu sucesso deveria fundamentar-se nessa ética do *ubuntu-bisoidade*.

SEÇÃO V: MARCO INSTITUCIONAL DA COAJQ E DESENVOLVIMENTO MEDIANTES RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Nesta seção, priorizamos discutir as seguintes temáticas: primeiro, Marco institucional e regulatório da atuação da COAJQ, nele o leitor irá encontrar a abordagem da regulamentação da COAJQ através do seu documento pesquisado. Segundo, tratamos do tema “Rádio, boca grande de tabanca, como agente de desenvolvimento na zona rural” que trata do papel da rádio nas comunidades rurais. Na terceira e última abordagem desta segunda parte, prioriza tratar o tema “Bocas grandes: Rádio Uller Abaand e Rádio Voz do Rio Cacheu; Rádio Uller Abaand e Rádio Voz do Rio Cacheu” como temática que traz as duas rádios da região de Cacheu que tiveram suporte da Coajq.

5.1 Marco institucional e regulatório da atuação da COAJQ

Nesta seção, apresentamos a história da COAJQ, os dados estatísticos da atuação da COAJQ, através de número dos impactos e os marcos regulatórios do funcionamento da Cooperativa. O Estatuto da Cooperativa, no seu Artigo 1^a, concebe a cooperativa como pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica e de estatutos e demais legislação aplicável, que se regerá nas demais legislações aplicáveis.

Para isso, aplicamos entrevistas com base nos questionários. Através deste instrumento foi possível perguntar a um dos coordenadores e fundador da COAJQ com base na seguinte questão: “Podias falar um pouco da vossa formação superior e como surgiu a Coajoq?”.

A COAJQ foi criada no dia 15 de junho de ano 2000, por um grupo de quadros técnicos superiores guineenses formados em Agronomia, pecuária e floresta.

“Felizmente eu digo que nós quadros da Coajoq tivemos muita sorte. Por que eu disse que tivemos muita sorte? Porque ganhamos bolsa de Estado/ governo e fomos estudar fora do país – em Cuba, foi em 1986 que fomos estudar, nós três fomos no mesmo ano. A bolsa [estudo] é do custo do Estado, não era da família. Por isso sinto muito orgulho de ter essa grande, grande sorte, que é raro (ARMANDO, CANCHUNGO, 2019).

Depois de dez (10) anos fora da Guiné-Bissau, em Cuba. Voltamos a Guiné em 1998, um mês antes da guerra civil de sete de junho, que destruiu a Guiné-Bissau, ceifou as vidas e terminou em 1999. Sempre quando chegamos, procuramos Ministério de Agricultura para fazer parte, como engenheiros agrônomos. Emitimos pedido de emprego e nosso enquadramento na função pública. Infelizmente, não foi o caso. Tentamos várias vezes de pedidos, emitimos documentos, não só no ministério, mas em outra organização não governamental que atua na agricultura, entregamos documentos de pedido de emprego. Não conseguimos. Tivemos a coragem de dizer, olha chegou o momento Nós chegamos como quadros jovens, saímos na Guiné-Bissau com idades muito novos [para Cuba], não tínhamos conhecido bem a Guiné-Bissau.

Na fundação da Coajoq partimos de exemplo das cooperativas de Cuba e de outras partes do mundo. E trabalhar na agricultura pensamos sair fora de capital [Bissau]. Aí que decidimos fazer novo pedido ao ministério de agricultura, não de emprego, mas de espaço agrícola. Nos disseram que na Guiné existe 50 espaços agrícolas abandonados – [as antigas granjas que serviam para produção agrícola de soldados da colônia portugueses]. Nos responderam logo com a autorização de escolher nestes 50 espaços agrícolas uma da nossa preferência. Graças a Deus, o próprio ministério de agricultura nos deu um carro dupla cabine, testado que, usamos para visitar cada granja. Por fim acabamos de escolher a granja que ficou mais perto de capital do país do que aquele que está longe de Bissau. Porque causa de transporte”(ARMANDO, CANCHUNGO, 2019).

A história de fundação da COAJQ é um exemplo emancipador da juventude guineense. Desde a ideia, coragem de assumir a iniciativa social logo depois da guerra e acima de tudo com escasso recurso. Assim, a raiz da COAJQ parte da sua ideia, quadros de jovens formados em Cuba (como seus recursos humanos), dez mil francos (10.000,00) franco CFA, correspondente a 16 D\$ e 86 reais brasileiros (recurso financeiro, moeda local) e arroz e feijão. Estes são recursos que lançaram a vida embrionária da COAJQ no ano 2000, como o leitor pode ver na imagem que se segue.

Figura 05: Três recursos que mobilizaram a criação da Cooperativa COAJQ.



Fonte: Acervo da COAJQQ, Canchungo, maio de 2019.

Portanto a Cooperativa tem como área de intervenção o Sul do Rio Cacheu, principalmente nos setores/secção de Cacheu, Caliquisse, Canchungo e Caió da Região de Cacheu.

A agricultura, campo no qual está inserido a COAJQQ, na Guiné-Bissau, se constitui num campo de pesquisa em ciências sociais. A existência da cooperativa aponta para novas possibilidades de produção agrícola e de conhecimento, numa das áreas ainda muito pouco pesquisada. Segundo o Ministério de Agricultura e Pesca, a agricultura do país é pouco desenvolvida e dominada pela agricultura familiar.

“Os pequenos produtores de tipo familiar de subsistência são estimados cerca de 120.000 unidades produtivas. Destes, 90% da produção alimentar são constituídas por Arroz, milhos, como *zea mays*, *millet*, *sorgho* e *fonio*; raízes e tubérculos, como mandioca e batata doce e taro, a mancara, o feijão, os legumes, cultivados essencialmente por mulheres; as frutas, como mangas, bananas e citrinos. O cultivo prioritário de produção alimentar é o cultivo do arroz, seguério de agricultura e pesca (Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2017).

Segundo o Ministério de Agricultura, em média, um produtor, de tipo familiar, cultiva uma superfície de 1,3 a 3,3 hectares, repartidos por 0,3 hectares, com o cultivo do arroz de água doce; enquanto 0,4 hectares de arroz de água salgada. O cultivo de milho, amendoim, feijão e mandioca correspondem 1,1 hectares e, por último, caju e frutas corresponde 1,5 hectares. A produção de caju é a principal cultura nacional, com maior participação no PIB, geração de renda para agricultura familiar, consumo e mercado trabalho e de exportação. Dentre desta produção nos interessa a transformação de caju realizada nas atividades da COAJQQ e demais outras ações” (MADA, 2017).

A cooperativa COAJQQ projeta desafiar geração de processos de desenvolvimento comunitário durável, promovendo a autogestão e autossustentabilidade das comunidades rurais, pela redução dos impactos culturais, sociais, econômicos e ambientais do desenvolvimento global.

Neste sentido, busca enquadrar os jovens e quadros guineenses nas estruturas produtivas da cooperativa; prestar assistência técnica à capacitação das mulheres da horticultras em particular e dos camponeses no domínio de lavoura em geral; viabilizar os recursos, pela produção biológica, entre outras, produzir, vulgarizar, transformar e comercializar as plantações florestais ou agrícolas; diversificar a dieta alimentar, pela transformação e conservação dos produtos agrícolas; reforçar a agricultura tradicional ou familiar, reduzindo a dependência alimentar de produtos importados; promover as identidades cultural das comunidades rurais e; entre outros.

O corpo constitucional da COAJQJQ conta com os sócios, definidos no Artigo 4^a, capítulo II de Estatuto. Geralmente essa categoria é mais conhecida no domínio das organizações privadas de cariz de busca de lucro: empresas. A COAJQJQ conta com cinco tipos de sócios, respectivamente. Primeiros sócios fundadores, constituídos pelos próprios fundadores e são diretores executivos; segundo, são sócios efetivos pessoas com mínimo cinco anos de experiências de trabalho na COAJQJQ, ter o mínimo de nove anos de escolaridade, constituem os conselhos administrativa da cooperativa. Terceiro, são os sócios não efetivos que carregam as seguintes características, ser trabalhador da COAJQJQ com contrato de trabalho, pelo menos um ano, avaliado pela direção. Este tem assento no conselho consultivo junto com os sócios beneficiários. Quarto, percebe os sócios beneficiários definidos no estatuto como as pessoas individuais ou as associações de base (agrupamentos de produtores) que beneficiem dos serviços e produtos da COAJQJQ e que participa na concretização dos seus objetivos. E, por final, quinto, são sócios beneméritos as pessoas individuais ou coletivas que contribuam para dar performance aos objetivos da COAJQJQ e não têm assento em nenhum órgão social.

A COAJQJQ, no seu Termo de Referência (2000), define-se como Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros. Por ser uma organização não governamental, vocacionada a promoção e desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais do Sul do rio Cacheu. As suas atividades estão orientadas, basicamente no setor agropecuário e, conjuga a prestação de serviços, assistência e reforço de capacidade organizacional das comunidades, associações e agrupamentos de base.

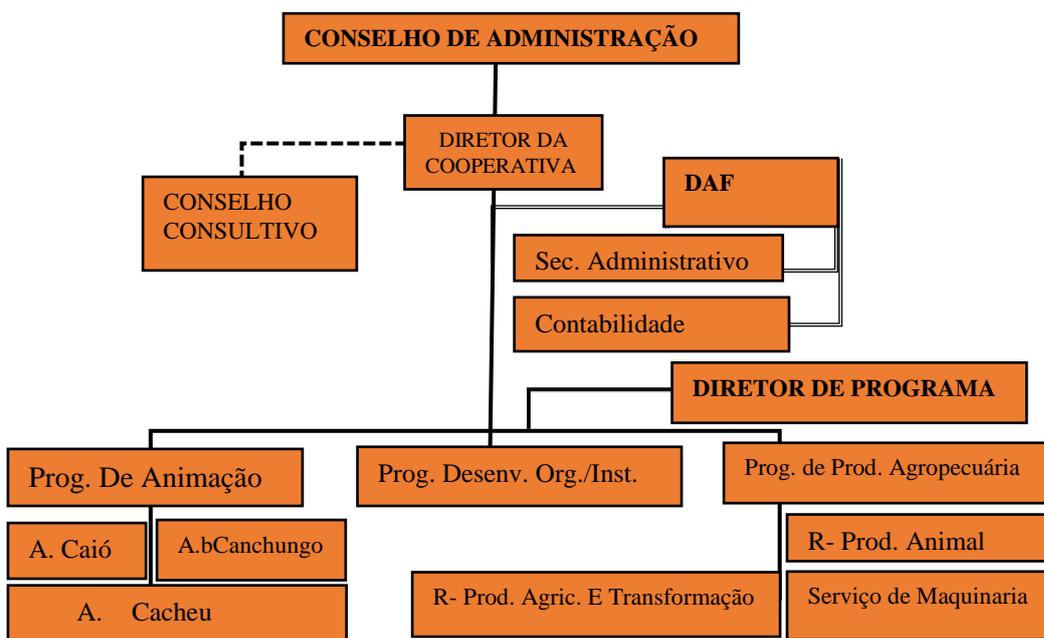
A cooperativa trabalha com ações de “vulgarização”, novas técnicas de produção agrícolas, visando assegurar maior produção e produtividade que permite um aumento de rendimento econômico e de melhoria de condições das populações.

Reportando-se ao seu Termo de Referência (2000) de criação, a missão da COAJQOQ aposta no aumento de rendimento econômico, capacidade produtiva das associações e comunidades enquadradas como forma de contribuição para redução da pobreza e melhoria das condições de vida dos mesmos. Os princípios de igualdade de oportunidade entre sexos, solidariedade e espírito de interajuda, paz, justiça social, combate de fome e pobreza, altruísmo, lealdade, honestidade e transparência constituem os valores que orientam a funcionalidade no desempenho da COAJQOQ.

Toda a organização que envolve criação de bens e ou prestação de serviços conjuga interesses, responsabilidades e relações de poder no seu interior. Para isso, preocupa-nos saber, como esta estrutura orgânica da COAJQOQ.

A estrutura organizacional da COAJQOQ obedece a três instâncias estruturais de responsabilidades, chamados de órgãos sociais, que são: Direção Executiva, Conselhos de Administração e Conselho Consultivo. A imagem abaixo ilustra a estrutura organizacional como relação de poder na COAJQOQ.

Figura 06: Estrutura organizacional da COAJQOQ.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na ilustração encontrada no acervo da COAJQ (COAJQ, 2019).

O campo da sua intervenção é desenhado a partir das ações de apoio às comunidade ou organizações produtoras e associações de mulheres horticultoras da sua zona de intervenção, respectivamente: I) Formação e capacitação no domínio da produção agropecuária, II) Introdução e aplicação de novas técnicas e tecnologia da produção agrícola e hortícola; III) Criação e reforço de capacidade organizativa das associações e agrupamentos de base; IV) Implementação de projeto de desenvolvimento nos domínios de recuperação das bolanhas (tratado na última parte da dissertação, furos de água, criação de fornos modernos de secagem de peixes e; V) Criação de animais de ciclo curto.

A abordagem que segue irá respeitar as sequências de zonas de intervenção apontadas no parágrafo anterior. Para isso, na abordagem de cada ramo de atividade, iremos construir a narrativa que apresentar as entrevistas de cada responsável de setor e as ilustrações fotográfica.

A cooperativa, a partir da sua concepção de desenvolvimento local, considera: a) reforço das atividades das comunidades (tabancas), sem desequilibrar a vida cultural e social; b) responder às necessidades das comunidades, sem prejudicar o solo. Diante destes eixos, a COAJQ (2017) permite impactar a economia local sobre desemprego, mitigar a migração para Bissau e para o exterior, repensar o quadro de envelhecimento da população agrícola, com grau de escolaridade baixa e êxodo de jovens. Constituir em problema os impactos de desmatamento de floresta, destruição da fauna e flora costeira, falta de diversidade da alimentação e a sua segurança.

Os objetivos das atividades da Cooperativa COAJQ compreende criar emprego na agricultura e no comércio, aproveitar o solo para o cultivo de diversas culturas, dar formação às comunidades nas áreas, aumentar a produtividade agrícola, diversificar a dieta alimentar, preservar os terrenos das alterações climáticas (salinização) e responder às necessidades das comunidades. Os serviços da Cooperativa nas tabancas de Canchungo, percebe a mecanização em pequena escala.

Os recursos financeiros da COAJQ são proveniências externa e interna. Primeiro são de doações de organismo multilaterais e segundo são resultados de produção e prestação de serviços da própria cooperativa, através de prestação de serviço de lavoura com tratores, máquinas de descasque e motocultivadores, venda de frangos, venda de frutas transformado na Cooperativa. Através de pesquisa de campo percebe-se que a COAJQ atua com projeto

em distintos domínios de produção de experiências emancipatórias que correspondem com os eixos da sua atuação, respectivamente:

Primeiro, produz experiências na formação de organizações comunitárias de base em associações, liderança e gestão associativa; produção e organização da fileira avícola, produção de sumos e vinho de caju; segundo, cria rede de produtores de castanha de caju com capacidade de produção de 400 toneladas por ano, produção de arroz, abastecimento de água para produção agrícola e transformações (horticultura, óleo de palma); terceiro, animação comunitária e vulgarização agrícola; quarto, formação de jovens na transformação e processamento de produtos; quinto eixo tem a ver com a prestação de serviço e assistência técnica com mecanização agrícola; sexto e último eixo está enquadrado no setor da comunicação teve base com a criação da rádio (Uler Abaand), a Rádio Voz do Rio Cacheu e TV (Pkis Uchac).

A COAJQ é dinâmica na região de Cacheu e conta em torno de 133 pescadores, 2145, camponeses associados, 7 hortas comunitárias, 31 poços de água, 4 máquinas de descascadores de arroz por 43 tabancas, prestação de serviço à 39 associações na área da segurança alimentar, mais de 2000 litros de sumo/suco de caju, cabaceira e manga, comercializa mais de 1000 litros de vinagre de limão, 500 litros de óleo de palma, 27 tabancas beneficiárias de máquinas agrícola, fecho e recuperação de bolanhas, formação de técnica de jovens na matéria de uso de máquina motocultivadores e diversas áreas de formação emancipação da juventude e mulheres nas zonas rurais da região cujo o princípio de orientação a Solidariedade coletiva, aponta os dados da própria cooperativa (COAJQ, 2019).

Como o leitor pode perceber, para o agricultor camponês contratar o serviço de trator na comunidade, em um primeiro momento, precisa recorrer à inscrição na sede da cooperativa ou no ponto focal identificado na tabanca; em segundo momento, a COAJQ disponibiliza os operadores de máquinas com tratores; terceiro, vem o pagamento em dinheiro do serviço prestado (é cobrador 5.000 Franco de CFA por cada hora), depois as atividades de manutenção, formação e capacitação de jovens operadores de máquinas e sobre sementes entre outras.

A rádio é usada para informar a abertura de inscrição. A tabela que se segue demonstra as diversas atividades do cotidiano da COAJQ com as comunidades e associações e a sua própria produção interna.

Quadro 05: Atividades da Cooperativa COAJQ.

Descrição	Zona	Material/ Infraestruturas	Impactos em pessoas /associações
Pesca	Reg. De Cacheu	Não foi encontrado	133 pescadores
Hortas Comunitárias	Reg. De Cacheu	7 Hortas	Não foi encontrado
Poços de água	Reg. De Cacheu	31 poços de água	Não foi encontrado
Máquina de Descasque de arroz	Reg. De Cacheu	4 máq. Por 43 tabancas	Não foi encontrado
Máquinas agrícolas	Reg. De Cacheu	4 motocultivadores	27 tabancas
Prensas de óleo	Reg. De Cacheu	23 prensas	Não foi encontrado
Prestação de serviços sobre segurança alimentar	Reg. De Cacheu	Não foi encontrado	39 associações
Uma rádio Comunitária	Reg. De Cacheu	Sede da COAJQ	Não foi encontrado
Uma TV Comunitária ³¹	Reg. De Cacheu	Sede da COAJQ	Não foi encontrado

Fonte: Farã Vaz, Canchungo, 2019.

Estes espaços de formação e capacitação pareceram autênticos lugares de sobras na ausência de instituições de formação superior e técnica de jovens nas zonas rurais.

Figura 07: Processo de produção de sumo -cajuína no setor de transformação de frutas da COAJQ.



³¹ A iniciativa da TV Comunitária Pkis Uchak tem a ver, antes de mais, com a produção de informação e formação, sensibilização das comunidades, dinamizar a cidade de Canchungo e as suas tabancas, como prestação serviços de gravação de documentários publicitários. Nesse caso, torna-se disfuncional ao desenvolvimento emancipatório.



Fonte: Elaborado por Farã Vaz, COAJQ, Canchungo, 2019.

O processo de produção de cajupina na COAJQ segue as etapas que aqui consideramos mais relevantes, respectivamente: a) a fase da higienização das garrafas; b) filtração de suco de caju; c) suco engarrafada para banho maria; d) cajupina depois de banho maria e esfriamento; e) cajupina embalada e armazenada para depois transportar para a loja comunitária e; f) a loja central da Cooperativa na Cidade de Canchungo.

Esta pesquisa, como o leitor pode perceber, não busca esgotar toda a percepção do que tem sido o exercício da COAJQ na geração de processo de desenvolvimento, na medida que ainda, precisa perceber o grupo (classe) que mais consomem e porquê?

A formação em transformação de frutas busca reduzir o quadro incidência de fome e pobreza, e garantia da segurança alimentar e nutricional, por meio de formações, fazer os jovens das associações e comunidade ser capaz de transformar em caldeirada, bife, pão, fibra de caju, bolo, pastéis, sumo/suco, doce em calda, compota, alimento e a oportunidade de empreender-se.

Segundo a organização das Nações Unidas para Alimentação (PINTO, 2013), em função da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Guiné-Bissau, demonstra ainda, quadro proporção de pobres acima de 65% e, 80% do orçamento depende de exportação de caju. Os fatores apontados por esta organização têm a ver com sucessivas crises políticas e institucionais que trava aplicação de políticas públicas. Embora não seja nosso foco discutir a pobreza aqui, mas não deixa de ser importante considerar que os critérios de mensuração da pobreza por esta organização são objetivos, ignoram toda a subjetividade da noção de pobreza.

Nas atividades de lavoura, a Cooperativa procura reforçar o desenvolvimento da agricultura tradicional ou familiar através da introdução de vulgarização de novas técnicas e tecnologia de produção, envolve e dinamiza as ações coletiva das organizações comunitárias

(tabancas), grupos e coletivos. Nesta questão, a produção tem dado maior relevância na região.

Figura 08: Coordenador da COAJQOQ prestando serviço de lavoura na bolanha com motocultivador.



Fonte: Acervo da COAJQOQ, Canchungo 2019.

Para COAJQOQ, a relevância dada à produção agrícola é demandada pelos próprios interesses das comunidades. E através destes pequenos produtores vem a demanda de uso de trator e moto-cultivadora, descascadoras de arroz, prensa para óleo de palma, poços, irrigação gota-a-gota e venda de alfaías. Como o trator da COAJQOQ chega aos agricultores nas tabancas?

Segundo os documentos da COAJQOQ, pode-se perceber a dinâmica da COAJQOQ sobre uso de trator com base da ilustração a seguir.

Figura 09: Relação dinâmica na COAJQOQ



Fonte: Farã Vaz e acervo da COAJQOQ, 2019.

No setor da pesca, a COAJQOQ trabalha com a promoção da capacidade de transformação e conservação de pescado, confecção de fornos melhorados para a secagem de peixe para as associações e agrupamentos de base das mulheres.

Figura 10: Mulheres vendedoras de pescado na Cacheu.



Fonte: Acervo da COAJQ, Canchungo 2019.

A perspectiva da COAJQ é a criação de pequenos polos de COAJQ a nível de três setores da região de Cacheu: Cacheu, Caió e Calequisse; produção de sementes hortícola em poucas escalas; criação de feira de produtos locais; criar centro de processamento de transformação de produtos locais e relançamento de produção e comercialização de frangos em grande escala. A pesca utilizada na região se baseia nas técnicas avaliadas pela própria cooperativa com os seus técnicos.

5.2. Rádio, boca grande de tabanca como agente de desenvolvimento na zona rural

Nessa seção, não procuramos construir uma abordagem histórica do surgimento das rádios comunitárias na Guiné-Bissau, mas, demonstraremos com mais detalhes a influência da COAJQ aos jovens, grupos de mulheres e associações de mandjuandadiis a criar rádio. Portanto, perceber este espaço de construção do imaginário emancipatório e engajamento perante o foco de Estado nas zonas rurais - impulsionam a participação massiva dos grupos elencados acima.

Sendo assim, a nossa primeira proposta com a rádio comunitária *Uler Abaand* era fazer entender o surgimento e gestão dessas iniciativas, que hoje é um bem comunitário. É importante destacar que, a *Rádio Uler Abaand*, nos períodos de pesquisa de campo depara com problemas técnicas e não funcionava. Por isso, buscou-se aproximar na mesma região uma outra rádio comunitária – *Rádio Voz do Rio Cacheu* influenciada pela a Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (COAJQ).

Desta forma, usaremos no desenrolar deste capítulo os depoimentos de jovens da rádio *Uler Abaand* e da *Rádio Voz do Rio Cacheu* para conduzir o nosso leitor ou nossa leitora, a

compreender de antemão como o processo de desenvolvimento local, principalmente nas zonas rurais é influenciada pelas microações socioemancipatórias dos jovens nas comunidades locais. O que considero a liberdade de geração de destino. E é nesta ótica que dialogamos com a percepção de Sen (2010), de desenvolvimento como liberdades.

Isto é, consideramos que a rádio comunitária funciona com tolerância, inclusão e mecanismo alternativo que garante o exercício de direitos de todos/as, que traz à tona a oralidade africana como liberdade de expressão das pessoas residentes nas comunidades/*tabancas*. E por ser este instrumento que assegura a livre circulação de fluxo de ideias, opiniões, reflexões, também desenvolvem um papel fundamental na construção de novas consciências sobre problemas que afeta a comunidade. Lembrando que, dependendo das influências políticas partidárias ou regimes, a rádio pode ser também um mecanismo de instrumentalização política.

Segundo Englund e March (2019), o desenvolvimento das rádios no continente africano seguiu caminhos notavelmente semelhantes de onda da democratização do poder público e acesso aos bens, apesar das claras diferenças nas políticas linguísticas, nas fortunas econômicas e nas transformações políticas dos diferentes países.

“Comum a muitos países tem sido o monopólio virtual sobre as ondas de rádio desfrutadas pelo estado ou empresas de radiodifusão para Estado durante as primeiras décadas de independência. A onda de democratização desde o final dos anos 80 trouxe importantes mudanças ao cenário constitucional e econômico da radiodifusão. Embora estações privadas, religiosas e comunitárias tenham preenchido as ondas de rádio em muitos países, também é importante reconhecer as muitas maneiras sutis pelas quais a transmissão de rádio controlada pelo estado, antes e depois da independência, poderia incluir ideias alternativas, particularmente na programação cultural e esportiva. Da mesma forma, a culpabilidade do rádio em orquestrar a opressão - ou mesmo o genocídio, como no caso de Ruanda - deve ser examinada criticamente. As ondas de rádio liberalizadas, por outro lado, chamam a atenção para desenvolvimentos que encontram paralelos na história do rádio em outras partes do mundo. Eles incluem a capacidade do rádio de mediar a intimidade entre personalidades do rádio e seus ouvintes de uma maneira que poucas outras mídias conseguem. Eles também se tornam aparentes nos usos do rádio no incentivo à participação e interação entre cidadãos comuns por meio de programas de telefone que se baseiam na rápida aceitação da telefonia móvel em toda a África” (ENGLUND; MARCH, 2019, p. 4, *tradução nossa*).

A pesquisa da Corinna Arendt publicada na revista Enciclopédias da Universidade Oxford Research, considera que,

“As emissoras nacionais são uma característica padrão em toda a África. Criados por regimes coloniais, eles dominam as paisagens da mídia com seu alcance geográfico incomparável. A rádio continua a ser a principal - e frequentemente única - fonte de informação fora dos centros urbanos, onde a mídia comercial luta para sobreviver e

o “*analfabetismo*” continua sendo um desafio. Embora o acesso a novas mídias tenha aumentado exponencialmente, o uso da tecnologia móvel continua sendo proibitivamente caro. Algumas emissoras nacionais são emissoras oficiais do *estado*: pertencentes, administradas e controladas editorialmente pelo governo. No entanto, muitos afirmam ser emissores *públicos*. Por definição, eles são responsáveis perante o público e não o governo da época: acessíveis a um público universal, incluindo uma ampla gama de pontos de vista; e justo, equilibrado e independente em seu jornalismo. Essa aspiração se reflete em políticas nacionais e supranacionais, como a Carta Africana sobre Radiodifusão e a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão na África. Na realidade, essas emissoras carecem de independência de jure, a condição básica para serem consideradas “públicas”. Elas são, na lei e na prática, emissoras estatais - devido a uma série de determinantes históricos, sociais, financeiros e políticos, apesar das tentativas jornalistas e sociedade civil para mudar isso. Principalmente, falta vontade política - tanto nas elites coloniais quanto nas pós-coloniais - para abandonar o controle das redações e abrir espaço para divergências” (ARDT, 2019, p. 26; grifos nosso).

Nestas abordagens acima, pode-se perceber que a rádio pode assumir diversos papéis, naturezas diversas (público, privado, comunitário). E, ainda, podem imprimir comportamento emancipador, mecanismo de consumismo e o desfiladeiro da globalização capitalista, assim como, pode emergir na reprodução da colonialidade de poder a custo das elites e classe que assumem controlo de instituições pública e o capital dominante.

A pesquisa de sociólogo Miguel de Barros já vinha considerando a rádio comunitária como instrumento indispensável na consolidação da democracia. Assim, Barros (2015) afirma,

“a expressão das rádios comunitárias na Guiné-Bissau revela-se um interessante mecanismo de aprendizagem que tem inspirado processos de participação cívica, transportando os medias para uma dimensão que supera a sua função de um simples veículo, integrando também a de instrumento da democracia e do direito a voz da comunidade desfavorecidas” (BARROS, 2015, p. 33)

Na medida que as rádios comunitárias assumem o papel de “inculcador” de valores democráticas, denúncias de violação de direitos, pelo Estado. Assim como nos espaços doméstica, incentiva na aquisição de novas técnicas e saberes de produção de oralidades (como prevenção de pragas, epidemias e secas, roubo de gado, espaço de contação de história na base da espiritualidade africana ancestral etc.) estas dinâmicas, constituíram na rádio, o papel de *justiceiro*, ou seja, rádio como viés mais rápido de resolver um problema. Porém, é importante salientar que, ainda há um desafio muito grande em Guiné-Bissau em termos de administração e justiça. Isto, por exemplo se considerarmos o relatório de Liga Guineense de Direitos Humanos (2015 e 2017), a impunidade desde a quem está na gestão de espaço de poder até a população de zona rural. No entanto, logo a seguir, debruçarmos mais sobre as rádios Uler Abaan e a Voz do Rio Cacheu, levando em consideração os depoimentos dos nossos e nossas interlocutores.

As rádios comunitárias da Guiné-Bissau, logo no seu processo de experimentação vem assumindo papel preponderante primeiro na formação e capacitação da comunidade rural e urbana, papel este que nos últimos anos, a educação pública e o próprio Estado vêm perdendo. Na pesquisa de campo tornou-se mais que impossível finalizar a escrita deste capítulo, e a dissertação no seu todo sem fazer a mensagem a determinação das rádios comunitários perante a fracas ações e impactos do Estado nas zonas rurais, no que tange ao direito a acesso à informação e a comunicação. Este direito vem sendo atendida pelas ações das iniciativas das associações e cooperativas de jovens e mulheres nas comunidades. Para isso, percebe-se que a região no seu todo conta com sete rádios comunitários como pode ver na tabela abaixo.

Tabela 06: As rádios na Região de Cacheu

Nome da rádio / TV	Ano de criação	Local: Setores da Região	Ouvintes	Organização criador
Rádio Uler Abaand	2006	Canchungo	80.000	COAJQQ
Rádio Babok		Canchungo	-----	-----
Rádio Titidjene	1996	Suzana	8.000	Missão Católica de Suzana
Rádio Eva	2002	Suzana	8.000	Casa do Ambiente e Cultura
Rádio Viva Bula	-----	Bula	600	Associação dos Jovens Unidos de Bula (AJUB)
Rádio Kassumai	1995	São Domingos	60.000	Associação Comunitária
Balafon	2001	Ingoré	20.000	União de pequenos Agricultores de Ingoré.

Fonte: Elaborado pelo autor, Farã Vaz, Canchungo, 2019.

A pesquisa sobre a condição de rádios comunitárias demonstra uma escassez de recursos financeiros e a formação técnico profissional em diversas temáticas que exige funcionamento plena de uma rádio. A pesquisa de Lopes (2015), publicada em livro, intitulado “*Os médias na Guiné-Bissau*” fizeram levantamento quantitativo de rádios existentes na Guiné-Bissau país, e nesta a região de Cacheu apresentou com 6 rádios comunitários no setor de sessão de Ingoré, Bula, Canchungo, setor de São Domingos, sessão de Suzana. Na pesquisa de encontramos acréscimo da Babock em Canchungo e a Rádio Voz do Rio Cacheu, da iniciativa de mulheres através de Confederação de 14 Grupo Mandjuandade de Cacheu.

A tese “Rádios Comunitárias: Em prol da Comunicação para o Desenvolvimento Perspectiva Comparada: Guiné-Bissau e Moçambique” da Patrícia Filipa da Mota Paula (data), numa perspectiva comparada alerta para a importância da comunicação radiofônica como suporte ao desenvolvimento, cuja relevância tem sido amplamente reconhecida pelas agências das Nações Unidas. Para este, as rádios comunitárias são apostas de organismo

multilateral por ser instrumentos de participação cívica na esfera pública, como garantes fidedignos dos direitos e liberdades humanas em contextos caracterizados pela extrema pobreza, como antídotos ao isolacionismo, à apatia e à “infoexclusão” gerados pela “Globalização da Informação” e como ferramentas multissetoriais de desenvolvimento socioeconómico, vitais à prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

5.3. Bocas grandes: Rádio Uler Abaand e Rádio Voz do Rio Cacheu

A rádio Uler Abaand conta com cobertura de 80.000 mil ouvintes, na região de Cacheu (zonas de Canchungo, Cacheu, Caliquissi, Caió etc.). Uler Abaand foi legalizado no ano 2006, conta com 10 dez jovens voluntários, nestes, 6 são rapazes e 4 meninas. Dentre os quais estão técnicos, jornalistas e administradores. A rádio trabalha com base nas seguintes temáticas: agriculturas, pesca, ambiente, saneamento básico e saúde, educação (formal/informal) desporto, religião, direitos humanos, arte humor, opiniões, dedicatórias como espaços de entretenimento.

A comunicação por meio da rádio constitui-se no segundo eixo da política de atuação e desenvolvimento das iniciativas da Cooperativa COAJQ. O eixo da comunicação está atrelado a informar e sensibilizar as comunidades através da sua rádio Uler Abaand.

5.4. Rádio Uler Abaand e Rádio Voz do Rio Cacheu

Baseando nos dados estatísticos da Agência Reguladora Nacional da Guiné-Bissau (ARN, 2018), a rádio difusão neste país africano – Guiné-Bissau, corresponde a soma de 76 rádios incluindo público, privados e comunitários. Devidos por regiões do país a cidade de Bissau representa 24, Bafatá 6, Biombo 02, Bolama/Bijagos 06, Cacheu 11, Gabu 10, Oio 08, Quínara 02 e Tombali 07.

A Rádio, no ano 2008, contava com doze programas, respectivamente: a) Programa *Fala di mininos* (um programa infantil, significa fala de crianças), b) Programa Especial Fim de Semana (especial final da semana), Programa Espaço Cor-de-Rosa (programa romântico); c) Programa *Djumbai de Parmanha* (espaço de entretenimento, música e informação; d) Top FM – afro-mandinga (espaço de integração entre mandinga e fula); e) Programa *Firkidja* (espaço de música de nova geração e de aconselhamento dos jovens); f) Programa Espaço

Juvenil (ocupa da atualidade dos jovens); g) Programa Bola na trave (programa desportivo); h) Programa *Saúde pa tudo guintis* (significa saúde para todos, serve para sensibilizar a população das comunidades sobre a saúde e doenças); i) Programa Andorinha preocupa com a promoção da cultura e língua portuguesa; j) Programa *Djumbai ku* ouvintes é espaço de humor e contos tradicionais; e l) Programa *Cabaz Garandi*, é um programa de músicas tradicionais guineenses.

As estratégias de trabalho da rádio Uler Abaand funcionam na base de três pilares: primeiro, busca manter contato telefônico com ouvintes através de programas interativos; segundo vão às tabancas para realizar entrevistas nas tabancas e; terceiro, é lançar no ar 3 notícias, 13:00 horas e 19 horas em língua crioula e 19:30 em língua Mandjaco.

Esse mecanismo de comunicação está objetivado a produzir informação, dar assistência técnica, apoio à gestão coletiva das comunidades, facilitação da comunicação e comercialização de produtos das famílias. A informação, na concepção da COAJQQ, tem a função de imunizar os produtores de informação sobre pragas e doenças na produção, incentivo a trabalhos coletivos, a organização das mulheres etc. Assim entende-se que, a comunicação serve de meios de educação chamada informal e formal para cooperativa e agricultores familiares colaboradores da COAJQQ.

A comunicação por meio da rádio constitui-se no segundo eixo da política de atuação e desenvolvimento das iniciativas da Cooperativa COAJQQ. O eixo da comunicação, está atrelado a informar e sensibilizar as comunidades através da sua rádio Uler Abaand.

Figura 11: Rádio Comunitária Uler Abaand e a Rádio Voz do Rio de Cacheu.



Fonte: Farã Vaz, Canchungo & Cacheu, 2019.

A estratégias de trabalho da rádio Uler Abaand funciona na base de três pilares: primeira, busca manter contato telefônico com as comunidades ouvintes, através de programas interativos; segundo deslocar às tabancas realizar entrevistas, nas tabancas e; terceiro é lançar no ar 3 notícias 13:00 horas e 19 horas em língua crioulo e 19:30 em língua

Mandjaco. Esse mecanismo de comunicação está objetivado a produzir informação, dar assistência técnica, apoio à gestão coletiva das comunidades, facilitação da comunicação e comercialização de produtos das famílias. Por exemplo; informar sobre calendário de plantação com base nas questões como: quando semear e colher, tempo de iniciar a horta, alerta de pragas e como combater e prevenir.

A rádio comunitária *Voz do Rio Cacheu* surgiu em 2014, através da iniciativa da confederação de 14 grupos de *Mandjuandadi* de mulheres na região de Cacheu, e não só, como parte de corpo extensão da Cooperativa COAJQ. Segundo o coordenador da COAJQ, “a rádio *Voz do rio de Cacheu* resulta da parceria e apoio das ações da cooperativa com grupos de *mandjuandadi* na Região” (LEANDRO, C campo, Canchungo, 2019).

A *Voz do Rio Cacheu* na sua programação trabalha com Notícias (em cadeia com a Rádio Nacional e a Rádio Sol Manse, Rádio de França), publicidades comerciais, Programa *Kuma de Corpo*³², programas religiosos (igreja católica, evangélico e muçulmano), programa desporto, programa direito de Saúde, programa de ambiente, programa de animação livre, programa de dedicatória.

Tendo como finalidade ou foco em construir espaços para educação, seja ela formal, informal e não formal. A partir de momento que a rádio assume este papel de tornar-se um campo de poder e ao mesmo tempo o mecanismo de poder de socialização de um sujeito capaz de reinventar e cobrar direitos e deveres perante as existenciais socioculturais e econômicos que não ignora. A sua comunicação no contexto africano em particular guineense é caracterizada pela (re) existência das rádios, sobretudo as conhecidas como comunitárias, por onde perpassam diferentes saberes e línguas africanas epistemológica existentes nas entranhas e nas etnicidade do continente.

“É assim que as atividades de entretenimento sociocultural baseadas em um conhecimento alterado da realidade são um apoio ideológico às ações tomadas tanto no teatro popular quanto na rádio comunitária participativa. Os impactos dessas atividades são mais visíveis na crescente conscientização da comunidade, que começa a realizar uma maior autonomia e mudança social através da participação efetiva de todos” (BARROS, 2011, p.14).

Questionamos como a rádio comunitária (*Uller Abaand e Voz de Rio Cacheu*) e a própria cooperativa Agropecuária de Jovens Quadro influenciam as associações e as *mandjuandades* na emancipação e no processo de desenvolvimento local na Região de Cacheu? A resposta da questão não precisar recorrer a outros recursos, não ser demonstrar a partir depoimentos de entrevistados.

³² Nome na língua crioulo que significa como estás ou numa tradução literal quer dizer como está o seu coro.

No entanto, o centro da nossa discussão é demonstrar como o processo de emancipação socioeconômico é influenciado pela iniciativa da COAJQ? Para isso, torna quase que exigência, nesta pesquisa, questionar e ouvir a partir destes jovens como surgiu a rádio. Para isso, lançamos a seguinte questão: “Fale um pouco da rádio, Uler Abaand, e explica esse nome?”, nas suas respostas consideram:

“É a hora de trabalho, é a hora de tudo que achas que é importante para nossa comunidade. Chegou a hora, uma história que começou no ano 2006. Nós somos os próprios membros fundadores, participamos na construção da rádio. O único edifício que estava aqui era somente a rádio. Na altura tínhamos muito dificuldade em conseguir a água. A COAJQ na altura era um menino que acabou de nascer, mas tinha outros meninos que queria mimar que é a rádio. Tudo era na granja, mas devido a conflito entre a granja com a COAJQ – um ONG privado, não chegaram a um consenso, obrigatoriamente mudamos para aqui. Onde fizemos a destruição de tudo, era muito difícil conseguir a água. Como estávamos na época da chuva, fizemos a questão de aproveitar restos de água de chuva nos buracos da estrada” (Entrevistado C. F., em Canchungo, 2019).

A iniciativa da rádio no setor de Canchungo inaugurou um forte engajamento de jovens nas zonas rurais. Não só na criação da cooperativa, mas antes no enfrentamento dos desafios cotidianos perante busca incessante de satisfação ou espaço de promoção das suas aspirações como formação técnica superiores, condição de saúde, alimentação e a segurança social. Assim, em resposta à pergunta de parágrafo acima, entrevistado aponta que:

“Ninguém de nós tinha noção do que é a rádio, como eu, tinha tanta admiração em saber como funciona uma rádio. A própria cidade de Canchungo estava sem a rádio. Se tiver qualquer informação a comunidade ligava o setor ou tinha que levar a Bissau (rádios da capital do país). Então as pessoas viram a COAJQ e principalmente a rádio como uma coisa nova que chegou, então cada um quer pegar essas coisas nova. Então começamos a trabalhar, até 2008 sentimos que estávamos atingir um nível da audiência muito grande. Nesse período tínhamos 16 programas internos tirando aqueles que são de interesse externo da rádio, como programas provindos de interesses de ONGs, igrejas, polícia de trânsito etc. Conseguíamos fazer uma guerra com as rádios que tentavam dar a cobertura a nível nacional pelo nosso grande impacto na região” (Entrevistado C. F., em Canchungo, 2019).

Através das observações feitas no campo da pesquisa, foi possível constatar que, no sentido mais lato, tanto a Rádio *Uler Abaand*, assim como, a Rádio *Voz do Rio Cacheu*, deparam com dificuldades. Dificuldades são essas: transporte (bicicleta, moto carro) para coleta de informações sobre a vida comunitária, de garantia das condições salariais dos funcionários rádios, reforço de formação destes, compra e manutenção de materiais, falta de sistema de energia elétrica estável - maior problema da zona rural. Perante estes desafios, o enfrentamento desta juventude está sobretudo na convicção de que as pequenas ações são capazes de mudar possivelmente o rumo da Guiné-Bissau. Para isso, o entrevistado sublinha:

“Devido dificuldade materiais e de muitas coisas passamos dificuldade. Materiais que temos não são profissionais, muitos são de amadores, a única coisa profissional que temos é a emissora. Então todas matérias que usamos no trabalho são de amadores. Não tínhamos nem computador, fazer o serviço de rege. Nem leitor de

CD tínhamos. Mas com receitas de programas começamos a mudar um pouco. Hoje temos materiais que não eram materiais de início. Mas a gente tinha amor de fazer rádio e é esse amor que continua até hoje” (Entrevistado D. S., em Canchungo, 2019).

A existência da COAJQ dependeu e ainda depende da juventude e mulheres camponesas. Portanto, questionamos a jovem que ali se encontra desde primeiro momento da implantação da rádio comunitária, como uma das iniciativas da COAJQ, com base na seguinte questão: “O senhor como jovem que acompanhou a COAJQ ao longo da sua fundação até hoje, como se sentes nessa organização onde trabalhas de caráter voluntário? Explica que:

“Tirando a questão da rádio a COAJQ tem sido a formador de muitos jovens, no setor de Canchungo e a nível das associações, não só setor de Canchungo. Mas a nível de Sul da região. Então comecei nestas andanças que iniciou em 2006 com a COAJQ. No ano 2012, por COAJQ conseguir um projeto em parceria com a PAM. Assim, entrei nesse projeto como coordenador de gabinete PAM (Programa Alimentar Mundial) para área de cantinas escolares. Daí saí do serviço voluntariado, passamos a ter vínculo com a COAJQ onde somos pagos mensalidade, muita embora que não é muito, mas já estou a ser pago a mensalidade. Mas para falar de formação, promoção, formamos uns aos outros aqui. E muitas matérias que eu não conhecia aprendi aqui. Com a COAJQ temos sido ganhadores na matéria de formação. Hoje em muita sociedade somos chamados a dar formação, ouvir, falar em qualquer que seja evento, vimos tudo isso como trabalho da COAJQ. A COAJQ está em Canchungo, a oportunidade que deu aos jovens através das suas dinâmicas começa a crescer nas suas matérias vocacionais em que se destacam. Eu subi como diretor da rádio, depois como diretor de gabinete de PAM. Então, todas as andanças que fizemos é junto com a COAJQ. Eu particularmente não tenho nada falar contra a COAJQ. Como disse ganhei muito com a COAJQ, nível de autoformação acadêmico. Até ali senti que estou ganhando autoformação acadêmico, porque vim a rádio e comecei a ganhar algumas bolsas, como secretariado, associativismo, línguas, em muitos outros centros de formação é devido ao vínculo que a COAJQ através da rádio assina com centros de formação. Tudo se resumiria a perceber qual o trabalho da COAJQ” (Técnico da Rádio, Canchungo, 2019).

O depoimento de entrevistado demonstra que a rádio serviu como espaço de formação e de acesso às oportunidades. Um fato que, segundo Barros e Camará (2018), consideram como sendo a esmagadora maioria de jovens comunitários e rurais que trabalham nessas rádios comunitárias, mesmo não sendo remunerados financeiramente, ao entrarem para a rádio eles passam a gozar de um estatuto social mais elevado, são reconhecidos pela comunidade como prestadores de serviço público e, deste modo, adquirem uma maior capacidade de expressão e intervenção na sociedade, conquistando assim um espaço enquanto cidadãos ativos. Nesta ordem, a cobrança de título de formação não é residua na atribuição de cargo de funcionária da rádio.

Isto porque a rádio comunitária vive de apoios próprios, como aponta a pesquisa de António Soares Lopes (2015), intitulada “As médias na Guiné-Bissau” e demais parceiros são

organismo internacionais e não governamentais. A ONG Ação para Desenvolvimento (AD) tem sido um suporte tanto no processo da implantação, assim como formação de técnico na Guiné. É um desafio das rádios comunitárias receber de Estado/governos na Guiné-Bissau apoio e principalmente financiamento que visam reforçar as capacidades rurais em diversas matérias.

A rádio Uler Abaand ganha suporte através dos parceiros internacionais da Cooperativa. Como constata o entrevistado quando perguntamos: “Quais são os principais parceiros da rádio que ajudam no seu sustento em termos de recursos?”.

“O primeiro parceiro é a COAJQ, desde materiais ele é que compra. O que vem de outros projetos de outros ONG é quando temos contrato de programas com eles e possuem interesse de difundir no órgão. Então, é aqui que ganhamos um qualquer bolo. Os comerciais também que servem como forma de ganhar recursos. Mas a COAJQ é a força número um da rádio” (Entrevistado C. F., Canchungo, 2019).

Não podemos tratar as rádios comunitárias como instrumento e instituições sólidas na África e em particular na Guiné-Bissau, por estes não dependerem somente de si, mas em caminhar com o que tem sido a dinâmica e conflitos da sociedade guineense. Para isso, quero aqui demonstrar que as rádios comunitárias, caso da Uler Abaand e a Voz de Rio Cacheu, que também apresentam desafios como explica o nosso entrevistado, quando perguntamos lhe; “podias apresentar as ameaças e dificuldade de uma rádio principalmente em Canchungo”?

“Ameaças, existe sempre! Principalmente de segurança, porque nós no regime mesmo que trabalhamos, não vamos ter medo com segurança com outras pessoas. Principalmente, os fardados [trata-se de militares]. Se formos ver a traz o golpe dado em 12 de abril no ano 2012, a nível da Guiné-Bissau, a maioria de rádios foram fechados. Mas nós continuamos a trabalhar sem problema, porque trabalhamos no regime comunitário, no campo, sem problema. As ameaças que temos é descarga elétrica, é a maior ameaça e também a insegurança da energia elétrica. Porque a COAJQ ainda não investiu na energia por isso somos obrigados a tomar a energia fora da cooperativa e a sua insegurança acaba de queimar muitos materiais da rádio. A descarga elétrica já estragou nossos materiais duas vezes: primeiro e segundo emissor. Na altura também muitos que trabalhavam na rádio não tinham conhecimento de como usar materiais quando chove e faz relâmpago. E o estudo não tinha instalação de terra. A oportunidade é termo a COAJQ. A nossa fraqueza é limitação financeiro e pelo menos conseguir um pequeno subsídio para os jovens que trabalham na rádio. O fraco conhecimento de a gente na rádio que cada vez mais precisamos de reforço de capacitação para os nossos jovens. A última equipa que recrutamos na rádio são formados por nós mesmos. Sempre nos períodos de festas como fundo da rádio recebemos um pouco de dinheiro para abonar os jovens da rádio e também é esse fundo que usamos para reabilitar as bicicletas que usamos para busca de informação. Na minha pessoa não canso de encabar a COAJQ, hoje tenho muito respeito e conhecido, dou palestra, dou formação aos jovens que estão a abrir suas rádios comunitárias, como a rádio de Cacheu. Tenho conhecimento técnico de montagem graças à rádio e a COAJQ” (Entrevistado C. A. Canchungo, 2019).

Na mesma questão e observação, vimos que a rádio Uler Abaand está parada devido um problema técnico no emissor. Portanto, a dificuldade de reabilitar, captamos também um depoimento na entrevista que considera que,

“Bem, estamos a dar reviravolta. Mas o problema é que a Guiné-Bissau não tem técnicos para dar manutenção de modelo de novo modelo da emissora digital. Os técnicos que são de antigo modelo analógico. Aí está a nossa dificuldade de recuperar a rádio. As vezes só uma pequena avaria é capaz de parar uma rádio por muito tempo. Como parou a nossa. Já andamos toda Guiné-Bissau e Senegal e não conseguimos. No último momento que veio um espanhol que está tentando recuperar a emissora. A rádio parou no dia 22 de maio de 2017. As rádios comunitárias trabalham e cumprem o papel da rádio nacional que é público. Porque a rádio nacional não possui mínima condição de alcançar com a sua emissão o território nacional. Para isso, o Estado não tem nenhum projeto e apoio a rádios comunitários. Difundimos as informações que são de interesse de Estado para população sem mínimo reconhecimento de Estado. A assembleias preciso de criar lei de subvenção para as rádios comunitárias que fazem serviços mais essenciais e chegam mais perto das comunidades. Só a AD financiou mais de 25 rádios comunitários que são desconhecidos pelo Estado” (Entrevistado C. F., Canchungo, 2019).

O depoimento apresentado a partir de olhares, vivências e experiências de jovens, “trabalhador”, também pode se perceber que como a COAJQ proporcionou espaço de troca de experiências que visam emancipar os jovens nas zonas comunitárias na região de Cacheu e setor de Canchungo. A entrevistada, aqui, teceu crítica ao Estado no que tange à necessidade de suporte para as rádios comunitárias. No contexto da Guiné-Bissau, estas dificuldades já vinham sendo apontadas na pesquisa de António Soares Lopes (2015).

Em razão da Cooperativa COAJQ, e não só, o primeiro setor, principalmente a agricultura como aquele que seria “motor” para desenvolvimento, as rádios comunitárias também enveredam neste mesmo caminho. Ou seja, ora a rádio comunitária é vista como instrumento da agricultura seja na comercialização, difusão de novas técnicas, assim, como no combate de novas pragas e ou epidemias. E ainda, as duas rádios de Canchungo e Cacheu, carecem de promoção de cursos de capacitação radiofônica na modalidade à distância.

Por isso, perguntamos o seguinte: “A COAJQ, no início, estava muito preocupada com a agricultura. E como é a vossa relação com os agricultores? A rádio é vista para os agricultores\as como importantes?” A resposta obtida sobre a questão considera que,

“Sim, senhor, se formos ver *slogan* da rádio – Rádio Uler Abaand Voz de Campo. Voz de campo é dar voz a aqueles que não tem a voz. Significa que aqueles que estão no campo não tem a voz. É isso a nossa missão, dar voz a aqueles que não tem. A nossa missão é com o campo. Passou muitas pragas no campo, nas zonas de Cadjutte, precisamente fui eu quem estava na rádio naquele dia, um bicho que chegou nessa zona que derrubava tronco de caju até derrubar. Então um homem pegou nesse inseto e trouxe para a rádio, como não tenho conhecimento nessa matéria o que logo indiquei a ele é apresentar aos engenheiros da COAJQ e a granja na direção geral de agricultura para tratar essa praga e depois criar espaço de sensibilização da população face a essa praga” (Entrevistado C. F., Canchungo, 2019).

Além do mais, procuramos saber mais como percebem a rádio; o que tem sido a mudança que a rádio tem proporcionado na construção da subjetividade das comunidades de Cacheu e Canchungo na sua diversidade. O nosso entrevistado fez uma constatação que consideramos a Rádio Uler Abaand, traz para os moradores uma usina das sustentações e aspiração de novas experiências e dinamismo. Um alimento da subjetividade, mesmo nas sucessivas crises política que o país enfrenta. Assim, percebendo isso, perguntamos: “Explica um pouco como percebe o setor antes e depois da fundação da rádio no setor de Canchungo, sem rádio e com a rádio? Será que a rádio está sendo instrumento de informação e formação para com as comunidades?”. Afirma que:

“Primeiro é quando andas na rua você vê o pessoal que dizem Canchungo está morto, Canchungo morreu. Porque não tem a rádio, não escutamos a informação dentro do nosso próprio setor. Isso é para perceber que a rádio tinha papel importante na nossa sociedade. Se não for uma coisa importante, ninguém estaria a parar você na rua para dizer que Canchungo morreu, precisamos da rádio, para divulgar atividade desportiva, culturais de artistas, de cerimônias, de escolas, hospitais etc. Mas agora tudo é obrigado a ir a Bissau para pagar o serviço nas rádios que estão em Bissau que a cobertura não alcança bem a cidade de Canchungo. Mas, na verdade, a rádio tem papel importante na nossa sociedade. Antes nem todo mundo tinha telefone, quando acontecer um desgosto as pessoas percorrem primeiro a rádio para todo mundo ouvir. Mas a rádio não tem mais as pessoas são obrigadas a outros meios. Infelizmente não temos a rádio e as pessoas levam as coisas, informações da cidade para capital Bissau. Até tenho a vontade de fazer uma rádio, mas não tenho financiamento. Eu vejo a importância de fazer a rádio em mim mesmo, erro muito tímido, falar no meio das pessoas não era um problema, tudo isso era timidez, mas a rádio tirou-me tudo isso” (Entrevistado, D. C. Canchungo, 2019).

A razão de perceber esta rádio comunitária não apenas, o fato de estar no meio geográfico rural e por seus ouvintes constituírem por camponês, mas, é sobretudo as necessidades geridas nestes meios de comunicação. Para isso, a rádio considera o desenvolvimento da agricultura com o seu principal eixo, pela razão da natureza também da Cooperativa *COAJOQ*.

Por ser a *COAJOQ* o suporte da existência da Rádio Voz de Rio Cacheu, realizamos visitas e entrevista na sede desta rádio. Quando perguntamos, “Como surgiu a rádio?” Segundo o nosso entrevistado, diretor da Rádio Voz do Rio Cacheu “foi criada no dia 15 de novembro do ano 2013. Voz do Rio Cacheu surgiu com a iniciativa de confederação de 14 grupos de *mandjuandadis*, respectivamente: Pataka, Oito de Março, Balole de Matar, Udjamaral, Adjal Manga, Miras, Kabukalil, Sivina Bissik, Estrelinha, Tesseendo, Bendola, Anós i um som, Mandjaco de P´ixis e por último o grupo Ajonanbe”.

Tivemos um diálogo instigante com uma das líderes de um grupo de mandjuandade – *Kabukalil*, nos afirmando que:

“Durante anos vimos que vale a pena fazer uma rádio. Ainda desejamos que exista outras coisas ainda, além da rádio que já conseguimos. No início tivemos muitos problemas sobretudo com a participação dos membros dos grupos de mandjuandade, mas hoje ultrapassamos. Graças a reuniões. É assim que podemos ir para diante

[desenvolvimento]. Qualquer coisa que nos ajuda no desenvolvimento, o que nos pode ajudar com nossos filhos/as. E aconselho também os nossos jovens que usem as músicas do nosso tempo - tempo antigo, a gente escuta muito as músicas dos mais jovens” (Caderno de campo, Cacheu, 2019).

No entanto, um outro fator de rádios, além da função formador, animador e de resistências em dar a oportunidade àqueles que não tem vez e voz, as rádios comunitárias possuem função integradora das tabancas, das línguas locais, valores culturais e aprendizados sobre as línguas étnicas de cada modo cultural da África guineense. Como, também, aponta Barros e Camará (2018).

“Se, por um lado, o recurso ao crioulo e às línguas locais como instrumento de comunicação permite maior alcance dos conteúdos produzidos junto aos ouvintes, por outro, o facto dos locutores comunicarem em línguas cujo códigos dominam reforça o aspecto indenícia e consegue penetrar nos territórios emocionais e afetivos, potenciando a interatividade entre os locutores e ouvintes” (BARROS & CAMARÁ, 2018, p.14).

Portanto, o desenvolvimento como um processo de liberdade (SEN, 2010) de criação de microações, estruturantes da sociedade, não uma importação e nem tão pouco uma extração e ou neoliberalismos individual do domínio de mercado projetada ao fazer crescer PIB e minoria rica, que exclui todo o dinamismo da noção de construção de bem coletivo – *Ubuntu*, de *mandjuandade* e da família considerado aqui, *ujamaa*, vimos, nos depoimento que a influência da cooperativa de jovens quadros na região de Cacheu assumiu papel determinante de emancipação socioeconômico das comunidade principalmente os jovens e as lideranças comunitárias que conta com a COAJO como parceiro confiável.

Isto, por esta organização assumir, no seu seio de desenvolvimento, a sensibilidade de escutar, assumir o lugar do outro, aprender olhares no mesmo nível de status com o camponês, despir da camisa do sábio da cidade, intelectual da mídia e até dos currículos para emergir no processo de geração de desenvolvimento como processo de troca de saber com camponeses e ou moradores das zonas rural. Portanto, as discussões apresentadas aqui, não nos é a compreensão cabal do que pode ser a rádio comunitária na África guineense. Este, por razão de não conseguirmos trazer a questão econômica e a relação de poder na rádio em diferente instância como entre a comunidade, governos, a cooperativa, pode na relação de gênero entre os que trabalham na rádio. Vimos, ainda, a necessidade de pesquisar mais sobre a mulheres na comunicação social.

No último depoimento, emerge a noção de coletividade a partir de modos de organizações locais – *Mandjuandade e associações comunitárias*. E ainda podemos perceber este como mecanismo da integração étnica entre os diferentes povos, línguas e concepções

filosóficas. É na base de consideração que se pode entender os estereótipos taxativos que carrega de africanos e negros, como aqueles são incapazes de viver com base na diversidade étnica e por isso ser um perigo capaz de alicerçar o tribalismo e, portanto, a guerras não constituem em nenhuma constatação nas entrevistas. Pelo contrário, se formos perceber dentro de catorzes grupo de confederação.

A rádio comunitária, no nosso contexto atual, assume o lugar da antiga *bombolom ou tambor*³³ que anunciava a voz do rei, a necessidade da comunidade, a chegada da época de coleta e pragas na lavoura. Hoje, por diversos meios técnicos e tecnológicos, a rádio conjuga estes diversos papéis como instituições e ou indústria que produz e transmite opiniões, conhecimento, crítica, ordem e leis etc. Os instrumentos da oralidade e espiritualidade africana, como xilofone, flauta feito de cornos de boi e barro, *corá, bombolom, djembê, balafon*, etc. São, hoje, agregadas através das rádios comunitárias.

Desta maneira, durante a pesquisa, não encontramos a separação ou os desafios da integração, constituído pelo fator da identidade étnica. Pelo contrário, as etnias têm sido ponto de encontro e de consolidação de ideias. A cada discussão, emerge, por exemplo, músicas, técnica de lavoura ou predominância de consumo de um produto de uma etnia sobre outra, o gosto por uma prática mais que outra.

O seio da COAJQQ, ou melhor, a própria cooperativa, é um campo de continuidade de processo da integração étnica. Nos espaços rurais isso tem sido acelerado com a nova urbanização e inserção de povos ora imigrantes. Assim sendo, além de mais considerações que possamos apontar, o mais concreto é que as rádios comunitárias são as únicas instituições que não são travadas pelo fator fraco de escolarização. Isto, por ser espaço que possui a facilidade de abraçar as oralidades, saberes e ancestralidade que dialoga entre o “tradicional” e “moderno”. Portanto, o desenvolvimento não provém de transplantação de a gente e aspirações, mas, é um processo que está além de produção das azáfamas extrativas.

Fecho este capítulo considerando que o pensamento que interpreta a juventude africana e, principalmente guineense, como aqueles que não acreditam no possível desenvolvimento e, portanto, resignados na condição de que esta sociedade os condiciona

³³ Bombolom e tambor na tradição africana, na etnia mandjaca e balanta podem ser entendidas como instrumentos comunicacionais na iniciação de um rito da tradição, comunicar em casa da necessidade da reunião, aviso a nova praza na colheita, falecimento de um membro da comunidade, em geral anúncio de mensagem de poder tradicional na tabanca/comunidade. É importante considerar que o tambor e bombolom na Guiné-Bissau e no contexto da etnia mandjaca são instrumento no rito da tradição estabelece a ligação da espíritos aos corpos vivos. Ou seja, na cerimônia fúnebre o bombolom nos liga com o plano transcendental e sobre tudo serve para comunicar aos espíritos que alguém partiu desse mundo e está a caminho de volta ao mundo das almas.

viver, no contexto de Canchungo, não nos parece significativo e não diz nada sobre essa sociedade. Mas, talvez, o descrédito da juventude estaria sobre as instituições públicas como campo de produção de crise social e expressivamente acabam de ser determinante de problemas como insegurança alimentar e nutricional, desemprego dos jovens, êxodo rural e avanço de prática de insustentabilidade ambiental

SEÇÃO VI: PRÁTICAS DE PRODUÇÃO COLETIVAS NA COAJQ: AGROECOLOGIA, AGROPECUÁRIAS E BOLONHA

Nessa sexta seção, como o leitor deve estar a perceber, é a sequência da segunda parte desta dissertação, para isso centramos a nossa discussão no tratamento de seguintes pontos: primeiro, “Transformação de frutas na COAJQ como campo e práticas para emancipação”; segundo versa sobre “Formação e capacitação no domínio da produção agropecuária”; terceiro discute a “Criação de animais no domínio da produção agropecuária” e; quarto e último traz abordagens sobre a “Bolonha: uma compreensão socioantropológico”.

6.1 Transformação de frutas na COAJQ como campo e práticas para emancipação das mulheres e jovens

O setor de formação de jovens em transformação de frutas locais (caju, manga, cabaceira e veludo) é um espaço de compreensão social, nesta pesquisa, na medida que proporciona a percepção de processo de geração de ações e saberes, na cooperativa e sobre tudo processo de desenvolvimento que tem como resultado emancipação na base das aspirações próprias. E por estas ações ser resultante do processo de construção e troca de conhecimento que reflete processos socioemancipatório e capacitação da população local, na sua maioria as mulheres das *tabancas*, jovens de associações, grupos de paróquias, *mandjuandadis*.

O aspecto central que emerge logo na observação das práticas empíricas e expressão institucional no seio da cooperativa COAJQ é perceber a (re) emergência de novos caminhos emancipatórios, por isso que discutimos o conceito emancipação. A COAJQ tende a ser espaço de recorrência de jovens, de busca de prognósticos dos problemas que, até a ciência moderna, hegemônica fundada na racionalidade matematizada, pautada no crescimento sem precedente ignora. Porque na COAJQ entram os jovens que acabam de concluir o ensino médio, ora antes, neste espaço são formados em diversas áreas e assumem a responsabilidade no trabalho. Neste sentido a cooperativa desempenha funções diversas. Na medida que promovem e buscam empreender com os jovens estes acabam por se fixar na região e não migrar para capital Bissau como tem sido recorrente, fato chamado êxodo rural. É nesse desafio que, compreender, propor a discussão com base no estudo e pesquisa sobre a

segurança alimentar nutricional na Guiné-Bissau, principalmente na zona rural, setor de Canchungo, está além de modismo de “pesquisei também”. Mas, tudo resulta principalmente da demanda que vem colocando o atual modo de produção dominante em questão, considerando que os recursos para sustentar esse modo de produção, além de sua insustentabilidade, são finitos. E as consequências são ameaçadores para existência da vida e ecossistemas do planeta terra.

“Assim podemos entender os efeitos das decisões sobre o uso dos recursos e aplicação de modelos tecnológicos em sua vulnerabilidade, estabilidade e desestabilidade dos ecossistemas e dos socioecossistemas; a perda de fertilidade e de biodiversidade, a degradação dos solos, sua erosão e desertificação; a marginalização, desnutrição e pobreza das populações” (LEFF, 2015, p. 179).

O setor de transformação de frutas (caju, manga, cabaceira e veludo) da COAJQ é um campo de trabalho, não reservado, mas dominado pelas mulheres. É sempre taxativo perceber o espaço de preparação de alimento como periferia para as mulheres, não na concepção crítica que talvez possa associar este lugar privado a mulher, isto é, condição doméstica (do cuidado, da cozinha e demais tarefas domésticas). No próprio espaço de Cooperativa, as mulheres apesar de estarem neste lugar de transformação dos alimentos (cozinha), se destacam no sentido de gestão e também como uma escolha: prazer e a sensibilidade.

A formação de jovens vem sendo uma estratégia de formação e capacitação das juventudes, na Guiné-Bissau, que carecem de acesso às políticas públicas, como a universidade e escolas de formação técnicas públicas de qualidade, acesso à tecnologia de produção. Dada a esse fosso os pequenos cursos – formação de curta duração, promovidos pelas organizações não governamentais passou a ser espaço de saciar a fome de conhecimento, de ampliação de liberdade para emancipação da juventude guineense, principalmente nas zonas rurais. Ainda, mais estas atividades lhes servem de ocupação e de “ganha pão diária” e de incentivo a resistências perante as condições de falta desemprego.

Figura 12: Formação de mulher e jovens de associações comunitárias e *mandjuandades* na COAJQ.



Fonte: Farã Vaz, Cachungo, 2019.

De esquerda para a direita: 1ª Entrega de certificados de participação na formação de transformação de frutas – caju em pastéis, bolo, sumo (suco), bife e pão; 2ª foto de pizza feita caju e 3ª cajuína. Os jovens formadores nas práticas de transformação de frutas, neste caso, caju, com estes saberes são capazes de vislumbrar a possibilidade de empreender as novas ideias em atividade emancipatórias. E ainda, nesta condição, como no caju ajudar a mitigar a insegurança alimentar e nutricional como fator de escassez de alimento.

Então, dada a essa demanda, o ensino de prática e recriação em diversos ambientes (doméstico, comunitário, associativa e ou de *mandjuandadis*) são as duas principais tríades que podem determinar reflexos como segurança alimentar no seu sentido mais genérico e a emancipação de jovens, principalmente mulheres, nas zonas rurais. Em incentivo à produção, consumo de produtos transformados no país, produtos orgânicos sem adição de outros componentes químicos que podem ter caráter reflexos negativos, como a obesidade, câncer, etc. Em outras palavras, elevar a superação da insegurança alimentar para segurança alimentar. Ou melhor, são produtos de açúcar natural, com maior potencialidade de polpa e todos os outros componentes de frutas provenientes de uma agricultura orgânica camponesa (Caderno de Campo, Canchungo, 2019).

O levantamento de dados estatísticos, sobre as ações de formação das líderes de associações e demais organizações de base, em transformação de frutas, no setor de Canchungo pela COAJQ é um exercício desafiador. E é nesse exercício que, a tabela que se segue expressa falta de registros de dados de todas as atividades realizadas pelo setor da

COAJQ. Razão pelo qual, o resultado da nossa pesquisa documental, no que tange as atividades realizadas com as comunidades, demonstra nos registros, somente as atividades de ano 2017 e a recente formação de 2019. É importante ressaltar que durante a minha estadia em Canchungo tive oportunidade de acompanhar de perto as atividades que ocorreu no mês de maio e junho de 2019, como o leitor pode constatar na tabela abaixo.

Tabela 07: Dados de atividades de formação em transformação de frutas – caju com os líderes de associações comunitárias nas tabancas e bairros de Canchungo.

TABANCA/BAIRRO	ASSOCIAÇÃO	Gênero		TOTAL	ANO
		Mulheres	Homens		
Ponta Campo	WatnaWogosna	17	2	19	2017
Higat	Esperança P.	24	3	27	2017
Augusto Barros	Jardim das Mulheres	19	1	20	2017
Nhoma	Missão Católica	2	-----	2	2019
Cachobar	Asso. De Jovens de Cachobar	-----	1	1	2019
Reino Uteacor	Manchale Mendes	1	-----	1	2019
TOTAL		63		70	-----

Fonte: Farã Vaz, 2019.

Seguindo a pesquisa de campo, na Cooperativa de Jovens Quadro COAJQ, nesta semana de 18 de maio de 2019, dediquei a minha concentração a setor de transformação de frutas, uma das atividades temporária na cooperativa. As atividades de formação em transformação de frutas tiveram participação quinze mulheres e dois rapazes. Dentre estes está uma formadora, uma coordenadora, dois rapazes e treze mulheres. Nas treze mulheres duas são de Setor de Nhoma, enviados através das suas paróquias e restante são de *tabancas* e bairros do setor de Canchungo.

A formação em si é uma atividade dominada pelo sexo feminino. Desde planejamento até coordenação. Mas isso não pode nos levar a concluir que foi um processo dinamizado exclusivamente pelas mulheres, isto é, os dados empíricos obtidos no campo de pesquisa em Canchungo com as mulheres, em particular, uma entrevista com a própria formadora e coordenadora, onde, esta nega a exclusividade das mulheres na busca de soluções que afetam a sociedade, como a insegurança alimentar e nutricional, a pobreza e fome. Este combate contra a fome e pobreza não depender somente do engajamento insulado da mulher ao homem. Ou seja, se a transformação de frutas de caju, principalmente, o pedúnculo for organizado, o seu objetivo está intrinsecamente direcionado a resolver problemas da pobreza-fome.

As atividades de formação em transformação de frutas são predominantemente conhecidas pelos formandos e reconhecidas por formadores por ser “tarefas das mulheres”. Sendo assim, a tabela, traz essa expressão nos dados estatísticos de participantes todas as formações que a COAJQ tem dado aos líderes de associações de base/comunitárias nas *tabancas e bairros*.

Nas seis (6) *tabancas* e associações de base, participaram o total de 70 formandos. Nestes, 63 são as mulheres e 7 são os homens. A percepção da formadora e coordenadora do setor de transformação de frutas, sobre predominância das mulheres nestas ações está fundada na nossa percepção dominante que encarrega às mulheres o papel de cozinheiras, mas segundo a formadora, isto, também, está no gosto que as mulheres têm em servir o outro, mesmo sendo a mulheres como ela.

“Bem, bem, não trabalhamos com adolescentes, mas, jovens e mulheres casados, porque o trabalho de transformação é difícil para adolescentes. Priorizamos mais as mulheres no nosso trabalho. Porque ... estes normalmente é um trabalho de mulher. Nem os homens talvez se convidarmos-lhe irão dizer que não, este é o trabalho para as mulheres. Sabes que não têm a noção de que, o que um homem faz uma mulher pode fazer. Mas dos poucos homens que tivemos eles são engajados. Exemplo é de um homem no ponta campo é muito engajado na transformação” (Coordenadora do setor de Transformação de Frutas, 2019).

No depoimento da entrevistada está subjacente o papel normativo da função de mulher. Papel esse reproduzido nas lutas de resistências, define a mulher com base de seu papel e lugar (interpretações ao poder do patriarcado): cozinha.

O depoimento da formadora aponta também o como as atividades de transformação de produtos pode servir como espaço de emancipação das mulheres e jovens. Quando perguntamos “Qual o público que beneficia mais das ações de formações em transformação de frutas? Por quê?”. Ela explica:

“Nisso você pode pegar dois pedúnculos ou seis pedúnculos e desfiar e fazer recheio, vendes em sanduiche à-vontade. Em vez de ir comprar peixe para fazer muito gasto, tens menos custo e ganhas. É isso que eu apresento e ensino muitas mulheres. Eu lhes digo, vejam, se você for comprar peixe vais comprar peixe 500 xof francos ou 1000,00 xof francos compra cebola faz recheio. Então vais a horta de caju, pede caju, vão lhe oferecer em quantidade. Vais fazer ... e guardar, por não ser uma coisa que estraga rápido. Na própria formação eu ensino como fazer isso, se querem secar, refogar e guardar. Qualquer momento que queres temperar você tempera. E tens o que podes vender, vende com pão e ganhas [lucro] sem gastar muito. Assim eu ensino como ganhar lucro com isso, porque é bom organizar um negócio e saber qual será o lucro. Porque sem saber disso não podes vender, porque tudo quem vende tem que saber o que é lucro. Se não sabes o que é lucro, então deixa de vender, porque tudo quem vende tem que saber o quê que é lucro... muitos

até hoje fazem isso e vendem e ganham muito. Sumo [suco de caju], uma garrafa custa 250,00 xof franco, vais comprar 50 francos por cada litro..., transformas com todo a energia, no final consegues 100 garrafas, se púnhamos que conseguistes 100 litros, você multiplica por três, com o modelo de garrafas que usamos podes multiplicar por 4. E se multiplicar 100x4 dá 400 garrafas de sumo. Se pegar 400 garrafas e vender por 250,00 xof franco por cada, quantos de dinheiro vais conseguir? Nos aqueles 100 litros de sumo vais retirar o seu lucro e investir mais, antes do fim da campanha, que ocorre em três meses por ano. Então com esses negócios não vais depender [economicamente] de ninguém, você pode aguentar a sua vida. É assim, eu ensino tudo isso” (Formadora, canchungo, 2019).

Primeiro, o prazer de fazer as coisas resulta de experiências pontuais, estranhas que, posteriormente nos tornam famílias, comum e, portanto, cultural. Assim, quer se mostrar que o prazer é o resultado de construções sociais, de campo, processo e periódicas históricos, possíveis a desconstrução. Por que é a construção social de campo e periódicas?

Vamos responder logo considerando que o elemento diferenciador do ser humano a outras especiais de animais é a cultura. E com ele está caracterizada a própria diversidade humana. Com isso, negando a naturalidade da cultura, nos leva a perceber que, o gosto de preparar alimento, por mais que seja da ordem de relações de dominação este espaço pode servir em outros olhares um verdadeiro campo de emancipação socioeconômica (nesse sentido a cozinha é espaço interdisciplinar), desde que seja da vontade e liberdade dessa mulher e ou homem, assim como exemplificou a formadora no seu depoimento citado acima. O caráter interdisciplinar da cozinha emerge na composição de preparo de alimento que abrange economia, física, química e até agricultura.

Durante as observações se percebe que estar na cozinha, preparar alimento, seja para vender ou servir o outro, envolve também o gosto, prazer possível a ser oportunidade e espaço de emancipação. Resumindo, a cozinha, além de ser espaço de dominação, é também campo de exercício de poder. Porque nela se pode mudar paladares, os corpos e até o próprio modo de produção de alimentos tem a cozinha como espaço de emancipação, como no depoimento foi possível perceber alternativa da segurança alimentar e nutricional. Portanto, a cozinha é um campo interdisciplinar de confinamento assim como de possível emancipação da mulher e do homem.

Para a formadora de jovens, líderes de associações comunitárias e grupos, ora de paróquias, a razão da predominância das mulheres na atividade de formação em transformação de frutas – caju, provém da maior queda das mulheres pela cozinha, o que chamo o gosto.

“Os meus públicos [formandos/as] são mulheres e homens. Na sua maioria são mulheres. Sim temos mais mulheres porque elas têm mais queda, encaram. Para,

além disso, eu percebi que aquele [trabalho de transformação] é mais para as mulheres, por serem mais pobres. Porque este [transformação de frutas - caju] ajuda muitas mulheres. Se você receber esta formação, ... e colocar em prática você ganha com isso, você ganha a vida com isso”. (Formadora de Transformação de Frutas, 2019).

A percepção de que a cozinha não é um espaço de confinamento da dominação masculina, mas, contornando olhares ele é um campo de emancipação da própria mulher. Este pensamento tem sido recorrente ao longo da minha pesquisa na COAJQ.

No último dia da primeira fase de transformação de caju em sumo, bolo, pizza, pão, bife, mel melada, licor (vinho), foi possível perceber o quanto cooperativa e prática cooperativas africanas são fundamentais tanto para garantia de emprego e assim como para repensar a sociedade guineense a partir das suas próprias aspirações em campo interdisciplinar que relacionam com os problemas locais.

Nesta data, a coordenadora decidiu organizar uma despedida dos formandos e formadora, com toda a equipa da COAJQ que colaboraram durante todo o processo. Nos depoimentos de jovens que receberam a formação sobre transformações de frutas-caju, emerge neles certa manifestação da descoberta de oportunidade e conhecimento sobre diversas formas de aproveitamento de caju, compromisso em continuar para complementar na alimentação e na geração de renda. Como coloca no depoimento um jovem participante na atividade de formação em transformação de frutas na COAJQ.

“Essa é a primeira vez que vim assistir à formação em transformação de caju, vim com a minha colega (...), a mando do nosso responsável (...) em Nhoma. Bem, o que aprendemos é muito, por isso digo-vos obrigado pelo ensinamento e por não ter nos escondidos nada. Eu pensava que caju só servia sumo e castanha, afinal podemos aproveitar de tudo no caju (...), afinal pedúnculo de caju também serve [para alimentação]. Mais uma vez obrigado, espero voltar mais vezes” (Formanda, Jovem de Nhoma, Canchungo, 2019).

A descoberta de diversas formas de aproveitamento de caju para alimentação surpreendeu os jovens. Essa manifestação demonstra que caju é uma usina por onde podem emergir diversas formas de geração de “emprego” para a população da Guiné-Bissau.

O depoimento de um dos coordenadores da Cooperativa COAJQ compara o modo de aproveitamento de caju na Guiné-Bissau e no Brasil e considera que a sociedade guineense, principalmente os produtores de caju ainda tem muito a aproveitar com a sua própria produção de caju.

“O Brasil está entre os países que aproveitam caju, quase no seu todo. Mesmo chegar lá hoje e pedir caju para comer você consegue. E nós, caju vem como chuva, vem e passa de uma vez, não aproveitamos quase nada de caju. Não é que negamos, talvez seja por falta de tecnologia, falta de conhecimento, por isso a COAJQ está cada vez mais a aprender [como aproveitar mais caju].

“Ainda nos falta muitos materiais, equipamentos, queremos ser centro de referência na região sobre uso de caju, tem que estar bem, higiênico. Perdemos muito dinheiro, o nosso dinheiro vem só de castanha e, estas formações que recebemos assim, não devemos subestimar, não só na a nossa dieta alimentar. Mas você pode aplicar este conhecimento para ganhar dinheiro. Podes colocar no mercado, se as pessoas comprarem você pode ganhar dinheiro”.

“Vamos continuar a buscar conhecer e colocar este conhecimento na prática, vamos deixar as pessoas que estão em Bissau [políticos], eles não ajudam em nada, nós podemos tomar conta de nossas próprias cabeças se aceitar juntar. Estamos limitados com as garrafas [para embalagem], mas vamos trabalhar na medida possível” (Caderno de Campo, Coordenador de COAJQ, 2019).

Nos depoimentos das entrevistadas/os pode perceber que a COAJQ serve como um campo de emancipação das mulheres e jovens da comunidade. E a partir dessa emancipação que emerge a resposta crítica sobre a insegurança alimentar, emancipação dos jovens líderes das associações de bairros e tabancas, o êxodo rural, recriação da economia rural etc.

Pode perceber-se ainda como as mulheres articulam o pensamento e percepção em como emancipar a mulher economicamente e não depender totalmente do homem e como condição de desmobilizar a violência doméstica contra mulheres. A economia rural e solidária ganha sentido na medida que se percebe que não posterga pensar a emancipação sem articular os mecanismos da “liberdade” (SEN, 2008) a condição econômica.

A COAJQ através da sua direção por meio da coordenação de setor de transformação de produtos, ainda demanda a maior profissionalização. Depara ainda com maiores desafios, por estar numa fase de experimentação das iniciativas. Nestes, os desafios estão na qualificação do serviço serviços e materiais de produção. Há certo momento, os materiais que não são exclusivas na fábrica foram utilizados, como troca de fogão, o não uso de equipamentos de segurança como fardas, desde batas, luvas, botas recomendado e chapéus.

A entrada de pessoas na casa de transformação de frutas pode ser um desafio considerando que as transformações de frutas para vender pressupõem muito cuidados, segurança e rigor no uso de matérias e medidas. Existe certa falta de planejamento e escassez de recursos para a coordenação, no sentido de comprar materiais de trabalho completo.

Na próxima seção, busca-se abordar a história de criação da cooperativa COAJQ e as suas ações em diversas perspectivas de emancipação social de jovens e mulheres no sentido de geração de renda que de certa forma contribui para fixação de jovens nas zonas rurais.

6.2 Formação e capacitação no domínio da produção agropecuária

Sempre que refletimos sobre espaço de troca de saber, conhecimento científico logo na percepção dominante nos remete a espaço institucional. Espaço este conhecido como universidade como espaço legítimo no processo de geração de conhecimento e a transmissão. O fosso dessa percepção é que o conhecimento antes de ser como tal, existiu pessoa, depois a família e a comunidades. Se assim for é cabível considerar, a Cooperativa COAJQ nos seus processos alternativos de geração de ações emancipatórias tanto para jovens, mulheres e a população rural, como é verdade no campo de formação, não só capacitação no sentido técnico. Isto porque o campo de cooperativismo, associativismo e *Mandjuandadi* serem verdadeiros espaços de desconstrução, construção de novas utopias como nos alertava Boaventura de Souza Santos (1991).

A Cooperativa COAJQ converteu-se no espaço que os jovens poderiam acessar pelas políticas públicas de educação superior. Os jovens que na sua maioria concluíram ensino médio. Mas, dada a contínua crise e a ausência de política de Estado nesta zona, o associativismo cooperativo tornou-se numa alternativa na geração de outros modos de construção de novas aspirações, de ampliação da liberdade como elemento indispensável para o desenvolvimento.

Figura 13: Formação e capacitação de líderes de comunidades e membros de famílias sobre criação e cuidado de animal com os jovens de diferentes associações e regiões.



Fonte: Acervo da COAJQ, Canchungo, 2019.

A cooperativa COAJQO conquistou o reconhecimento na produção agrícola e introdução de novas técnicas e tecnologia da produção agrícola e hortícola. A aplicação de novas técnicas e tecnologias de produção agrícola e hortaliças constitui no ponto chave nos mecanismos das estratégias de desenvolvimento entre a COAJQO e as comunidades produtoras. Estas práticas de reuniões, palestras, têm sido inovadores e significantes no processo de trocas de saberes e a própria integração de novas técnicas e tecnologias externas a realidade africana e guineense.

Cabe-nos aqui uma indagação: como acontece no cotidiano da cooperativa com os agricultores e as comunidades?

A análise de materiais, observação das ações das cooperativas da COAJQO permite perceber que este mecanismo acontece através de introdução de máquinas como trator, prensa de exploração de óleo de palma, máquinas de descasque, novas técnicas de combate às pragas, dessalinização das bolanhas através de construção de ouriques (diques usados para separa a propriedade na bolanha), formação contínuas com as mulheres para emancipação, novos modos de plantação, formação comunitária continua.

No que tange ao combate de pragas e uso de produtos fertilizante agrotóxico, o nosso colaborador na entrevista explica:

“um dos objetivos de COAJQO é incentivar o uso de matéria orgânica, uso de matérias orgânicas, não pesticidas, produtos químicos. Porque o nosso solo não permite ou não tem necessidade de uso de fertilizantes químicos. Sempre incentivamos o uso de produtos orgânicos. Nunca permitimos combater pragas com pesticidas. Às vezes, as mulheres [que fazem hortas] não conhecem o perigo. É perigoso, eles podem levar até a casa, pode prejudicar a família. Por isso, na COAJQO nunca, mas nunca aceitamos o seu uso. Já estamos a trabalhar com trinta e nove sessões [formação e produção] tudo se baseiam na produção orgânica e não química, nunca, nunca” (Entrevista, ARC, Canchungo, 2019).

“Depois de críticas à perspectiva e práticas de produção da “revolução verde” e demais a nova afirmação da expansão de modos de produção agrícolas capitalizada para o mercado, a chamada desenvolvimento sustentável, baseada na livre concorrência de mercado que objetiva a natureza e o próprio homem, a atenção veio a centrar na no uso de fertilizante/agrotóxico no processo de produção de alimentos. “Como considera a pesquisa de assunto África-Brasil, a transferência de propriedade (ou dos direitos de uso ou ainda de outras formas de controle) abarca investimentos, transações e apropriação de terras, associados à apropriação de recursos naturais (florestas nativas, minérios, etc.), bem como outras formas de uso e acesso à natureza (OJEDA, 2012; GARDNER, 2012). Nos termos de Fairhead, Leach e Scoones (2012, p. 238). Em todo o mundo, os ecossistemas estão à venda. A mercantilização da natureza, e sua apropriação por um vasto grupo de atores, para uma variedade de usos – atual, futuro e especulativo – em nome de ‘sustentabilidade’, ‘conservação’ ou valores ‘verdes’, vem se acelerando” (SAUER; BORRAS Jr, 2016, p.26).

O uso de agrotóxico no processo de produção de alimento vem sendo a maior problemática, sobretudo no combate à fome e pobreza, sobretudo, na corrida pelas novas

terras agrícolas, nos países em desenvolvimento e a garantia da segurança alimentar e nutricional com base na agricultura baseada nas ecologias dos saberes locais e orgânicas.

A terra deve preocupar os países africanos, seus governantes, as lideranças locais e as famílias camponeses. O processo da expansão de mercado de produção e consumo é capaz de alterar as práticas e regulamentações sobre a noção de uso da terra. O fato que, desta questão pode ser visto, no programa impulsionado pelo Grupo de G-8, resultante da chamada cooperação Sul-Sul e ou triangular na elaboração e execução assim como resistência do projeto Prosavana em Moçambique (VAZ, 2016; ALMEIDA & CAMANA, 2019).

Pode-se perceber na base das abordagens destes pesquisadores que as terras agrícolas africanas, camponesas estão sendo o alvo na concorrência de extrativismo, com projeto da mononatureza (EDGAR, 2017) – que considera o desenvolvimento a partir da universalização de resposta para problemática da fome, pobreza e insegurança alimentar e nutricional. Uma prática de apagamento das diferenças, homogeneidade – expressas como impulso da modernidade insustentável plasmado no desenvolvimento econômico referenciada no Produto Interno Bruto.

A introdução de tecnologias mecanizadas/motorizadas na agricultura sem incorporação das organizações locais, na Guiné-Bissau, segue o processo de expansão de capitalismo e por meio de ações comunitárias resultante de projeto das organizações não governamentais e organismos multilaterais, nas suas políticas de cooperação para o desenvolvimento. Ou seja, o país ainda carece de projetos de robustez, como políticas de Estado para o setor agrícola. Essa realidade é vista no setor de Canchungo. Realidade essa em que as organizações comunitárias, associações, grupos de *mandjuandadiss*, trabalhos coletivos dos régulos ainda são bases de expressão de aplicação de trabalho manual, na produção agrícola. Nesta condição a COAJQ vem sendo a iniciativa embrionária na modernização da agricultura na região de Cacheu.

Quando perguntamos ao nosso colaborador, na entrevista, se a cooperativa COAJQ, ainda “(...) continua a atuar nas 27 tabancas³⁴ como está descrita”, ele explica:

“Olha, no início foi difícil, porque trabalhamos com tratores. E, os camponeses, proprietários das bolanhas, rejeitaram o uso de tratores. Porque alegam que, estas máquinas estragam qualidade do solo da bolanha. Sorte é que, Canchungo é a terra de migração, muitos que viajaram para fora do país são mais perceptivos e entenderam que, na verdade tratores dão mais facilidade de trabalho com rendimento e economiza o tempo. De lá, começaram a aderir e aceitar a contratação do serviço de tratores. Mas, logo no primeiro, segundo e terceiro foi difícil. Mas depois começou a ter aderência. Hoje em dia, lavramos em 30 tabanca, como caso do ano passado [2018]. É muita pena que a COAJQ só consegue cobrir com trator, três setores, na sua maioria são camponeses de Canchungo e um pouco em Cacheu e

³⁴ O nome da tabanca significa aldeia, com reflexos de comunidade fundada na relação solidária e harmoniosa para com as vidas e meio ambiente.

Caliquece. Geralmente é difícil fazer a cobertura de todos as 27 tabancas, em termos de agricultura semimecanizada. Uma parte faz a lavoura manual e a outras com as máquinas tratores. E sabemos que, o trabalho manual, leva mais tempo. Neste, o proprietário da bolanha terá que pagar mais, e ainda, dar de comer, vinho e sumo (suco), pelo menos vinte jovens para fazer esse trabalho. Ao passo que, com o trator são duas pessoas, um ajudante e um operador que usam o trator. A sua bolanha de um ou dois hectares fazem isso uma hora e tempo, com menos despesa. Você não dá para o operador de máquina almoço e nem pequeno almoço. O que permite os agricultores aproveitaram mais tempo a fazer outra cultura, como amendoim, feijão, milho, com o tempo aproveitado no cultivo de arroz. Então, todo isso faz agricultores aumentar a sua produção. E não ficar somente na dependência de caju e ou arroz” (CANCHUNGO, 2019).

O depoimento acima traz várias questões a problematizar. Primeiro por mais que a agricultura mecanizada, por meio de uso de trator e motocultivador serem mais eficientes na gestão de tempo, não deve ser visto ou percebido como aquele que é isento de reflexos negativos, não só na produção, como na alteração da composição da qualidade do solo, para continuar a garantir a agricultura ecológica. E segundo pode-se perceber a migração dentro do continente como fator de interconexão que, possibilita processo de troca de informação e experiências e, portanto, acelera a integração étnica, regional e sub-regional.

Mas, o uso de máquinas precisas ser repensado de modo mais conjugada - produção, processamento, transporte, consumos e investimento: o ciclo. Trata-se de pensar a produção além de obtenção de alimento. Mas, como a prática capaz de alterar drasticamente o quadro de relações sociais como pode gerar novas configurações sociais na sociabilidade das pessoas, grupos nas tabancas e nas pequenas cidades da região de Cacheu. Por exemplo: nas tabancas, arredores da cidade de Canchungo, os jovens desta localidade muito têm como fonte de renda nas épocas da chuva, período de produção, trabalhos de grupos por meio de contratos com os camponeses e, através destes trabalhos que, ocupam o tempo livres dos jovens. Então, o uso de trator também pode ser fator determinante de aumento de tempo livre, baixo esforço físico da juventude nas tabancas que poder ser disfuncional no processo de desenvolvimento emancipatório.

Então, se o uso de tratores se restringir unicamente ao aumento de produção e redução de tempo nas bolanhas, pode causar também o problema e riscos de ter uma juventude desocupadas, desempregada e possível a recriar outros modos de vida – ser e estar. Fato que pode, em vez de reduzir o êxodo rural dos jovens para a cidade, ainda, pode constituir no fator da sua elevação.

6.3 Criação de animais no domínio da produção agropecuária

A cria de animais de ciclo curto é um dos objetivos da COAJQ. Dada a importância dessas iniciativas para ela. A demanda de criar animais de ciclo curto no setor de Canchungo é perceptível no mercado local que carece de produtos alimentícios provenientes de animais.

A COAJQ também assume a pauta da promoção da segurança alimentar e nutricional. Fato que as ilustrações, expressas nas imagens demonstram como as atividades de formação são atreladas a produção de alimento com base na produção orgânica. Isso pode ser evidenciado nas ações de transformação de frutas realizada na cooperativa com os jovens.

Os arquivos como o relatório da COAJQ junto com o Instituto de Marquês Valle Flôr (2018) e as entrevistas com beneficiários/as, diretor da cooperativa e o técnico da cooperativa COAJQ, através de projeto “*Nô fia na cria*”³⁵ oferece informações que contribui na compreensão da busca de resposta sobre a insegurança de pequenos produtores camponeses na criação de animais.

A insegurança aqui está expressa na mortalidade de animais de ciclo curto (cabras, carneiro, porco, galinha, patos), o roubo, a falta de formação e capacitação no domínio de cria, preparação de alimentos e vacinas específicas. A mortalidade de animais tornou fator de ameaça e ponto fraco para quem ou a família que propõe empreender na criação de animais de ciclo curto.

As atividades de criação de animais são realizadas em dois instâncias. Primeiro, é que a própria cooperativa possui seu aviária, para depois revender e ou produzir em carne de frango e fornecer no mercado local (bares, escolas, hotéis). Na segunda instância percebe as famílias criadora de animais de ciclo curto que aderiram esta iniciativa através da influência e suporte da própria cooperativa.

Para melhor compreender estas duas instâncias, faço abordagem a partir do projeto “*No fia na cria*” da cooperativa COAJQ. “*Nô fia na cria*”, é uma expressão a língua crioula que significa vamos acreditar nas crias. Estes pode ser cria de animais de ciclo curto. O projeto implementado pela a COAJQ resulta da parceria entre a cooperativa com os seus parceiros³⁶. Implementada na região de Cacheu, no ano 2015, com 195 mulheres criadoras de galinhas, 96 produtores de ração, 12 pontos focais do comércio frango, 15 caprinocultores e 21 para veterinário.

A *Nô fia na cria* tem como objetivo contribuir para a segurança alimentar e nutricional na região de Cacheu através do estabelecimento da fileira de produção avícola sustentável e

³⁵ Frase escrita na língua crioula da Guiné-Bissau que significa acreditamos na cria.

³⁶ União Europeia, Instituto Marquês de Valle Flôr, Ação para o Desenvolvimento (AD) e Instituto PEAGET.

desenvolver um sistema integrado cooperativo e comunitário de produção avícola a melhoria das condições de vida dos criadores”.

Figura 14: Placa de identificação de famílias beneficiárias na parede de casa de uma família.



Fonte: Farã Vaz, na ocasião de acompanhamento e visita das atividades da COAJQ na Canchungo, 2019.

A observação realizada, através de pesquisa de campo, permite perceber nas infraestruturas da cooperativa dois aviários, instalação de sistema de água automático, energia solar. O aviário de produção de frango na COAJQ possui a capacidade máxima de 2.500 frango por cada aviário, incubadoras de produção com capacidade de 1.400 ovos. O projeto possui uma unidade de abate com capacidade de 120 galinhas por dia, com sistema de frio de armazenamento, embalagem, uma loja comunitária, uma farmácia para veterinária.

O projeto *Nô fia na cria* foi pensado como sistema integrado cooperativo e comunitário de produção avícola, caprina e derivados para a Região de Cacheu. É neste âmbito, segundo o relatório de Instituto Marquês Valle Flôr 2018, parceiro direito da COAJQ no projeto, surgido a empresa *PIU-PIU Awara*³⁷, registrado no dia 31 de outubro de 2018.

Nota-se que, a metodologia da COAJQ no trabalho com as comunidades e ou famílias não destituiu a responsabilidade da comunidade, membro da família a sua responsabilidade na sua cria em casa. Para isso, é importante perceber o método de sistema

³⁷ A expressão Awara provem da língua mandjaca, um dos mais predominante na região que, significa é bonito ou é bom.

integrado adotado pela COAJQ. Esse método considera que as comunidades e as cooperativas podem desenvolver as ações conjuntas em que a cooperativa será parceira que possa elevar o nível de formação e capacitação técnica no que a família propõe fazer que esteja no alcance de disponibilidade de recursos da COAJQ e os parceiros mobilizados a financiar recursos econômico, serviços e ou materiais. É nesta ótica que a cooperativa faz entrega de galinhas, ovos e cabras para as famílias interessadas e selecionadas a desenvolver as suas crias.

A cria e o seu benefício da família são geridos pela própria família. Ou seja, é a família que define como vai usar dinheiro proveniente de suas crias. O papel da COAJQ é no primeiro momento auxiliar na formação técnica em como cuidar, tipo de alimentos necessárias, como combater a mortalidade.

O depoimento da família parceira da iniciativa e moradora de cidade de Canchungo explica:

“Eu sempre faço aquilo que dizem ao meu marido. Ele me disse sempre as coisas que dizem para eu fazer na cria. Eu também dou o meu esforço de comprar farelo, cumpro as recomendações deles [técnicos pecuarista e executores de projeto]. Uso cascas de ostras que apanhei no mar, lavo, seco e preparo para depois dar as galinhas e patos. Depois que cresceram, já grandes, comecei a misturar farelos com água, restos de ostras, milho preto, pão seco, ossos de peixe, maçar com pau e misturar com a água”. (Entrevistada MMP, Canchungo, 2019).

Nas ilustrações fotográficas a seguir pode-se entender como funciona a dinâmica de método integrado na cria de galinhas da COAJQ no seu projeto “*Nô fia na cria*”.

Figura 15: Produção familiar.



Fonte: Arquivo da COAJQ, Canchungo, 2019.

Em cada instância de análise é perceptível que a COAJQ nas suas atividades com as famílias produtoras, neste caso de criação de galinhas, pauta à sua prática na busca pela construção de espaço de geração e troca de conhecimento por meio das experiências entre produtor e técnicos da cooperativa. As galinhas são ilustradas para demonstrar o processo de relação da cooperativa e uma família produtores de galinha e fornece o mercado local.

Segundo o depoimento de diretor executivo da Cooperativa COAJQ,

“A iniciativa de criar a empresa [Piu Awara] no quadro do projeto “*Nô Fia na Crias*” surgiu porque ainda não existia um centro especializado para a comercialização e venda de frangos na Guiné-Bissau. A empresa *Piu Awara*, com uma gestão autónoma, tem como objetivo fornecer frangos abatidos no centro de processamento e abate, com as devidas condições de higiene e saneamento por pessoal qualificado. A empresa vai criar confiança junto dos consumidores, restaurante e hotéis, no sentido de estes serem os clientes finais da empresa”. (Leandro Jr. Pinto Junior, Canchungo, 2019).

Tanto a imagem da produção familiar de galinha como a do aviária da própria cooperativa são ações de um só projeto (*Nô fia na cria*) que dá base a iniciativa de criação da empresa “*PIU-PIU*”, que projeta ser produtor e fornecedor ao mercado a carne de galinha. E no interior desta iniciativa percebe que a COAJQ demonstra estratégias de aproveitamento do potencial econômico na zona do interior da Guiné-Bissau. E neste caso, a criação de empresas locais como suporte econômico está na sua fase embrionária dentro das iniciativas da COAJQ. Ou seja, a COAJQ também considera o econômico como condição da emancipação social e coletiva.

Figura 16: Produção cooperativo aviário da COAJQ na Canchungo.



Fonte: Farã Vaz, Canchungo, maio de 2019.

Nas diversas concepções de desenvolvimento sempre estão em jogo a geração da riqueza e a sua distribuição pelos agentes em processo. Durante a pesquisa, fez-se o cuidado em perceber que o processo da geração de ações de desenvolvimento e emancipação sempre tem a ver com grau de sociabilidade, ou seja, o processo de interação é capaz de influenciar a participação de pessoas no processo. Assim, neste galinheiro, o leitor pode perceber como a COAJQ produz as suas galinhas que acabam de produzir um frango para fornecer ao mercado.

Para isso, procuramos a cada entrevistado perceber o seu percurso socio-histórico até a sua incorporação na COAJQ. Assim, perguntamos ao nosso entrevistado: “Como você chegou a COAJQ?” No exercício de responder a questões, foi possível entender que a juventude africana, principalmente guineense, sempre busca o ensino superior.

Uma outra resposta foi essa: “Cheguei através de pedido que os fundadores da COAJQ fizeram aos meus professores quando visitaram nossa escola em Senegal. Foi quando a COAJQ precisava de um técnico agropecuário”. Neste contexto, a cooperativa tornou-se espaço de oportunidade para os jovens em desemprego, ou que tiveram curso superior fora da Guiné-Bissau.

Quando questionamos um dos nossos entrevistados com essa pergunta: “O senhor podia falar, como jovem, um pouco do que sentes na COAJQ?”, tivemos essa resposta:

“Na Guiné-Bissau se você for procurar organização que trabalha com os jovens vais ouvir falar da COAJQ, porque é muito conhecido por muitas organizações. E se Estado apoiar a COAJQ, este vais fazer ainda muito mais. Acho que ninguém conforma com o seu salário. Mas isso não está nos meus sentidos. O que está mesmo

nos meus sentidos é o trabalho. Porque quando trabalhamos devemos procurar render para depois pensar no salário. Nós o jovem está na hora de mostrar o mundo que o nome da Guiné-Bissau estragou demais, mas nós os jovens precisamos mostrar que é possível fazer boa coisa nesse país. Na COAJQ os seus fundadores trabalham seis anos sem ter salário. Todos nós, vocês [apontou para mim por estar a estudar fora do país] que estão fora e nós aqui dentro que tem que mudar nosso país. Não vamos deixá-lo nas mãos dos nossos avós porque já são velhos, por isso é bom tomarmos conta. Assim que queremos trabalhar, para depois as pessoas perceberem que a Guiné está no rumo ao desenvolvimento, é isso que eu penso. E é bom o Estado procurar emprego, abrir empresas e escolas de formação para os jovens trabalharem para país puder ir para frente. Se não o roubo vai continuar como aqui nos roubam e muitos problemas por falta de emprego, não tem pequenas indústrias para emprego de nossas irmãs” (RESP. de Agropecuária Pecuária, Canchungo, 2019).

Sempre nas entrevistas se percebe que a nova concepção de desenvolvimento como emancipação que tem sido a estratégia da COAJQ, através de construção de espaço de troca e de produção de saber tem sido além de ser alternativa de desenvolvimento como crescimento, extração, importação de pacote econômicos, ora gera desigualdade e cria classe dominante. A COAJQ na sua concepção parece estar mais ligada ao envolvimento das pessoas, e como alternativa da presença de Estado com as políticas públicas nos setores do país. Ou seja, fora da linha concentrada que reduz o país ou concentra o Estado e as suas ações somente na sua capital.

A geração dessa juventude que assume emancipação no país, demonstra uma certa determinação que está longe da percepção elitista que considera a juventude africana, principalmente guineense como resignada a pobreza como impasse. Ou ainda, aqueles que duvidam de um possível século XXI como uma nova era de desenvolvimento do continente. Esta juventude nos parece ser aquela que volta a reconstruir olhares sobre a Guiné-Bissau como espaço de oportunidade, não “sede de atraso”.

A pesar de toda sinergia gerada na COAJQ, há ainda jovens lamentando a ausência de Estado nas suas ações e a condição de emprego - o salário, mas também se percebe a vontade de um dia superar isso, a partir das suas produções na cooperativa, como destacamos no depoimento acima.

A condição de segurança na zona rural, principalmente na região de Cacheu, como indica o relatório de Liga Guineense de Direitos Humanos (2015 e 2017), é corroborada por um dos nossas entrevistados quando procuramos saber, “por que a COAJQ priorizou mais a cria de galinha?”, que explica:

“Olha, a pena tudo é o roubo, é muito forte roubo de porcos, vacas, por isso acho que a COAJQ fez só criar as galinhas. Talvez se Estado funcionar com a justiça será possível criar outros animais. Na cria de galinha, a ameaça é da humidade na época de chuva. Mas temos limitação com acesso de ração que compramos em Senegal, roubo por falta de justiça. Posso te dizer isso, a nossa produção depende quase 90% do mercado senegalês isso também dificulta nosso trabalho” (Resp. de Pecuária, Canchungo, 2019).

Na descrição da COAJQ, apresentamos essa organização como aquela que propõe fortalecer o mercado local. Para isso perguntamos: “Como a COAJQ comercializa sua produção e quem são maior comprador de vossos produtos como frango?” “Nós temos um sistema aqui, produzimos aqui na unidade de produção, para abate e depois realizamos a entrega com nosso. Nossos clientes são bares, escolas, hotéis, as famílias moradoras de Canchungo”. (ENTREVISTADO MD, CANCHUNGO, 2019).

Perguntamos ao mesmo, igualmente: “A vossa produção contribui para melhoria da segurança alimentar e nutricional?” e tivemos essa resposta:

“Eu acho que melhora muito, porque quando uma pessoa encontra galinha, em vez de compra peixe que às vezes fica muito caro, comprar galinha para reduzir despesa de ferra, a maioria faz isso. Quando peixe fica difícil eles recorrem às galinhas como seu alimento. A nossa produção é procurada pela população por desconfiar de frango exportado que às vezes chegam com problemas. Nossos compradores são pobres e conseguem comprar assim como ricos compram” (Entrevistado MD, Canchungo, 2019).

Neste depoimento é perceptível o país vizinho, república de Senegal, influencia o mercado nacional, principalmente nos produtos agrícolas. Na outra pergunta feita, “A sua percepção, a COAJQ, mais tarde, a COAJQ será capaz de financiar suas próprias atividades como defende princípios de autofinanciamento?”, a resposta foi a seguinte:

“Eu acho que no momento que estamos já somos determinados a ir para frente, não vamos voltar atrás. Mais tarde nós mesmo vamos assumir toda despesa, a nossa dificuldade está na fábrica de ração que só existe em Senegal, por isso se tivermos a fábrica vamos mudar muitas coisas” (Entrevistado, M.D. Canchungo, 2019).

É sempre perceptível nos entrevistados uma certa condição da certeza de projeto COAJQ ser uma aspiração possível a consolidar com esforço de próprios membros. A intenção da cooperativa COAJQ busca melhorar a produção e comercialização de frangos para diversificação de dieta alimentar no mercado local. Isso se dá através da criação de espécies melhoradas de frangos por meio de cruzamento de variedade local com frangos de produção comercial. Nos jovens que trabalham na cooperativa é perceptível a determinação em fazer a organização chegar os seus objetivos. Uma determinação ancorada na liberdade,

como a condição e capacidade de criação de ações de eventos que visam recriar e definir novas utopias sobre as zonas rurais e a Guiné-Bissau no seu todo.

Para diretor executivo e formador dos jovens no quadro de projeto “*Nô fia na cria*”, criar é um ato de gestão de banco próprio, então quem tem um animal em casa significa que tem um banco, uma poupança.

E neste âmbito o banco é animal criado pela família:

“Para vermos a saúde animal. Como tratar animais no seu processo integral? O banco que temos em casa, banco de dinheiro é animal. Quem tem dez porcos em casa é o dinheiro que tem no banco, quem tem vinte cabras é o dinheiro que tem no banco, quem tem quarenta galinhas é o dinheiro que tem no banco”. (Depoimento de Formador de Jovens Criadores, Canchungo, 2019).

O projeto “*Nô Fia na Cria*” realça o papel da COAJQ no reforço da capacitação de famílias, mulheres na prática de cuidado e cria das galinhas e cabras. Além de incentivar familiar de Canchungo (nos bairros e nas tabancas) o hábito de retorno a criar ameaçada pela mortalidade e roubos, introdução de espécies melhorada de galinhas, reaproveitamento de ossos em alimento de galinha, tornou-se na veia de transmissão de conhecimento sobre prática de cuidado e de empreendedorismo no domínio de pecuária e aviária como atividade geradora de rendimento. Este serviu-se de mecanismo de combate à pobreza, fome precisamente a segurança alimentar e nutricional.

Figura 17: Agentes da cooperativa capacitação e vacinação de cabras de famílias beneficiários de projeto *Nô fia na cria*.



Fonte: Acervo da COAJQ, Canchungo 2019.

Como pode-se perceber, o depoimento acima citado traz uma outra concepção da noção de banco, da economia rural e solidária. Ele não é um banco que enalacrar as pessoas, não é um banco que cobra juros etc., mas, é até um banco que estima o próprio agricultor a continuar a lidar com a natureza. Neste sentido o animal ou a galinha até cria vínculo afetivo,

dá mais segurança para o produtor garantir por exemplo a escolaridade dos filhos, ter a garantia de alimento para a família e possivelmente poder comercializar no mercado comunitário de Canchungo: Cândiante³⁸.

Figura 18: Mulheres na produção de frango na Coajoq.



Fonte: Acervo da COAJQ, Canchungo, 2019.

O setor de abate, embalagem aberta e armazenamento ainda estão na busca de consolidação. A ilustração pode demonstrar que o setor ainda carece de materiais de trabalho, principalmente para segurança no próprio trabalhos das mulheres. Aqui, volto a realçar um outro olhar sobre a cozinha, o ponto que debatemos no capítulo anterior. É quase que convencional que a mulher ao longo de processo histórico foi e ainda é “confinada” a cozinha como o papel doméstico. Esta denúncia teve suporte de movimento feminista que consideram que a condição da emancipação da mulher e antes de mais retirá-la nos espaços que foi “confinada”.

Mas, o que tento apontar aqui, busca evidência que o que os movimento feminista precisa de um outro olhar considerável a partir de olhares interdisciplinar. Não num olhar disciplinar que percebe a única possibilidade de emancipação da mulher é levá-la a representação política. Esta talvez seria o desejo da mulher de classe. Mas, uma outra pauta das mulheres ao longo desta pesquisa, na zona rural é evidente. Nesta pauta, na COAJQ a mulheres mostram que a cozinha além de ser espaço de dominação das mulheres é também um potencial espaço de ampliação da sua liberdade (SEN, 2012): econômica, política cultural epistemológico e antológico.

³⁸ Cândiante é o dia da maior feira popular dos Mandjacos que passou a ser chamado na nossa atualidade de *lumo*. E este nome na língua e no calendário de mandjacos, de zona de Canchungo corresponde a um dia de semana na sua concepção.

Tudo isso por considerar a cozinha como campo interdisciplinar. Isto por cozinhar ser imaginação no mundo da física, químico, biológico. A nossa consideração aqui, não negar que o espaço que a mulher guineense ocupa não resulta da “dominação masculina”, mas contornar a percepção de retirar a mulher na cozinha e considerar também este espaço como o potencial de mulher levar o mundo ao domínio das mulheres.

Os frangos da Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (COAJQ), conhecido pelo seu projeto *PIU-PIU*: venda de frango. A *Nô fia na cria*³⁹, comercializa as galinhas criadas pela cooperativa. Este são vendidos na *cândante*⁴⁰/feira *garandi*⁴¹/*lumus*⁴². Estes são os consumidores ou clientes das lojas de produtos da COAJQ.

As famílias produtoras de galinha e parceiros da COAJQ não comercializam com a COAJQ. Ou seja, eles são responsáveis por definir seus espaços de comercialização, cliente e como reinvestir. Os trabalhadores na COAJQ demonstram que esta cooperativa construí espaço de oportunidade. Para eles não é espaço só de trabalho, mas de contínua formação, de solidariedade, afeto e reciprocidade. Não só como campo de relação fundada na burocracia objetivada competição. Assim, toda a relação de sentimento, moral religiosa e conversar sobre a vida individual e familiar fazem parte do cotidiano da COAJQ.

O que observamos na COAJQ, no setor de transformação de frutas, nos trabalhadores, que na maioria são mulheres, consideram que a COAJQ não é o lugar de trabalho só. Isto por perceber que, o conceito de trabalho numa concepção emergido na Europa, resultado de divisão internacional de trabalho, numa concepção capitalista, não consagra o que tem sido a relação de trabalho, dentro da cooperativa COAJQ, dentro e fora dela (com os camponeses). Primeiro, o prazer de fazer as coisas resulta de experiências pontuais, estranhas que, posteriormente nos tornam familiar, comum e, portanto, cultural. Assim, quer se mostrar que o prazer é o resultado de construções sociais, de campo, processo e periódicas.

A mulheres na cooperativa COAJQ, principalmente no setor de transformação de frutas, fazem deste espaço um campo de diálogo sobre vida. Elas discutam como montar a estratégia de trabalho, no mesmo dia e nos que virão, conversam sobre a vida de casais de relações amorosas, passam conselhos e chamam atenção às mais novas que estão juntas no

³⁹ Expressão da língua que significa vamos acreditar na cria.

⁴⁰ *Cândante* da língua *mandjaca*, significa o dia de mercado maior. Na nossa atualidade tornou-se mais usual a expressão da língua *crioula*: *feira garandi*.

⁴¹ *Feira garandi* é uma expressão na língua crioulo que significa o dia da feira popular.

⁴² *Lumu*, um modo comercial popular que concentra, na sua maioria, vendedores “informais”, ambulantes. Na pesquisa de Samba Tenem Camará, 2010, define *lumus* como mercado periódico. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/38680269.pdf>>. Acessado em: 2 de set. 2019.

processo de transformação, perguntam-se cada como tem sido a sua experiência em diversos sentidos e contexto. A rádio da própria cooperativa tem muita importância neste processo desenvolvimento rural nas comunidades, e isso foi demonstrado no capítulo anterior.

6.4. Bolanha: uma compreensão socioantropológica

A intenção desta seção é apresentar ao leitor a compreensão endógena, em Canchungo, sobre a bolanha, e fazer deste um mecanismo descortinador o significado e importância desse espaço na constituição da vida rural, etnia *mandjaca* em Canchungo. Para isso, desenvolvemos a definição da bolanha além da simples explicação técnica agrícola, que inclui a compreensão epistemológica cultural, endógena, não hegemônica e ocidental. O exercício da desobediência epistemológica a partir do Sul é o nosso suporte na construção de conhecimento como já sinalizado.

A noção de aderir um resgate dos saberes endógenos, em detrimento de conhecimento hegemônica ocidental funda-se no que os povos, considerados inferiores, tiveram negado agenciamento epistemológica, determinação política endógena pela justificação fundada no racismo acadêmico que, o conhecimento ocidental relega aos técnicos e homens de Estado. Assim, toda mudança crítica reflexiva, a partir das bases endógenas, não racistas, não epistemicide deve ser fundada na base de uma desobediência política e recriação de modos de interpretação do saber que, de certa forma, foram negadas a luz da ilusão moderna, capitalista para não dizer destrutiva. A opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento (MIGNOLO, 2008, p. 291).

Portanto, o “desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta” (MIGNOLO, 2008, p.291). Aqui, ganha sentido, no resgate de valores e saberes taxados de “tradicionais” associados ao atraso, e consequentemente a falta de civilidade. Assim, as expressões do pensamento descolonial, endógena está no exercício de escuta, aproximação, das ancestralidades e sobretudo a sensibilidade. O “pensamento endógena, descolonial”, transita nas diversas abordagens como respostas imediatas à invasão progressiva das nações imperiais europeias (Espanha, Portugal, Inglaterra, França, Holanda).

As opções descoloniais e o pensamento descolonial têm uma genealogia de pensamento que não é fundamentada no grego e no latim (MIGNOLO, 2008, p.300). Mas estes resistem no fundo das sabedorias dos povos taxados como “atrasado” pela manifestação

da filosofia de vida como do povo, Mandjaco, Balanta, Mandinga, Mancanha, Felupes, Pepel e demais povos nas suas línguas e memórias.

A pesquisa de Rui Ribeiro, publicado em artigo, intitulado por “*Barragens em bolanhas de água salgada*” dedicou o seu labor científico a definir a bolanha e as suas características. Bolanhas para ele é conjunto de terras de tarrafe (mangais), conquistada a maré, através de uma barragem e de um dique ou ourique de cintura cultivada por proprietários pertencentes a uma mesma tabanca, ou diferentes tabancas (RIBEIRO, 1987, p. 41). Explica este autor que existe dois tipos da bolanha: a tradicional e a moderna. A primeira para ele baseia o seu método de conquista na energia humana, caracterizado por uso da força muscular na construção da barragem a estacaria. A barragem, “*ourique*”, na bolanha tem a função de isolar maré dos rios da água salgada da bolanha.

A segunda consideração está atrelada ao moderna, é aquele método de conquista utilizada que tem por base o motor, como aparelho de tração (RIBEIRO, 1987, p.41). Nesta definição de bolanha compreendida em moderna e tradicional, na concepção de Ribeiro (1987), expressa caráter reducionista do que possa ser bolanha para os povos de Canchungo, tabancas de Babock⁴³. A definição de Ribeira é reducionista porque o elemento diferenciador de tipos de bolanha, da sua concepção, está nos materiais que agricultores, camponeses destes espaços utilizam. Portanto, repensar uma outra definição sobre a bolanha pode ser um exercício de chegar a uma possível compreensão mais aproximada sobre este tipo de terreno agrícola.

Para uma definição mais técnica, a bolanhas, a partir da concepção de Carlos Cardoso e Carlos Rui Ribeiro (1987), no seu artigo pública em janeiro de 1987, na revista de estudos guineense Soronda, em que discutem a noção de bolanha e suas características no povo papel e mandjacos, em consideração, as bolanhas de Táme, Cadjugute em Canchungo e a bolanha de Picle, na região de Biombo. Para estes autores, guineenses, na Guiné-Bissau existe dois tipos de terreno utilizado na prática de orizicultura, respectivamente: as planícies, de onde se pratica a orizicultura de sequeiro, por meio da técnica de cultura itinerante. A segunda são as planícies aluviais, onde se pratica a técnica de cultura intensiva (CARDOSO; RIBEIRO, 1987, p. 17).

Uma caracterização diferente que tem Ribeiro (1987) apresentado na sua definição da bolanha em moderna e tradicional. Como surge uma bolanha?

⁴³ É conjunto de tabancas que estão dentro da cidade de Canchungo, como Reino Utcheá Côr, Carocan, Babanda, Ucunhe, Bucul, Petabe, Biniche, Canou, Bará, Badjope, Pindingulo. Geralmente, por uma concepção de divisão de Mandjaco, todos aqueles que residem dentro destas tabancas são chamados de Baruch ou Babock.

Para Cardoso e Ribeiro (1987), o surgimento da bolanha tem relação com a reação das marés. Explicam que, manifesta em duas razões: primeiro é que a influência das marés condiciona o surgimento do mangal, que fixa as aluviões arrastados pelas chuvas, provocando assim o enriquecimento de solo, pela formação de uma espessa camada do lodo (barro). O segundo, é pelo fato de fornecer comodamente a diferença de nível precisa para operação de purga da bolanha, ou seja, a extração da água nas bolanhas.

Com base nestas características, Cardoso e Ribeiro (1987) definem a bolanha como os conjuntos de terra que podem ser classificados em planícies várzeas ou aluviara, que são áreas onde se ocorre forte acúmulo de sedimentos, atraírem as sociedades humanas através da sua fertilidade, alongada a partir das margens de um rio. As bolanha são ricas em materiais orgânicos natural, coloração preta, derivada de restos de vegetais que crescem em áreas inundadas. Geralmente, em Canchungo, as tabancas têm a tendência de serem localizadas nos arredores das bolanhas e ou rios.

Para com a finalidade de aproveitamento da inclinação natural destes terrenos, os camponeses edificam as barragens ou “*ourique*”, que impedem a entrada da água salgada na preia-mar os *ouriques* tem papel de “definir as bolanhas da ação das marés, normalmente, a forma triangular com cerca de dois a três metros de base (CARDOSO e RIBEIRO, 1987, p.18). A edificação de ouriques e cordas dentro de uma bolanha resulta de trabalho coletivo da comunidade à dessalinização e ao mesmo tempo, as aluviões trazidas, pelas chuvas, depositam-se nela, enriquecendo-o todos os anos e permitindo assim uma cultura intensiva do arroz, tubérculos e hortaliças.

Os elementos caraterísticos de uma bolanha são duas: primeiro a ourique ou dique de cintura, tem a função de impedir a entrada da água salgada que vem através das marés salgada do rio para interior da bolanha. Segundo, são as cordas, percebidas como divisões delimitadoras de espaço de cada proprietário familiar agricultor (CARDOSO; RIBEIRO, 1987, p.41). Aqui, é compreensível o debate do Cardoso e Ribeiro, por reduzir a noção e significado da bolanha a partir da sua caraterísticas física e técnica, e não considera estes tipos de terra como campo da espiritualidade, da religião, culto aos ancestrais e de ritos de passagens.

Porque a noção de ser para eles está envolta a modos de produção e não a própria noção que os povos, nesse caso *mandjacos*, possam ter sobre bolanha. Porque não é, somente, o uso de trator (uma máquina moderna) e um arado de madeira (utensílio de lavoura) que determina o sentido do que possa ser um terreno e suas memórias, como a bolanha, a não ser

que essa definição tenha o objetivo tecnicista. O exercício de redefinir a bolanha e mais conceitos aqui, está numa tentativa da desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008), necessária, nos estudos e pesquisas sobre a realidade africana “pós-independente”.

A corda que pode ser compreendido como ourique, não só serve para determinar o limite de espaço agrícola de cada *djorsons*⁴⁴, família, mas ele tem a função de regular a quantidade de entrada e saída da água, desde os primeiros momentos da época da chuva até o fim. Geralmente no primeiro momento, as cordas ou ourique possuem pequenos canais de escape de água. E é nele que o produtor regula a quantidade da água necessário em cada etapa do seu trabalho, de crescimento da plantação de arroz, o tipo de semente a plantar. A sua medida é aleatório. Ou seja, não existe a medida padrão de cada ourique em todas as bolanhas. Cada camponês determina a área “necessário”⁴⁵. As ouriques são também espaços em que o agricultor transita e tem a capacidade de determinar a expansão de tipos de espécies de erva, pragas.

Nessa pesquisa, nos é imperativo redefinir a bolanha a partir de percepção sociocultural e agrícola. Este por perceber que a agricultura é antes de tudo a cultura, e não existe este sem a sociedade. Para tanto, a agricultura não se resume à obtenção de bens de consumo. Ou seja, a definição de Ribeiro sobre bolanha está centralizada na compreensão do que pode ser esse espaço na ótica de um técnico agrônomo. Nesse caso, não contempla a concepção epistemológica, cultural tradicional de povos locais. Assim, a definição da bolanha exige acima de tudo, compreender a noção dada a esses espaços pelos povos utentes na região ou local.

A questão endógena tem sentido aqui quando o objeto em discussão ganhou a sua primeira noção com os sujeitos que ali interagem e usam desses meios para suas finalidades. Um uso que abrange diversos sentidos, sendo a bolanha um espaço de práticas: agrícola, cultural, religiosa. Além do próprio espaço servir de produção agrícola, ele também é o campo de manifestação cultural (quando é usado como terreno de encontro de jovens de duas ou mais tabancas) e espaço de reserva de água doce e de culto aos irãs.

⁴⁴ Palavra na língua crioula que significa conjunto de famílias da mesma árvore genealógica.

⁴⁵ A maioria das bolanhas dos mandjacos em Canchungo resulta da conquista de terra com a luta pela posse dos seus ancestrais de *djorson* e depois dividida pelas “morança” que podemos chamar de família. Uma outra natureza de posse de terra nesta zona é ser cedido o espaço pelo poder tradicional. Geralmente os espaços de bolanhas dadas pelo poder tradicional – régulo, é pago, ora por três em três colheitas uma certa quantidade de arroz, numa medida que se chama na língua local *p'chá uhit*. Mais tarde, até nos últimos momentos da vida do régulo Nampa Côr, pai do atual primeiro ministro (Aristides Gomes) as famílias que explorava as terras do régulo pagava por cabeça de gado em vez de arroz.

A bolanha expressa o sentido da fortaleza de um *djorson*⁴⁶, de um reino e/ou outra *djorson* que já tem passado no poder ou que tem um significativo papel no poder da tabanca. E ainda por pertencer à tabanca em que a bolanha está localizada.

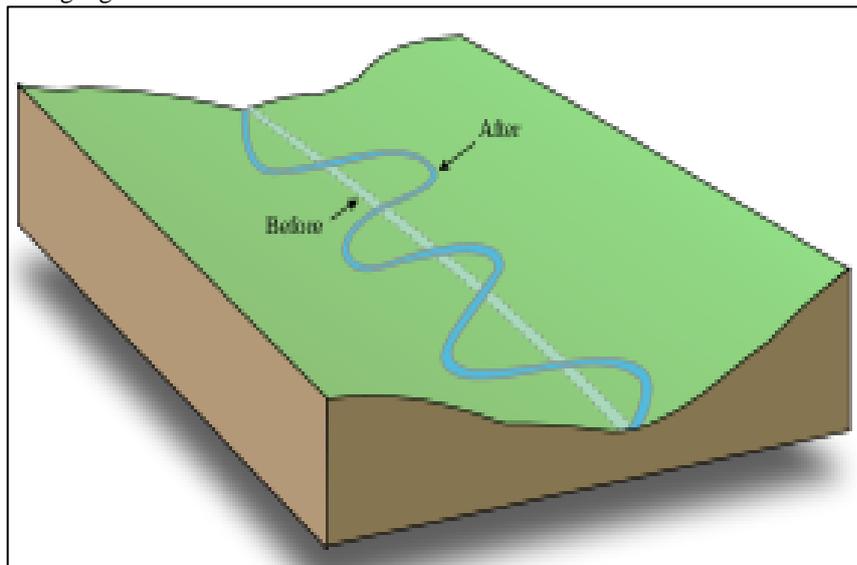
Figura 19: Trator da COAJQ atravessando dique ou corda na bolanha.



Fonte: Farã Vaz, Canchungo, 20 de maio de 2019.

Trator da COAJQ alugado para preparar a terra para época da chuva, na bolanha de Reino Utea Côr. A figura abaixo ilustra a forma geográfica de uma bolanha. Geralmente o canal no centro bolanha liga a terra e o rio que reflete própria bolanha. Na ilustração que se segue tentamos demonstrar como é o plano geográfico de uma bolanha. Como se pode perceber, o escorrer da água na terra para o fundo da bolanha e ao mar ou rio.

Figura 20: Estrutura geográfica de uma bolanha.



Fonte: Eduardo Marculino, fev. de 2009.

⁴⁶ Djorson na etnia mandjaca chamada de p'buca que quer dizer irmandade daqueles que pertencem a mesma árvore genealógica e constituída por diferentes famílias.

A concepção de *mandjaco* de uma bolanha está caracterizado em: Carapat, terreno que fica nos arredores da bolanha, que serve como espaço de alimentação de gados, cabras e onde são produzidos arroz e tubérculos com menor proporção ou, quando há muita chuva, estas zonas são aproveitadas para plantação. Esse tipo da terra é caracteriza pelas *incãñ*, *carapat*, *b'leck*, *caladjasz*⁴⁷. No seu sentido cultural e religioso, a bolanha também é uma terra que preserva a memória de cada tabanca, djorson, família e até homens e mulheres no sentido individual. Portanto, todo espaço adquirido em uma bolanha primeiro resultado de luta e conquista das famílias ancestrais de cada djorson – *p'buca* e ou adquirido por meio de contrato com o régulo de tabanca.

Nas bolanhas, estão também as/os irãs como guardiões de todas as atividades produtivas dos camponeses. E é nela que os irãs, camponeses que combatem tipos de pragas, pedem maior presença de águias que dão medo aos pássaros que invadem arroz no período de quase a colheita e colheita, pede a chuva sem maiores ameaças de relâmpagos.

O conceito *djorson* está “vinculado” ao sentido de sobrenomes, isto se formos fazer uma explicação comparativa com a concepção ocidental. No contexto endógeno nos povos *mandjacos* *djorson* é chamado de *p'buca*. Nesta condição, o sentido literal que podemos traduzir é aqueles que são irmãos, do mesmo tronco, sentido da irmandade. Então aqui, *djorsons* é igual a *p'buca*. Neste sentido *djorson* é percebido como conjunto de famílias. Considerando a família como agregação de pai, mãe, filho e avós, tias etc., germinada dentro de outras famílias na etnia mandjaca. Portanto, a noção *djorsons* – *p'buca* é diferente a tabanca que vou definir no próximo parágrafo a seguir. A noção de djorson é diferente de tabanca e maior o sentido de família de ocidente hegemonizado nos povos colonizados, os chamados os povos do Sul. A concepção de Mandjaco não existe a noção de família reduzida a pai, mãe e filhos/as.

⁴⁷ A *Incañ* fica na *carapat* geralmente são espaços de produção independente das mulheres de culto dos irãs e a ancestralidade. *B'leck* são espaços que estão no centro de uma bolanha, dívidas por houriques, dedicada principalmente para produção de arroz (maiores vezes nas épocas da chuva: mês de maio a outubro) e mais tarde tubérculos e hortaliças (na época da seca: mês de novembro a abril). Este pode ser compreendido como espaço de maior reserva de água doce. *B'rick* no contexto da produção de arroz pode ser entendido como espaço agrícola de arroz de água salgada, na língua *mandjaca* é *cadjar b'rick*. Este por ter maior proximidade com o rio de água salgada. Se for de forma simples de comunicação *b'rick* carrega a noção de rio. A *caladjaz* geralmente é um espaço dominado pela água salgada, em que se explora palha para cobertura de casas, alimentam os gados e é cultivada mais pelas mulheres nas suas produções independentes de arroz.

Uma tabanca não é formada por conjunto de famílias, porque a noção deste não existe na concepção africana *mandjaca*. Em primeiro lugar o que existe é a noção de *djorson*, *kaích*. Este último pode ser definido como as pessoas que possuem laços parentesco materno.

Geralmente, as pessoas de mesma *kaitch* e *p'buca* (*djorson*) não se casam. Mas, hoje, na nossa atualidade, o sentido disso está na noção de “sangue” e já começa a se perder e as pessoas se casarem. O que percebo como a entropia das relações endógenas africanos em detrimento das aceleradas ocidentalizações das civilizações africanas. Devido a predominância do sentido da família que é forjado no contexto da Guiné-Bissau, com marco nos períodos da colonização.

Uma das violências que ainda é a mais patente é a mudança de nome e sobrenome. Essa prática colonial faz quase ser negado todos os sobrenomes endógenos de povos, neste caso Mandjaco, os mais predominantes no setor de Canchungo e nas tabancas da zona Babock. Mas também a incapacidade de Estado guineense em repensar a reconstrução das identidades locais de povos em detrimento a aderência a uma civilização europeia- português acelerou o isolamento e desconhecimento de *djorsons* e verdadeiros sobrenomes nas zonas rurais, principalmente da população urbanas de todos antigos sobrenomes.

Ou seja, a política da ocidentalização dos valores africanos fez paulatinamente começar a perder todos valores, memórias e identidades de povos colonizado como caso de mandjacos em Canchungo. No exercício de recuperação de sobrenomes de pessoas, da zona de Babock organizei de uma forma aleatória os sobrenomes dos mandjacos desta zona. Em caso de interesse de Estado em elaborar políticas públicas capaz de possibilitar o resgate destas identidades e memórias. E no contexto de Canchungo *djorons* faz sentido principalmente quando se propõem compreender o uso da bolanha, divisão de desta por cada família.

A compreensão sociocultural da bolanha pode ser a possibilidade de realizar estudo antropológico de entender a agricultura além de prática de produção de alimento ou modo de organização social. É com base nessa percepção e com interesse com os entrevistados e observações que sempre emerge os sobrenomes acima mencionados na lista. A compreensão sociocultural da bolanha pode ser a possibilidade de realizar estudo antropológico de entender a agricultura além de prática de produção de alimento ou modo de organização social. É com base nessa percepção e com interesse com os entrevistados e observações que sempre emerge os sobrenomes posto no da lista de apêndice no final de trabalho.

CONSIDERAÇÕES

Considerando que o desenvolvimento como um processo de liberdade de criação de microações estruturantes da sociedade, não uma importação e nem tão pouco uma extração e ou neoliberalismos individual do domínio de mercado projetada ao fazer crescer PIB e minoria rica, que exclui todo o dinamismo da noção de construção de bem coletivo – *Ubuntu*, de *mandjuandade* e da família considerado aqui, *ujamaa*, vimos nos depoimento que a influência da cooperativa de jovens quadros na região de Cacheu assumiu papel determinante de emancipação socioeconômico das comunidade principalmente os jovens e as lideranças comunitárias que conta com a COAJO como parceiro confiável.

O pensamento que interpreta a juventude africana e, principalmente guineense, como aquele que não acreditam no possível desenvolvimento e, portanto, resignado na condição de que esta sociedade os condiciona viver, no contexto de Canchungo, não nos parece significante e não diz nada sobre essa sociedade. Mas, talvez o descrédito da juventude estaria sobre as instituições pública como campo de produção de crise social e expressivamente acabam de ser determinante de problemas como insegurança alimentar e nutricional, desemprego dos jovens, êxodo rural e avanço de prática de insustentabilidade ambiental. A proliferação de organização da sociedade civil que hoje percebemos como geradores de projetos sociais e também da saturação, por mais que sejam expressão da busca de consolidação da democracia necessita de uma certa regulação em conjugar de forma planejada os seus projetos de intervenção no combate à pobreza.

A política de desenvolvimento socioemancipatória tem pela exigência amplo envolvimento das tabancas, suas associações como mecanismo de exercitar a sensibilidade de ouvir o que o outro tem a dizer sobre, talvez seu próprio problema como desemprego, fome, êxodo rural, crises política, fome, insegurança alimentar. Ou seja, a política de desenvolvimento da Guiné-Bissau deve antes de mais passar pelos engenhosos desafios de

uma democracia com base na participação social. Este tem sido a expressão de cooperativismo como movimento e doutrina e também as mandjuandadis também considera estes princípios de participação social na gestão e ou na criação e aplicação de programa de desenvolvimento social. Para uma alternativa da sufocando expansão de mercado capitalista na produção de desigualdade, insegurança alimentar. Nesta pesquisa foi possível entender que o processo de desenvolvimento exige antes de mais, emancipação social dos sujeitos do processo, e não importação ao pé da letra de pacotes receituários de organizações e ideias ora estranha a realidade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Manuela; FERNANDES, Ana Paula. **Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Instituto Marquês de Valle Flor, Lisboa, 2005.

AGÊNCIA REGULADOR NACIONAL. **Rádio Difusão nacional**. – ARN; Bissau, 2019. Disponível: <<https://arn.gw/radiodifusão/>> Acessado em: 19 de nov. de 2019.

ALMEIDA, Alcione. Desenvolvimento e mononatureza: o caso de Prosavana em Moçambique / Jalceone Almeida e Ângela Camana (URGS), **Revista de UFRGS**, Porto Alegre, 2019. Disponível em: http://www.ufrgs.br/temas/artigos/2018_ANGELA_desenvolvimento.pdf. Acessado em 18 de novembro de 2019.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**/ Moema Parente Augel. – Rio de Janeiro: 2012.

AGUIAR, Cristina S.; REIS, Carlos N. dos. As origens do cooperativismo e contraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho. Cristina Silveira Aguiar e Carlos Nelson dos Reis, **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, 2002.

AVENA, Yvan. Da experiência cooperativista na Guiné-Bissau / Yvan Avena, - **Revista de Estudos Guineense - Soronda**, nº 05, Bissau: janeiro de 1988.

ARNDT, Corinna. A política das emissoras públicas na África / Corinna Arnd. - **Oxford Politic Research Encyclopedia of Politics**. Recuperado em 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-816>> Acessado em: 19 de nov. 2019.

BARROS, Miguel; SAMBÚ, Midana; SILVA, Racinela. **A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspectivas**. 1ª Edição UEPAANE: Bissau, 2014.

BARROS, Miguel de; CAMARÁ, Fátima Tchumá. Rádios comunitárias e processos de recriação da cidadania ativa na Guiné-Bissau: sentidos de pertença, direito à voz e

apropriação do espaço In: **Media Freedom and Right to Information in Africa** [en ligne]. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais, 2015 (généré le 12 décembre 2019). Disponible sur Internet: <<http://books.openedition.org/cei/162>>. Acessado em: 10 de out. 2019.

BARROS, Miguel. Análise da Cobertura dos Mídia sobre Questões dos Direitos Humanos: O Caso da Guiné-Bissau / Miguel de Barros. – CORDESRIA, 2011. - Disponível: <https://www.codesria.org/general.assembly/IMG/pdf/Miguel_De_Barros.pdf> Acessado em: 15 de out. de 2019.

BAUMAN, Zygmunt, 1925. **Modernidade líquida**; tradução, Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BERNARDO, Edgar Manuel et al. Extrativismo em Moçambique: construindo outros diálogos. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 38, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/43474>>. Acessado em: 15 de fev. 2019.

BRUNDTLAND, G.H. **Nosso futuro comum**. 2. ed., Rio de Janeiro: FGV, 1991. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues#scribd>>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

BOUDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Ed. Brasília, 1989.

CABRAL, Amílcar Lopes. **Uma arma de teoria**. Seara Nova, 1976.

CABRAL, Amílcar Lopes. **A agricultura da Guiné**. Algumas notas sobre as suas características e problemas fundamentais. AGROS. Número Especial dedicado ao Ultramar, Ano 42, p. 335-350, N° 4, 1959.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional**: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994) / Artemisa Odila Candé Monteiro. – Salvador, 2013.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna / José Jorge de Carvalho. In. – **Horizonte Antropológico**, n° 15, Porto Alegre, 2001.

CAMARÁ, Samba Tenem. **Lumo–Estatuto, funcionamento e organização dos Mercados Periódicos na Guiné-Bissau: estudo de caso no lumo de Mafanco**. 2011. Tese de Doutorado.

CARDOSO, Carlos; RIBEIRO, Carlos Rui. Considerações sobre as estruturas socioeconômicas das sociedades agrárias e a sua evolução histórica – um estudo de caso/ Carlos Cardoso e Carlos Rui Ribeiro. In. **Revista de Estudos Guineenses- Soronda**, v. 03, janeiro de 1987.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Refletindo sobre acumulação, porosidade e industrialização em contexto de economia extrativa. In. - Carlos Nuno Castel-Branco. **Desafios para Moçambique**, p. 81-124, 2013.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Refletindo sobre acumulação, porosidade e industrialização em contexto de economia extrativa. In. - Carlos Nuno Castel-Branco. **Desafios para Moçambique**, p. 81-124, 2013.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica** / Amado Luiz Acervo, Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva. – 6. Ed. – São Paulo: Pearson Hall, 2007.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto / John W. Creswell; tradução Magdan Lopes; consultoria, supervisor e revisão técnica Derceu da Silva. – 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

CONTERAS, Jesus. **Alimentação, sociedade e cultura**/ Jesus Conteras e Mabel Gracia; tradução de Mayra Fonseca e Barbara AtieGuidalli. – Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.
COAJQ. Modos de fazer vulgarização, Canchungo, 2009. Disponível em:
<<https://www.yumpu.com/pt/document/view/13023149/a-coajq-modos-de-fazer-vulgarizacao> acessado em: 19 de set. de 2018.

CONSTITUIÇÃO DA GUINÉ-BISSAU. Disponível em:
<<http://www.anpguinebissau.org/leis/constituicao/constituicaoquine.pdf/view>> Acessado em: 16 de abr. de 2018.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE JOVENS QUADROS (COAJQ), 2000.
Disponível em: < <http://coajq.org/conteudos.aspx?id=417>> Acessado em: 12 de Abr. 2017.

COSTANTINI, Gianfrancesco; UMBAR, Roque; EMBALÓ, Haua Ewa. **Mapeamento da Sociedade civil da Guiné-Bissau**: relatório final/ Ed. EU e ibf. Bissau, 2018.

CHANAIWA, David. KODJO, Edem. Pan-africanismo e libertação / Edem Kodjo e David Chanaiwa. In. - **História Geral da África**. VIII: África desde 1935 / editora por Ali A. Mazrui e Chisttophe Wondji. – Brasília: Unesco, 2010.

CHENNTOUF, Tayeb. O chifre da África e a África setentrional / Tayeb Chenntouf. In. - In. - **História Geral da África**. VIII: África desde 1935 / editora por Ali A. Mazrui e Chisttophe Wondji. – Brasília: Unesco, 2010.

DA CRUZ, Maria do Carmo Rebouças; DOS SANTOS, Ferreira. A Recolonização de Guiné-Bissau por Meio das Representações Negativas Realizadas pelos Organismos Internacionais de Desenvolvimento: de “Estado Frágil” a “Narco-Estado”. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 47, p. 156-178, 2019.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. – 1. ed. – 7 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

DENARP. GUINÉ-BISSAU: Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP), Bissau, 2004. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp.pdf>>. Acessado em: 12 de junho de 2017.

DOMINGUES, Maria M. A. Borges. **Estratégias femininas entre as Bideiras de Bissau**/. [TESE DE DOUTORAMENTO EM ANTROPOLOGIA], Universidade Nova de Lisboa, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**; tradução Paulo Neves; revisão da tradução Eduardo Nrandão. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

ENGLUND, H. (2019, March 26). Radio as a Political Medium in Africa / Harri Englund. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. Retrieved 20 nov. 2019. Disponível em:

<<https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-814>>. Acessado em: 19 de nov. 2019.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. 2 eds. Porto: Paisagem, 1975.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. *Ideação*, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes / Uwe Flick; tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Penso, 2013.

FORREST, Joshua B. **Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau**. [Ohio]: Ohio University Press, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 1989.

GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, M. Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Guiné-Bissau 1994-2006**. Recife: UFPE, 2010.

GOMES, Peti Mama. **Mulheres em Associação na Guiné-Bissau**: gênero e poder em Babock e Bontche / Peti Mama Gomes. - Redenção, 2019.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República da Guiné-Bissau**. Bissau, 1996. Disponível: <https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf>. Acessado em: 19 de nov. de 2019.

GUINÉ-BISSAU: Código Civil e Legislação Complementar. - FACULDADE DE DIREITO DE BISSAU, Centro de Estudos e Apoio às Reformas Legislativas, Lisboa, 2006. Disponível em: <<https://www.globalintegrity.org/wp-content/uploads/2016/10/GB-Codigo-Civil-e-legislacao-Complementar.pdf>> Acessado em: 16 de abr. de 2018.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o Capital no Século XXI** / David Harley. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOUNTONDJI, J. Paulin. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre o Estado Africanos / J. Paulin Hountondji. – Revista crítica de ciências sociais Nº 80, março de 2008, p. 149 a 160

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Guiné-Bissau. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/>> Acessado em: 04 de jan. de 2019.

IMVF, INSTITUTO MARQUÊS VALLE FLÔR. **Relatório de Projeto Nô fia na Cria**. Disponível em: <<https://www.imvf.org/2018/12/05/piu-piu-awara-a-empresa-avicola-que-nasceu-do-projeto-no-fia-na-crias/>>. Acessado em: 21 ago. 2019.

INSTITUTO MARQUÊS VALLE FLÔR. **Análise Institucional das Organizações da Sociedade Civil na Guiné-Bissau**: Projeto No Na Tisi No Futuro, IMVF, Lisboa, 2008.

PINTO, João N. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura Roma, 2013.

LEFF, Erique. **Saber ambiental: sua sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**/EriqueLeff; tradução de Lúcia Mathilde Edlich Orth. 11{ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau**, LGDH. Bissau, 2007. Disponível em: <<http://www.lgdh.org/>>. Acessado em: 12 de jun. de 2019.

LOPES, António Soares. **Os médias na Guiné-Bissau** / António Soares Lopes (Tony Tcheka). 1ª Ed. Bissau, 2015. Disponível em: <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2017/12/mediaguinebissau_net.pdf> Acessado em: 12 de novembro de 2019.

LOPES, Carlos. **Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau** /Carlos Lopes. Ed. INEP, Bissau, 1988

LOPES, Catarina. Participação das populações locais no desenvolvimento da educação – caso de estudo: escolas comunitárias da região de Bafatá / Catarina Lopes, [Dissertação de mestrado]. Guiné-Bissau 2004-2006. Disponível em: <http://publikationen.uni-frankfurt.de/frontdoor/index/index/docId/21249> Acessado em: 02 de Fev. de 2019.

KEMER, Thaíse. **A comissão para a construção da paz na Guiné-Bissau: a busca da paz implica a promoção do desenvolvimento?** Disponível: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2016/11/Workshop-Nepri-Thai%CC%81se.pdf>>Acessado em: 12 de Fev. 2019.

MADR. PLANO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA REGIONAL DE QUINARA 2017 – 2021/Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, Bissau, 2017. DISPONÍVEL: <<http://ressan-gb.gw/index.php/documentos/4-2017-02-20-pdar-quinara-vf/file>> Acessado em: 19 de janeiro de 2019.

MAGALHÃES, A. C. Moreira; MOTTA, Ana Beatriz Passos. **A construção do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/22847/a-construcao-do-desenvolvimento-sustentavel/2>>> Acessado em: 26 ago. 2015.

MACAMO, Elísio. Aquino de Bragança, estudos africanos e Interdisciplinaridade / Elísio Macamo. In. - **Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e Políticas**. Terese Cru e Silva, João Paulo Borges Coelho, Amélia Neves de Souto (Org.). Cordesria, 2012.

MALOMALO, Bas´Ilele. Estudos africanos ou novos estudos africanos: um campo em processo de consolidação desde diáspora africana no Brasil / Bas´Ilele Malomalo - **Capoeira – Revista de Humanidades e Letras**, Vol.3, Nº. 2, SALVADOR, 2017.

MALOMALO, Bas´Ilele. **Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para população negra (1995-2009)**: volume 1. [recurso eletrônico] / Bas´Ilele Malomalo -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017a.

MALOMALO, BasÍlele. **Repensar o multiculturalismo e desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa para população negra (1995-2009)**; volume 2. / BasÍlele Malomalo—Porto Alegre, RS: editora Fi, 2017b.

MALOMALO, BasÍlele. Estudos africanos ou novos estudos africanos: um campo em processo de consolidação desde de diáspora africana no Brasil / BasÍlele Malomalo - **Capoeira – Revista de Humanidades e Letras**, Vol.3, Nº. 2, SALVADOR, 2017.

MARANHÃO, C zar Henrique; MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimento e constru o de hegemonia**: crescimento e reprodu o da desigualdade (Org.). São Paulo: Cortez, 2012. Disponível: <http://literaturamarxista.wordpress.com/.../desenvolvimnto-e-constru>. Acessado em: 21 nov. 2014.

MARX, K. 1991. **A questão judaica**. 2^a ed. São Paulo, Moraes, 1989. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/marx_questao_judaica.pdf> Acessado em: 13 de jun. 2019.

MAZRUI, Ali A. “Procurai primeiramente o reino político...” / Ali A. Mazrui. In. - - **História Geral da África**. VIII: África desde 1935 / editora por Ali A. Mazrui e Chisttophe Wondji. – Brasília: Unesco, 2010.

MBEMBE, Achille. A Crítica da Razão Negra. **Portugal: Antígona**, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exce o, política da morte. Trad: Renata Santini. São Paulo: n-1 edi oes, 2018.

M’BOKOLO, Elikia. A África Equatorial do Oeste / Elikia M’Bokolo. In. - **História Geral da África**. VIII: África desde 1935 / editora por Ali A. Mazrui e Chisttophe Wondji. – Brasília: Unesco, 2010.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **As políticas externas brasileiras e chinesas para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

MCALLISTER, Ian. Candidatos e escolha de Vota o - **Oxford Politic Research**, 2016. Disponível em:<<https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-73?rkey=eoSSBf&result=5#acrefore-9780190228637-e-73-div1-4>> Acessado em: 12 de nov. 2019.

MEDEIROS, Monique; ALMEIDA, Jalcione. Insustentável Sustentabilidade do Desenvolvimento? **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 13, n. 1, p. 107-114, 2010.

MELO, R rion. Teoria crítica e os sentidos da emancipa o. **Caderno CRH**, v. 24, n. 62, p. 249-262, 2011.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 5-10, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Socialismo ou Barbárie?** trad. bras. São Paulo, Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transi o; tradu o Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2012.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Literatura, língua e identidade**, v. 34, p. 287-324, 2008.

MINISTERIO DE AGRICULTURA E DAS PESCAS. Agricultura familiar guineense. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=agricultura+em+Guin%C3%A9-Bissau&aq=chrome.0.69i59j0.10370j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acessado em: 02 de Jun. 2017.

MOITA, Filomena Maria G. S. C.; ANDRADE; César Bezerra de Andrade. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação / Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro Moita e Fernando César Bezerra de Andrade. **Revista Brasileira de Educação** v.14 n.14, Rio de Janeiro, 2009.

MOREIRA, J. Rádios comunitárias instrumentos da afirmação da cidadania, comunicação apresentada no âmbito do *1º Encontro das Rádios Comunitárias da CPLP*, “*Ondas da Cidadania*”, 16 a 19 de março. Bissau: ACEP, AD & RENARC, 2006.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência** / Edgar Morin; tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. - Ed. revista e modificada pelo autor - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde (Portugal), Luanda: Ed. Pedagogo; Ed. Mulemba, 2013.

OLIVEIRA, Jurema J. de. **O nascimento de um discurso emancipatório dentro e fora de África no século XX** / Jurema José de Oliveira. (s.d.).

OWUSU, Maxwell K. Rumo a uma crítica africana da etnografia africana: a utilidade do inútil / Maxwell K. In. **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas** / Helen Lauer, Kofi Anyidoho (organizadores). – Brasília: FUNAG, 2016.

PAULA, Patrícia Filipa da Mota - Rádios comunitárias: em prol da comunicação para o desenvolvimento perspectiva comparada: Guiné-Bissau e Moçambique [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2012. Tese de doutoramento. [Consult. Dia Mês Ano] Disponível em: <[www:http://hdl.handle.net/10071/5517](http://hdl.handle.net/10071/5517)> Acessado em: 20 de dez. de 2019.

PIMENTA, Carlos. **Interdisciplinaridade nas ciências sociais: Manual** / Carlos Pimenta, ed. Ed. Humus, Ribeirão, 2013.

PINTO, João N. Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP Diagnóstico de Base / João N. Pinto Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma: 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3348o.pdf>>. Acessado em: 5 de nov. de 2019.

PORTELA, Valdinei Furtano. **A evolução do pensamento**: do conceito de desenvolvimento a desenvolvimento sustentável. São Paulo 2012.

PROGRAMA VOZ DE PAZ. **Infraestrutura local para a paz na Guiné-Bissau**: A contribuição dos Espaços Regionais de Diálogo para a Construção da Paz Disponível em: <https://www.interpeace.org/wp-content/uploads/2015/11/2015_11_25_Infra-estrutura_Local_para_Paz_Guin%C3%A9-Bissau.pdf>. Acessado em: 12 de julho, 2019.

PUREZA, José Manuel. As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia. **Carta Internacional**, v. 7, n. 1, p. 3-19, 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: – **Epistemologia do Sul** (Org.) Boaventura de Souza Santos, Maria Paula Meneses. – 2ª ed. (CES: conhecimento e Instituições), Coimbra, 2010.

RAMOSE, M. B. Sobre a Legitimidade e o Estudo da filosofia africana/ Mogobe Ramose. In. – **Revista Ensaios Filosóficos**, V. IV - outubro/2011.

RIBEIRO, Paulo Silvino. "Durkheim e o Fato Social"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/durkheim-fato-social.htm>. Acesso em 27 de novembro de 2019.

RIBEIRO, Kleber Ávila; NASCIMENTO, D. C.; DA SILVA, J. F. B. A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI-Petrolina/PE. **Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo**, v. 2, 2012.

RIBEIRO, Rui. Barragens em bolanhas de água salgada – **Revista de Estudos Guineenses Soronda**, Bissau, 1987.

RIOS, Gilvanda Sá. **O que é cooperativismo** / Gilvanda Sá Leitão Rios. 1ª coleção primários 189 passos. Editora Brasiliense, 2007.

ROSA, Marcelo. Espectros de Mamdani: desafios de uma sociologia da vida política rural na África do Sul contemporânea. **Estudos de Sociologia**, 2009.

SALLES, Virginia Ostroski; MATOS, Eloiza Aparecida Silva Ávila de. A Teoria da Complexidade de Edgar Morin e o Ensino de Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia. Ponta Grossa**, v. 10, n. 1, p. 1-12, 2017.

SANGREMAN, Carlos. **A política económica e social na Guiné-Bissau-1974–2016**. 2016. Disponível em: < <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/12597/1/WP146.pdf> > Acessado em: 8 de Ago. de 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 757-776.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Subjetividade, cidadania e emancipação / Boaventura de Sousa Santos. In. - **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**/ Boaventura de Souza Santos. - 7 ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática** – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. 1 Ed.- São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas** / Boaventura de Sousa Santos; compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial: Volume II: Para um pensamento alternativo de alternativas** / Boaventura De Sousa Santos; compilado por Maria Paula Meneses... [et al.] - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SCHIMIDT, Derli. PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e cooperativa. - In. **A outra economia** / António David Cattani (Org.). - Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SALES, João Eder. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia| RBGE| ISSN 2237-1664**, n. 1, p. 23-34, 2010.

SAUER, Sérgio et al. 'Land grabbing' e 'Green grabbing': Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 23, p. 6-42, 2016.

SEMEDO, Maria Odete da Costa Soares. **As Mandjuandadi: cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura** / Maria Odete da Costa Soares Semedo. Belo Horizonte, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**; trad. Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Boninelli Mendes. - São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, António Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. - 23, ed. revatual. - São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Abner Eutéquio Benício da. As organizações não governamentais na GUINÉ-BISSAU: diagnóstico do processo de avaliação dos projetos sociais. Trabalho de Conclusão de Cursos, UFSC, Florianópolis, 2016.

SPOIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Editora UFMG, 2010.

SCHLESINGER, Sérgio. Cooperação e investimentos do Brasil na África: O caso do ProSavana em Moçambique. **Maputo: FASE**, 2013.

TAÍWÒ, Olufemi. O que são "estudos africanos"? Estudiosos africanos, africanistas e a produção do conhecimento/ Olufemi Taíwò. In. ___ **Resgate das ciências Humanas e das humanidades através de Perspectivas Africanas**. Helen Lauer e Kofi Anyidoho. V. IV, 2015.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **O conceito de sociedade civil: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau**. Estudos de Sociologia - ISSN: 2317-5427, [S.l.], v. 2, n. 15, p. 161-180, mar. 2014. ISSN 2317-5427. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235327/28320>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau: as relações entre sociedade civil e o estado**. Recife, 2015.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau 1994-2006**. Recife: UFPE, 2010.

VAZ, Farã. *Cooperação Internacional Brasil-África: o caso da cooperação triangular Brasil-Moçambique e Japão no Prosava/ Farã Vaz*. - [monografia], Unilab, Redenção, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/1191>>. Acessado em: 18 de novembro de 2019.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2010

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Nomes de cada djorson nas tabancas de arredores de Canchungo, zona Babock

Djorsons: conjunto de famílias que definem os sobrenomes endógenas nas tabancas de Canou Biniche.		
Babussim	Bariz	Bambantcharu
Bandongha	Banim	Badjakul
Bandjacasse	Bandjampu	Banhoguin
Bandamara	Bacuchu	Bakukaru
Bapécul	Badjupa	Batú
Badjacul	Banaghi	Bacó
Badji	Banquisciú	Baluntu
Bacutchu	Bacachá	Bacamarapul
Babancharu	Badjampu	Badapa
Batú	Bachicã	Barichã
Bankimã	Ba Có	Balunto
Badjupa	Batchabu	Banhassa
Bandjampu	Barriss	Bananghi
Batatch	Bahía	Bapetcha
Bangapa	Banhogín	Batatchã
Badjindu	Barim	Baingu

Batchabu	Bankanrhé	Bacatcha
Bandissã	Barim	Batchacã
Babap	Baincthã	Baritchã

APÊNDICE2: CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Aceito que o pesquisador Farã Vaz, pertencente ao Programa de Mestrado Interdisciplinar em Humanidade (MIH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileiro-UNILAB, desenvolva sua pesquisa intitulada “**Cooperativismo Socioemancipatório: o caso da Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (COAJQ) na Guiné-Bissau**”, tal como foi submetida à Plataforma Brasil, sob a orientação do professor Dr. Bas´Ilele Malomalo, vinculado ao Instituto de Humanidade (IH) da mesma universidade. O projeto de pesquisa visa compreender de que forma as comunidades locais, na África, especialmente em Guiné-Bissau, mobilizam suas capacidades locais para o seu desenvolvimento sustentável. Dentre este objetivo, considera identificar as alterações sociais de ações de COAJQ nas comunidades locais e nas associações de jovens e mulheres em Canchungo; evidenciar a concepção de desenvolvimento que orienta a política da intervenção de COAJQ na agricultura com as famílias camponesas em Canchungo e entender a relação da cooperativa com o Estado e as organizações multilaterais; apresentar a concepção epistemológica de comunidades camponesas sobre sustentabilidade ambiental nas suas práticas agrícolas; identificar a relação da COAJQ com a segurança alimentar e nutricional com base na produção orgânica; relação perceber a relação da cooperativa COAJQ, associações comunitárias com o Estado. A metodologia de pesquisa presume a entrevista, e observação com os líderes, gestores da COAJQ, associações comunitárias / beneficiários, e jovens funcionários da cooperativa. A técnica da entrevista justifica pela facilidade de entender impacto dessa iniciativa no desenvolvimento de Canchungo e demais setores do país.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão utilizados nessa pesquisa, concordo colaborar no desenvolvimento da pesquisa. O referido projeto será realizado na Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (COAJQ), setor de Canchungo, e demais setores da região

de Cacheu, poderá ocorrer somente a partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Unilab.

Local e data

Assinatura do responsável pela instituição

Contato/E-mail

APÊNDICE 3: TERMO DE CONCENTIMENTO

Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileiro - UNILAB)

Instituto de Humanidade-IH

Mestrado Interdisciplinar em Humanidade – MIH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a) Esta pesquisa é sobre “*Cooperativismo Socioemancipatório: o caso da Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (COAJQQ) na Guiné-Bissau*” e está sendo desenvolvida por Farã Vaz, sob orientação do Prof. Dr. Bas´Ilele Malomalo, de Programa de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, vinculado a Instituto de Humanidades, da Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-brasileiro (UNILAB). Os objetivos de pesquisa buscam analisar processos de desenvolvimento de capacidade endógenas a partir do cooperativismo em África no contexto da Guiné-Bissau. Perceber a construção de capacidade na perspectiva de RENAJ; identificar os desafios da juventude guineense para desenvolvimento local, perceber o debate sobre as políticas públicas para os jovens; entender o conceito da juventude no continente africano e na Guiné-Bissau. A finalidade deste trabalho contribuir nos estudos sobre desenvolvimento local, na região de Cacheu e incentivar elaboração de políticas de desenvolvimento direcionado a cooperativas e demais organizações comunitárias. Solicitamos a sua colaboração para entrevista como pessoa capaz de contribuir na produção de conhecimento sobre a Guiné-Bissau. Pedimos também a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de ciências humanas, principalmente em dos estudos interdisciplinares, publicar em revista científica nacional e internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Por ser informado dos objetivos e da relevância do estudo, de como será a minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu

consentimento em participar da entrevista, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Redenção-CE, ____ de _____ de 2019.

Colaborador

Assinatura do participante ou responsável legal

APENDECE 4: ROTEIRO DE ENTREVISTA

GRUPO A: GESTORES DO COAJQ	1. Identificação de informantes 1.1. Nome completo: 1.2. Sexo 1.3. Idade
	2. Fala um pouco da história do surgimento da sua cooperativa? 3. Pode explicar como a COAJQ entende o desenvolvimento? 4. Como você trabalha os princípios do cooperativismo adotado pela COAJQ no seu setor/departamento? 5. Como a COAJQ trabalha com o Estado, organizações da sociedade civil nacional e internacional e os organismos multilaterais? 6. Como a COAJQ trabalha a questão de segurança alimentar e nutricional? 7. Quais são os impactos sociais, culturais, políticos e econômicos de COAJC na vida da população do setor de Cachungo, especialmente nos empregos? 8. Como trabalham a questão do meio ambiente? 9. Que metodologia de implementação e avaliação de projetos usam? 7. Pode me dizer quais são os financiadores das atividades de COAJQ?
A 1 – Fundadores e/ou gestores	8. Fale um pouco sobre o seu percurso na sua associação e na COAJQ? 9. Pode me explicar como a COAJQ estrutura a comercialização de produtos?
A 2 – Coordenadores de departamentos	
A 2.1 – Coordenadores de máquinas	
A 2.2 – Coordenadores de rádio	
A 2.3 – Coordenadores de comercialização de produtos	
A 2.4 – Coordenadores	Como é a escolha do pesquisador?
GRUPO B: COLABORADORES DA COAJQ	1. Identificação de informantes 1.1. Nome completo: 1.2. Sexo 1.3. Idade
	2. Fala um pouco da história do surgimento da sua cooperativa, associação ou <i>mandjuandadi</i> ? 3. Quais são os princípios que orientam a sua parceria com a COAJQ

B 1: Pontos focais	4. Sabe me dizer como as ações de COAJQOQ chegam às famílias camponeses?
B 2: Mandjuandadi	5. Explique um pouco sobre o vosso trabalho a COAJQOQ?
B: Responsáveis de famílias camponesas	6. Como os serviços de COAJQOQ (trator, máquinas de descasa de arroz) tem ajudado na sua atividade de produção agrícola? 7. Que vocês produzem mais na vossa família? a) Como vocês utilizam esses produtos? B) o que dificulta a produção de criação na sua aldeia?